

# Da Foz às Nascentes

## Expedição Nascentes do Paraíba



Realização:



Apoio Especial:



Apoios:



**Nelson Rodrigues dos Reis Filho**  
**Lázaro Tadeu Ferreira da Silva**  
**Kleitton Gomes**  
**Erika Cortines**  
**João Gomes de Siqueira**  
**Vera Lúcia Teixeira**  
**Luis Felipe Cruz Lenz Cesar**  
**Edilson de Paula Andrade**  
**Sílvia Maria Pompéia**  
**Anderson Henrique Solcia**  
**Mauro André Pereira**

Areias - SP  
Setembro 2023

**Copyright © 2023 Eu Cuido de Rios**

Texto Original  
Reis Filho, *et. al.*

Primeira Publicação em  
Areias, São Paulo, Brasil  
2023

1ª Edição em Formato Digital

Todos os direitos da obra  
REIS FILHO, *et. al.*

R328d Reis Filho, Nelson Rodrigues dos, *et. al.* - 1959

Da Foz às Nascentes: Expedição Nascentes do Paraíba / Nelson  
Rodrigues dos Reis Filho *et. al.* - 1ª ed. -. Areias, São Paulo: Ed, dos Autores. 2023

Formato Digital

Vários Autores.  
Organizador Nelson Rodrigues dos Reis Filho  
Bibliografia

ISBN: 978-65-981451-0-1

1. Documentário Vale do Paraíba - 2. Gestão Hídrica - 3. Movimento Nascentes do Paraíba  
I. Título. II. Reis Filho

CDD 351  
DOI 10.29327/5323916

ISBN: 978-65-981451-0-1



## Sumário

<b>Organizadores da Expedição Nascentes do Paraíba</b> .....	5
<b>Lista de Siglas</b> .....	7
<b>Lista de Figuras</b> .....	10
<b>Agradecimentos</b> .....	15
<b>Prefácio</b> .....	17
<b>Apresentação</b> .....	19
<b>Galeria dos(as) Expedicionários(as)</b> .....	22
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	26
<b>2. O CUIDAR DAS ÁGUAS NO BRASIL</b> .....	27
2.1. A GESTÃO HÍDRICA DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO .....	29
2.1.1. Gestão Hídrica do Estado de São Paulo .....	29
2.1.2. Gestão Hídrica do Estado de Minas Gerais.....	30
2.1.3. Gestão Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.....	31
2.2. A Gestão Participativa de Recursos Hídricos.....	32
2.2.1. A Bacia do Rio Paraíba do Sul .....	33
2.2.2. Os Comitês de Bacias do Rio Paraíba do Sul .....	34
2.2.3. O Comitê Guandu - RJ.....	51
<b>3. A EXPEDIÇÃO NASCENTES DO PARAÍBA</b> .....	54
3.1. AS TRÊS ETAPAS DA EXPEDIÇÃO .....	55
3.1.1. A Primeira Etapa .....	56
3.1.2. A Segunda Etapa .....	90
3.1.3. A Terceira Etapa .....	100
3.2. PARCERIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO ..	121
3.3. Integrações com Outras Agendas.....	133
3.3.1. Rafting.....	133
3.3.2. Trilhas .....	134
3.3.3. Montanhas .....	135
3.3.4. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).....	136
3.3.5. Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção.....	138
3.3.6. Proposta de Lei dos Guardiões de Nascentes.....	140
3.3.7. Educação Ambiental .....	143
3.3.7.1. Plano e Programa de Educação Ambiental do CEIVAP (PPEA).....	143

3.3.7.2. O Projeto Jovens Guardiões .....	148
3.3.8. A Agenda 2030.....	150
4. A EXPEDIÇÃO NASCENTES DO PARAÍBA NOS ENCOBs.....	161
4.1. PARTICIPAÇÃO NO XXIV ENCOB .....	161
4.2. PARTICIPAÇÃO NO XXV ENCOB .....	164
5. RESULTADOS OBTIDOS.....	167
5.1. CRIAÇÃO DO MEMORIAL NASCENTES DO PARAÍBA .....	167
5.2. CRIAÇÃO DA ROTA DO TURISMO REGENERATIVO .....	171
5.3. TRAMITE DO PLC 40/2018 NO SENADO FEDERAL.....	171
5.4. MOVIMENTO PRÓ CRIAÇÃO DA UC NASCENTE DO RIO PARAÍBA DO SUL.	173
6. CONCLUSÕES.....	176
7. POSFÁCIO .....	179
8. REFERÊNCIAS .....	181

## Organizadores da Expedição Nascentes do Paraíba



**Lázaro Tadeu Ferreira da Silva**

Idealizador do Movimento Nascentes do Paraíba



**Nelson Rodrigues dos Reis Filho**

Idealizador dos Canais Eu Cuido de Rios  
Presidente da OMA-BRASIL e do Lions Clube Ecológico  
Representante nos CBHs Guandu, Piabanha e CEIVAP



**Kleiton Gomes**

Administrativo da AGEVAP



**André Luiz de Paula Marques**

Diretor Presidente da AGEVAP



**João Gomes de Siqueira**

Prof. da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Vice-Presidente do CEIVAP e Diretor Executivo do  
Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana



**Zenilson Coutinho**

Presidente do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e  
Itabapoana



**Erika Cortines**

Profa. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Presidente do Comitê Piabanha



**Luis Felipe Lenz Cesar**  
Presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul



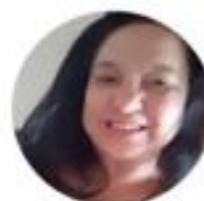
**Vera Lúcia Teixeira**  
Secretária Executiva do Comitê Médio Paraíba do Sul



**Edilson de Paula Andrade**  
Geólogo do Departamento de Águas e Energia Elétrica  
de São Paulo  
Membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



**Danilo Caneppele,**  
Diretor Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio  
Ambiente de Paraibuna, SP.



**Tânia Valéria de Toledo Gomes**  
Secretária de Educação do Município de Cunha



**Ivail Roberto de Toledo**  
Agente de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica  
Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Cunha



**Ronaldo Martins**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo de  
Areias - SP

## Lista de Siglas

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul  
AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas  
ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico  
APPs - Áreas de Preservação Permanentes  
BNCC - Base Nacional Curricular Comum  
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral  
CBH R2R - Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios  
CBH-BPSI - Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana  
CBH-MPS - Comitê de Bacia Hidrográfica Médio Paraíba do Sul  
CBH-PS - Comitê de Bacia Hidrográfica Paraíba do Sul  
CBHs - Comitês de Bacias Hidrográficas  
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados Federais  
CEEIBs - Comitês Executivos de Estudos de Bacias Hidrográficas  
CEHAB – Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro em São João da Barra  
CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul  
CEPTA/ICMBio - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais  
CERHI-RJ - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro  
CERH-MG - Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais  
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo  
CJs - Coletivos de Jovens pelo Meio Ambiente  
COMPÉ - Comitê Pomba-Muriaé  
CRHi - Coordenadoria de Recursos Hídricos  
CRH-SP - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo  
CTAI - Câmara Técnica de Assuntos Institucionais;  
CT-EASM - Câmara Técnica Educação Ambiental e Mobilização Social  
CT-ECA - Câmara Técnica de Estudos de Cobrança da Água  
CT-PL - Câmara Técnica de Planejamento  
CT-REF - Câmara Técnica de Restauração Florestal  
CT-SAN - Câmara Técnica de Saneamento  
DAEE -Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo  
DIRSEQ - Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente  
DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
DRH-MG - Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais

FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - SP  
FFCBHs - Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas  
FHIDRO-MG - Fundo Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais  
FLONA - Floresta Nacional  
    FNCBHs - Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas  
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente  
FUNDRHI-RJ - Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro  
GIRH - Gestão Integrada de Recursos Hídricos  
GT-MCEA - Grupo de Trabalho de Mobilização, Comunicação e Educação Ambiental do  
    CEIVAP  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
INEA – Instituto Estadual do Ambiente - RJ  
INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas  
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural  
MME - Ministério de Minas e Energia  
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
ODS - Objetivos de desenvolvimento Sustentável  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAF - Produtores de Águas e Florestas  
PAN Paraíba do Sul - Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Aquáticas da  
    Bacia do Rio Paraíba do Sul  
PCJ - Piracicaba, Capivarí e Jundiá  
PERH-MG - Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais  
PERH-RJ - Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro  
PERH-SP - Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo  
PESAGRO-RIO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro  
PIRH-PS - Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul  
PMGIRS - Planos Municipais de Gestão Integradas de Resíduos Sólidos  
PPEA - Plano e Programa de Educação Ambiental do CEIVAP  
PRISMAs - Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais na Microbacia Alvo  
PROGESTÃO - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas  
PROMEAA - Projeto de Mobilização e Educação Ambiental de Areias

PROTRATAR - Programa de Tratamento de Águas Residuárias CEIVAP

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

RH - Região Hidrográfica

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEAS – Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (RJ)

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGRHI - Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (RJ)

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do IGAM

SINGREH - Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

UCs - Unidades de Conservação

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UGRHI 02 - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos 02 - Paraíba do Sul.

UGRHI 06 - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos 06 - Alto Tietê

## Lista de Figuras

Figura 1 - Na foz do Rio Muriaé em Campos dos Goytacazes -RJ.....	25
Figura 2 - Localização dos 4 principais reservatórios da bacia do Rio Paraíba do Sul. ....	34
Figura 3 - Organismos de Bacias Hidrográficas com Influências no Rio Paraíba do Sul. ....	35
Figura 4 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, SP. .....	38
Figura 5 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas Médio Paraíba do Sul - RJ. .....	39
Figura 6 - Área de atuação do CBH do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto, RJ. ....	41
Figura 7 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Dois Rios, no estado do Rio de Janeiro.....	44
Figura 8 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, RJ. ....	46
Figura 9 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, no estado de Minas Gerais.....	48
Figura 10 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé. ....	50
Figura 11 - Região Hidrográfica II do Estado do Rio de Janeiro.....	53
Figura 12 - Pôr do sol na foz do Rio Muriaé, MG. ....	56
Figura 13 - Encontro inicial de Participantes da Expedição Nascentes do Paraíba na UENF – Campos dos Goytacazes – RJ.....	57
Figura 14 - Zé do Paraíba fala para Mesa de Autoridades em São João da Barra, RJ.....	58
Figura 15 - Embarque no Cais do Imperador com destino à Foz do Rio Paraíba do Sul, RJ. .....	59
Figura 16 - Vegetação ciliar típica, em ilhas próximo à foz do Rio Paraíba do Sul - RJ.....	59
Figura 17 - Conversa a bordo com a Prefeita e a Secretária de Meio Ambiente. ....	60
Figura 18 - Visita às Ruínas em Atafona – São João da Barra - RJ. ....	61
Figura 19 - Após voo panorâmico na foz do Rio Paraíba do Sul. ....	61
Figura 20 - Apresentação do Presidente do COMPÉ. ....	62
Figura 21 - Recursos Aplicados em Serviços Ambientais do CEIVAP.....	63
Figura 22 - Apresentação do Dr. Guilherme Souza pelo Secretário Executivo do CBH BPSI. .....	64
Figura 23 - Série de vazões mínimas mensais do Rio Paraíba do Sul. ....	65
Figura 24 - Vazões nos pontos de entregas ao longo da bacia do Rio Paraíba do Sul nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. ....	66
Figura 25 - Fechamento da foz do Rio Paraíba do Sul em Atafona devido à baixa vazão no período de baixa precipitação. ....	66
Figura 26 - Vazões Máximas dos Rios Afluentes ao Rio Paraíba do Sul. ....	67
Figura 27 - Ações da Sala de Monitoramento do CBH BPSI. ....	68

Figura 28 - Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres feita pelo CBH BPSI, na UENF - RJ. ....	68
Figura 29 - Zé do Paraíba na foz do Rio Pomba em Itaocara, RJ. ....	69
Figura 30 - A Comitiva da Expedição no Rio Paraíba do Sul, em Itaocara, RJ. ....	69
Figura 31 - Acompanhamento da leitura de chip de um indivíduo Surubim do Paraíba – Itaocara - RJ. ....	70
Figura 32 - Encontro com o Prefeito de Itaocara - RJ. ....	71
Figura 33 - Plantio de uma das mudas Jequitibá-Rosa no Pontal, em Três Rios - RJ. ....	71
Figura 34 - Flagrante da reunião no Pontal em Três Rios - RJ. ....	72
Figura 35 - Imagem do encontro dos Rios Piabanha, Paraibuna e Paraíba do Sul – Três Rios - RJ. ....	72
Figura 36 - Vereadores com a Presidente do CBH Piabanha e o Zé do Paraíba. ....	73
Figura 37 - O Ativista da defesa das Corredeiras do Rio Preto – Belmiro Braga - MG ..... 74	74
Figura 38 - A sede da Fazenda São Gabriel. No município de Belmiro Braga - MG. ....	75
Figura 39 - A Barragem de Santa Cecília em Barra do Piraí - RJ. ....	76
Figura 40 - A transposição do Rio Paraíba do Sul para o Guandu. ....	77
Figura 41 - A visita a Usina Pereira Passos – Piraí, RJ. ....	78
Figura 42 - Momento do evento no IFRJ - Campus Pinheiral - RJ. ....	79
Figura 43 - A Praça Cílios do Paraíba, Pinheiral - RJ. ....	79
Figura 44 - Análise de Parâmetros da água no Parque Nacional de Itatiaia - RJ. ....	80
Figura 45 – Momento da Visita ao Parque Nacional de Itatiaia - RJ. ....	80
Figura 46 - Visita a Fazenda Santa Helena, Resende - RJ. ....	81
Figura 47 - Registro da visita ao Parque Arqueológico de São João Marcos, Rio Claro - RJ. ....	82
Figura 48 - Um dos Projetos em Andamentos no CEIVAP apresentados no dia 18/03. ....	83
Figura 49 - Momento da festividade nas proximidades do Portal da Cidade de Areias - SP. ....	84
Figura 50 - Explicações sobre o PRISMA no Alto curso do Rio Vermelho em Areias - SP. ....	85
Figura 51 - O Biodigestor em propriedade rural de Areias - SP. ....	85
Figura 52 - Práticas Integrativas em propriedade rural de Areias - SP. ....	86
Figura 53 - Área de reflorestamento do Sítio Granja de Santo Antônio em Areias - SP. ....	86
Figura 54 - O Prefeito de Areias em um dos momentos da Noite Cultural – Areias - SP. ....	87
Figura 55 - Momento do Lançamento do Livro Gota de Chuva (Luís Henrique, Cacau, Prefeito Paulo Henrique e Zé do Paraíba. ....	87
Figura 56 – Cada um com seu exemplar do Livro Gota de Chuva ....	88
Figura 57 - Momento anterior a navegata nas corredeiras do Rio Paraibuna - SP. ....	88
Figura 58 - Momento da Inauguração do Marco Memorial Encontro das Águas Nascentes do Paraíba – Paraibuna – SP. ....	89
Figura 59 - A Comitiva Expedição no marco de Início do rio Paraíba do Sul - Paraibuna – SP. ....	90

Figura 60 - Detalhe da Placa inaugurada em 23/03/22 - Paraibuna – SP.....	90
Figura 61 - Portal da Floresta Nacional de Lorena, São Paulo.....	91
Figura 62 - Ambientação na FLONA de Lorena - SP.....	91
Figura 63 - Recepção do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Lorena/SP aos Expedicionários. ....	92
Figura 64 - O Painel de Antes e Depois do Reflorestamento – Lorena - SP.....	92
Figura 65 - Recepção na propriedade onde está a Nascente do Rio Paraibuna – Cunha - SP. ....	93
Figura 66 - Momento da homenagem a João Rural – Nascente do Rio Paraibuna, Cunha - SP. ....	93
Figura 67 - João Rural - João Evangelista de Faria, In Memoriam. ....	94
Figura 68 - A simulação de chuva em dois tipos de terrenos - Parque Estadual da Serra do Mar, Cunha - SP.....	95
Figura 69 - Lisímetros do Laboratório de Hidrologia Florestal Walter Emmerich - Parque Estadual da Serra do Mar, Cunha - SP.....	95
Figura 70 - Vertedouro na foz de uma microbacia para fins de monitoramento hídrico, Parque Estadual da Serra do Mar, Cunha SP. ....	96
Figura 71 - O Prefeito José Eder Galdino fazendo a abertura da reunião em Cunha - SP. ...	96
Figura 72 - Rota Turística Caminho das Nascentes do Paraíba.....	98
Figura 73 - Eduardo Araújo apresentando posição CEIVAP. ....	99
Figura 74 - Edilson Andrade contextualizando a integração CBH PS e CEIVAP.....	100
Figura 75 - Zé do Paraíba apreciado pelo Vicente, no primeiro pau-brasil plantado há 25 anos atrás – Lorena - SP.....	101
Figura 76 - Momento da Festividade de 25 anos do Zé do Paraíba com alunos do ensino municipal de Lorena, SP.....	101
Figura 77 - Momento da comemoração do Dia da Árvores em Areias - SP.....	102
Figura 78 - André Marques (AGEVAP), Lázaro Tadeu, Humberto Gonçalves (ANA) e Paulo Henrique (Prefeito) em Areias - SP.....	103
Figura 79 - Alguns dos Participantes do evento do dia 22/09/2022 em Areias - SP. ....	103
Figura 80 - O Momento da Profª Apresentando o Projeto Vamos Construir Nosso Futuro. ....	104
Figura 81 - Erika Cortines apresentando ações do CBH Piabanha. ....	105
Figura 82 - Vera Lúcia apresentando ações do CBH MP. ....	106
Figura 83 - Zenilson apresentando ações do CBH BPSI.....	107
Figura 84 - Nelson Reis apresentando ações do CBH Guandu - RJ. ....	108
Figura 85 - Momento da palestra da Karla Conceição Pereira. ....	111
Figura 86 - Momento da palestra de Ronaldo Martins Araújo.....	112
Figura 87 - Momento da Apresentação da Maíra Simões. ....	112
Figura 88 - Momento da Apresentação de Flávio Augusto.....	113
Figura 89 - Momento da Apresentação de Lázaro Tadeu. ....	113
Figura 90 - Momento da palestra de Osman Fernandes da Silva.....	114

Figura 91 - Manifestação de Humberto Cardoso Gonçalves.....	114
Figura 92 - - Momento da Manifestação de Eduardo Araújo.....	115
Figura 93 - Momento da Apresentação de Tatiana Motta.....	115
Figura 94 - Momento da Apresentação de Mauro Pereira.....	116
Figura 95 - Momento da Apresentação de Luís Felipe Cesar.....	116
Figura 96 - As Montanhas da Serra da Bocaina – Mirante de Areias - SP.....	117
Figura 97 - Momento da caravana para nascente do Rio Paraitinga – Areias - SP.....	117
Figura 98 - Placa da Nascente principal do Rio Paraíba do Sul – Areias - SP.....	118
Figura 99 - A Nascente principal do Rio Paraíba do Sul – Areias - SP.....	118
Figura 100 - A frustração do Vicente com a separação.....	120
Figura 101 - A transformação que traz um novo olhar.....	120
Figura 102 - Convite para exibição do filme Caminho do Mar e Debate.....	121
Figura 103 - Slide inicial do II Encontro de Municípios Caminho das Nascentes do Paraíba do Sul.....	124
Figura 104 - A prática do Rafting no Rio Paraibuna, SP.....	134
Figura 105 - Símbolo da Rede Brasileira de Trilhas,.....	135
Figura 106 - Símbolo da Mountain Partnership.....	136
Figura 107 - Interação de jovens com o Projeto Piabanha – Itaocara - RJ.....	140
Figura 108 - Objetivos PPEA-CEIVAP.....	144
Figura 109 - O Programa PPEA-CEIVAP.....	144
Figura 110 - A Expedição Nascentes do Paraíba na Rede de Educação Ambiental do CEIVAP.....	147
Figura 111 - Logo da Agenda 2030.....	152
Figura 112 - Os ODS da Agenda 2030.....	153
Figura 113 - O Ponto Focal da Agenda 2030 para América Latina na Expedição Nascentes do Paraíba.....	154
Figura 114 - Boneco Zé do Paraíba feito em massa biscuit.....	156
Figura 115 - Alface do Sítio Granja do Santo Antônio de Areias – SP.....	156
Figura 116 - As instituições apoiadoras das Práticas Integrativas.....	157
Figura 117 – Frentes de Atuações no Sítio da Granja Santo Antônio – Areias – SP.....	158
Figura 118 - Biodigestor com sua parte superior com gás.....	159
Figura 119 - Fogão com duas bocas com a queima do gás.....	159
Figura 120 - Equipe da CATI responsável pelo pasto rotativo do sítio.....	160
Figura 121 – Varanda do Centro de Educação Ambiental Zé do Paraíba.....	160
Figura 122 - Zé do Paraíba junto com São Francisco e Renata Maranhão no XXIV ENCOB.....	161
Figura 123 - Zé do Paraíba na apresentação da Expedição Nascentes do Paraíba no XXIV ENCOB.....	162

Figura 124 - Humberto Cardoso e Zé do Paraíba no XXIV ENCOB.....	163
Figura 125 - Mauro André, Ponto Focal da Agenda 2030 da ONU com o Zé do Paraíba em Natal – RN. ....	164
Figura 126 – O Chamamento para A Primavera X.....	166
Figura 127 - Apuração da tramitação da PLC 40/2018 do Senado Federal.....	172
Figura 128 - Requerimento a Senadores .....	172

## Agradecimentos

Ao Movimento Nascentes do Paraíba por ter proporcionado conhecimentos, vivências e esperanças para muitos que puderam trilhar pelos caminhos apontados.

Ao Comitê Guandu pela deliberação para que fosse possível os vários registros aqui disponibilizados.

Aos Comitês Paraíba do Sul de São Paulo; Preto - Paraibuna e ao Pomba - Muriaé, de Minas Gerais; Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, pelas amplas mobilizações e viabilizações de membros para participações da Expedição Nascentes do Paraíba.

A AGEVAP, pelo suporte de inúmeras frentes, que foram fundamentais para o sucesso da Expedição Nascentes do Paraíba.

Ao Dartagnan, pois sem você os Três Mosqueteiros ficariam sem pernas.

Ao Geyves Maia Vieira, nossa gratidão Prefeito, pela acolhida em Itaocara.

Ao Hélio Vanderlei, pela ampla mobilização de sua equipe do INEA, que foi exemplar.

Ao Hendrik Mansur e Erika Cortines, que contribuíram de forma significativa para nossa memória.

Ao José Paulo Soares de Azevedo, pelo empréstimo dos equipamentos permitiram nossos registros de imagens e sons.

Ao Sr. Daniel Cohen que nos proporcionou uma grata acolhida em sua propriedade para o acesso à Nascente do Rio Paraibuna de São Paulo.

À Monique Soares da Fonseca Freire, por sua contribuição com a elaboração de *releases* para o apoio jornalístico e a criação das artes que usamos, e que deram amplas possibilidades de publicidade e beleza à toda Expedição.

Ao Prefeito de Areias, Sr. Paulo Henrique de S. Coutinho, pelos seus apoios e disponibilidades que muito nos motivaram.

Ao Prefeito José Eder Galdino e seu secretariado, em especial ao Secretário Municipal de Turismo e Cultura de Cunha, Sr. Marivaldo Rodrigues, pela acolhida e disponibilização de infraestrutura para nossas reuniões.

À Virgínia Médice, por sua disponibilidade e acolhimentos, que foram fundamentais.

Ao José Arimathéa Oliveira, pela liderança e conduções pertinentes das demandas da Expedição Nascentes do Paraíba no âmbito do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas, nossa gratidão.

À Renata Maranhão, por suas valiosas orientações que foram fundamentais para que a Expedição Nascentes do Paraíba chegasse ao conhecimento da Agência Nacional de Águas e Saneamento.

Ao Humberto Cardoso Gonçalves, seu interesse pela Expedição Nascentes do Paraíba e a disponibilização dos valiosos recursos humanos de sua liderança na ANA, foi e é motivo de muito orgulho para todos nós. Toda Nossa Gratidão!

## Prefácio

“O sistema é bruto, o jogo é rápido e o movimento é essencial.”

A organização dos conhecimentos acumulados pelos seres humanos, desde a criação da escrita até a invenção de instrumentos de registros desses conhecimentos se deram no período de cinco mil anos. Podemos dizer que foi uma grande expedição ambiental pelo planeta terra, em que os seres humanos definiram conceitos, regras de relacionamentos e sistemas para manutenção de suas vidas nos territórios de origem.

Se nos primórdios a organização dos conhecimentos e sistemas contribuíram para os cuidados peculiares dos pequenos territórios e promoção da qualidade de vida das famílias e comunidades originárias; nos últimos séculos, o acúmulo dos conhecimentos somados aos aprimoramentos dos sistemas contribuíram para o acelerado controle dos territórios e a aculturação das comunidades, que ficaram reféns de operações complexas para soluções de problemas simples, que anteriormente eram resolvidos com os conhecimentos e esforços comunitários.

Não é ao acaso que no século XX surgem os movimentos sociais de alerta e resistências a esse desenvolvimento sistêmico e corporativo, que não atende as necessidades da grande maioria dos seres vivos do Planeta Água.

... “O sistema é bruto, o jogo é rápido e o movimento é essencial” ...

Nesse contexto surge o “Movimento de Cidadania pela Recuperação e Preservação das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul”, realizando as Expedições Ambientais pelos municípios do Vale do Paraíba, tendo como guia o caipira Zé do Paraíba, que com orgulho se intitula: “O Neto do Jeca Tatu que veio para resgatar a história, cultura e ambiente do Vale do Paraíba”.

No início do século XXI, o Zé do Paraíba, já tinha conseguido apoio de pessoas, organizações não governamentais, órgãos públicos e do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), para realizar as “Expedições Ambientais Nascentes do Paraíba”, com objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância das nascentes e da necessidade de recuperar suas Áreas de Preservação Ambiental (APP), para garantir o uso da água às futuras gerações.

Com as realizações das Expedições Ambientais, em 2005, surge a proposta do projeto para criação do Parque Estadual da Nascente do Rio Paraíba do Sul, através do Governo do Estado de São Paulo, em 2016, a proposta de criação da Reserva Particular do Patrimônio Nacional - Nascente do Rio Paraíba do Sul, através do Comitê de Integração das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e, em 2020, a proposta de criação do Parque Municipal da Nascente do Paraíba do Sul, pela Prefeitura Municipal de Areias.

Em 2022, Zé do Paraíba consegue a parceria dos Comitês de Bacias mineiros, fluminenses e paulista que, juntos, realizaram a “Expedição Ambiental Nascentes do Paraíba da Foz a Nascente do Rio Paraíba do Sul”, contando com apoio da Associação Pró-gestão das Águas do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), do Comitê de Integração das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA).

Se por um lado essa expedição não conseguiu atingir todos os objetivos propostos, por outro, ela proporcionou a troca de experiências às pessoas que realizaram as atividades junto às comunidades, ao longo do Rio Paraíba do Sul; São pessoas dedicadas às nascentes e essenciais à vida, que nesse livro, deixaram registradas histórias e conhecimentos sobre esse majestoso Rio Paraíba do Sul.

**Somos todos Nascentes:**

**Nascentes das Águas, Nascentes da Vida.**

**Nascentes da Gente.**

**Gente Nossa, Nossa Gente.**

**Amigos do Zé do Paraíba**

**Lázaro Tadeu Ferreira da Silva.**

**Coordenador do Movimento Nascentes do Paraíba.**

## Apresentação



O ano de 2022 foi marcado por uma iniciativa, especial e integrada, puxada pelo Zé do Paraíba com adesão dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) da Bacia do Rio Paraíba do Sul em prol da conservação e recuperação dos mananciais, com foco na sua cabeceira principal, na serra da Bocaina, onde brota sua nascente originária, no município de Areias, estado de São Paulo e nas demais cabeceiras, com a inserção dos comitês das regiões hidrográficas contribuintes da bacia. Essa iniciativa teve origem no final do ano de 2021 quando foi lançada a primeira edição do Programa Mananciais e seus Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais em Microbacias Alvos (PRISMA) do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) nas localidades estratégicas apontadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas afluentes ao Rio Paraíba do Sul.

O PRISMA integra em microbacias alvos e têm o objetivo de recuperar essas microbacias que são contribuintes aos abastecimentos públicos do Vale do Paraíba do Sul, com prioridades dadas pelos sete Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) das bacias afluentes ao Rio Paraíba do Sul.

As discussões sobre a preparação da Expedição Nascentes do Paraíba ganharam corpo com a reunião realizada, em 8 de novembro de 2021, denominada “Diálogo com os CBHs”, onde o Coordenador do “Movimento Nascentes do Paraíba”, professor Lázaro Tadeu Ferreira da Silva, apresentou a proposta, já antes discutida com alguns atores da gestão hídrica, de mobilização dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) através da realização de uma expedição partindo da foz do Rio Paraíba do Sul, em São João da Barra e São Francisco de Itabapoana no Rio de Janeiro, percorrendo diversos trechos do Rio Paraíba do Sul e de sua bacia, culminado com a visita até sua nascente originária, em Areias/SP, daí foi consolidada com os CBHs a realização da Expedição Ambiental Nascentes do Paraíba de 2022.

Cabe uma breve contextualização do Movimento e Expedições Nascentes do Paraíba, idealizados pelo Professor Lázaro Tadeu Ferreira da Silva, teve início no ano de 2001 com um trabalho junto às escolas públicas na região da cabeceira do Rio Paraíba do Sul, no intuito de mobilizar os jovens e adultos na proteção dos nossos rios e mananciais.

Nesse contexto, o Zé do Paraíba é o neto do Jeca Tatu, que vem resgatar a história, cultura e o meio ambiente reescrevendo conceitos antes estabelecidos, pelo escritor Monteiro Lobato, que caracterizou o Jeca Tatu como o sertanejo característico, lento, avesso ao trabalho, desprovido de cultura e desnecessário. É assim que ele descreve o caboclo em suas histórias em Urupês, nascido da revolta do autor contra os sertanejos brasileiros, responsáveis, segundo ele, pelo constante incêndio nos campos, através dos quais limpavam os terrenos, as famosas queimadas, cometidas em demasia e, portanto, prejudiciais para um proprietário de terras como ele.

Zé do Paraíba, o sertanejo, procura zelar pela preservação das Nascentes do Rio Paraíba do Sul e resgatar a história e a cultura da região no entorno do Vale do Paraíba e vem desenvolvendo com sucesso esse trabalho até então.

Como resultados, também de seu trabalho no decorrer de vinte e cinco anos, as identificações das principais nascentes dos rios formadores do Rio Paraíba do Sul, os Rios Paraitinga e Paraibuna, foram identificadas e marcadas oficialmente; uma rota turística regenerativa com pontos de interesse hídricos e religiosos está formalizada; e ações integradas estão em pleno desenvolvimento em Areias para tornar a cidade referência em resultados da gestão hídrica nacional.

São estes aspectos que a presente obra irá discorrer sobre as três fases da realização da Expedição Nascentes do Paraíba realizadas no ano de 2022.

Foram objetivos traçados para a Expedição Nascentes do Paraíba:

- Mobilizar os municípios para campanha de recuperação e preservação das nascentes que estão situadas no seu território;
- Propor a criação de um Programa de Recuperação e Proteção de Nascentes do Rio Paraíba do Sul;
- Propor priorização para recuperação e preservação da cabeceira principal do rio Paraíba do Sul, na porção paulista;

- Apresentar as experiências de projetos exitosos em desenvolvimento nas bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, no âmbito de gestão dos comitês estaduais afluentes também do CEIVAP;
- Incentivar a participação no Programa Nacional de Proteção de Nascentes; e
- Comemorar os 25 anos das Expedições Ambientais do Zé do Paraíba.

Aqui podemos ver um vídeo institucional de proteção das nascentes que retrata bem as ações propostas nessa expedição: <https://www.youtube.com/watch?v=OFD5RNq4qU4>

Muitas foram as pessoas que tiveram envolvimento com a Expedição Nascentes do Paraíba, direta ou indiretamente, em uma ou mais fases, nesse sentido fazemos uma homenagem aos Expedicionários e Expedicionárias registrando algumas fotos na Galeria dos(as) Expedicionários(as) como forma também de gratidão pelas valiosas trocas e convivências.

## Galeria dos(as) Expedicionários(as)



Gisele Boa Sorte



Guilherme Souza



Hélio Vanderlei



Allana Machado



Amanda Caetano



Anderson Solcia



Annibal Allonso



Caio de Souza



Caroline Ferreira



José Arimathéa



Célio de Breu



Dalmo Lamarca



Danilo Caneppele



Denise Thome



Guilherme Silva



Diogo Costa



Diogo José Luiz



Edson dos Santos

Euriluce  
Guimarães

Karla Conceição



Felipe Fonseca

Gabriel dos  
SantosLeonardo de  
Souza

Letícia Seldh



Leonardo Guedes



Felipe Freitas



João Batista Leite

Lucas Henrique  
ContatLuiz Fernando  
CarvalheiraLuiza Figueiredo  
Salles



Marcela Toledo



Marcele Terra



Marcio Franco



Marcos Fábio

Maria Tereza  
Roman

Markus Bűdzynkz



Marta Gabriela



Mateus Miranda

Matheus Vinícius  
AmbrósioMayara Regina  
dos SantosNatália Nolasco  
Rios

Nelma Biondi



Patrick Wollens



Pedro Paes Leme



Renato Traballi

Sandro Luiz  
BatistaSaymon Paulo dos  
SantosSilvana Gaspar de  
Matos

Silvio Calazans

Solange Cristina  
Virginio

Joyce Vasconcelos

Vera de Fátima  
Martins

Wilson Acácio



Yurhii S Bűdzynskz



Mauro Pereira



André Leone



André Luiz Pereira



André Marques



Nehemias Oliveira



Antônio Mendes



Outras Pessoas participaram da Expedição Nascentes do Paraíba, em uma ou mais fases, mas suas fotos não chegaram a tempo para publicarmos.

As fotos foram dispostas segundo os acessos às disponibilidades.



*Figura 1 - Na foz do Rio Muriaé em Campos dos Goytacazes -RJ.*

A Expedição Nascentes do Paraíba nas Mídias Sociais e Banco de Imagens

Instagram



YouTube



Facebook



Banco de Imagens



## 1. INTRODUÇÃO

Essa obra construída a várias mãos e traz um pouco do muito que foi possível observar, conhecer e experienciar da Expedição Nascentes do Paraíba, realizada em três etapas no ano de 2022 e 2023.

Tão ricas foram todas essas vivências que em primeiro lugar resolvemos homenagear as muitas pessoas que participaram de uma ou mais das etapas, direta ou indiretamente, na galeria dos(as) expedicionários(as), com as fotos que nos chegaram a tempo da conclusão de nossa finalização.

No Capítulo dois descrevemos como se dá o cuidar das águas no Brasil a partir dos aspectos gerais em nível nacional, passamos pelos aspectos dos três estados que são banhados pelas águas do Rio Paraíba do Sul, ou seja: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e finalizamos o capítulo com a Gestão Participativa de Recursos Hídricos voltada para o Vale do Rio Paraíba do Sul.

No terceiro capítulo descrevemos um pouco sobre as três etapas da Expedição Nascentes do Paraíba; os avanços na integração com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; e finalizamos o mesmo com um pouco das abordagens de outras agendas que estivemos nos relacionando durante o percurso que foi da foz às nascentes principais do Rio Paraíba do Sul.

No quarto capítulo nos concentramos em trazer um pouco da Expedição Nascentes do Paraíba extrapolando suas experiências para conhecimento de atores da gestão hídrica nacional em dois momentos, o primeiro na cidade de Foz de Iguaçu – PR - e o segundo em Natal – RN.

No quinto capítulo apontamos uns resultados já em processos avançados de consolidações.

Finalizando o livro trazemos algumas conclusões de vários dos olhares que juntos pudemos experienciar.

## 2. O CUIDAR DAS ÁGUAS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o princípio da soberania popular (Parágrafo 1º do Art. 1º) - *todo o poder emana do povo que o exerce através de seus representantes ou diretamente.* (BRASIL, 1988)

Também estabelece no inciso XIX de seu Art. 21 que compete à União: *instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.* (BRASIL, 1988)

A Constituição cidadã, garante que o povo brasileiro é o verdadeiro soberano e procura criar raízes democráticas na nossa organização política, social, econômica e fundiária, além da garantia do fortalecimento da cidadania. Ela estabeleceu mecanismos de participação popular na gestão pública, posteriormente regulamentados por leis específicas.

A Lei Federal 9.433/97 (BRASIL, 1997), conhecida como a Lei das Águas, estabelece dentre outros, os instrumentos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Como instrumentos temos:

1. o plano de recurso hídrico da bacia;
2. o enquadramento de corpos hídricos em classes de acordo com seu tipo preponderante de uso;
3. a outorga, que é a autorização para utilização da água;
4. a cobrança pelo uso de recursos hídricos; e
5. o sistema de informação sobre recursos hídricos.

O Plano de Recurso Hídrico da Bacia é o plano diretor que visa a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento destes recursos.

O enquadramento de corpos hídricos em classes de acordo com seus tipos preponderantes de usos visa a:

- Assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas;
- Diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

A outorga é a autorização para utilização da água e tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo do uso da água e o efetivo exercício do direito de acesso à água.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

- Reconhecer a água como valor econômico e dar ao usuário de recursos hídricos uma indicação de seu real valor;
- Incentivar a racionalização da água; e
- Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos das bacias.

O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão. Os dados gerados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos são incorporados ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Já o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem os seguintes objetivos, conforme apontados no Art. 32 da Lei 9.433/97:

- I – coordenar a gestão integrada das águas;
- II - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com recursos hídricos;
- III – implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- IV – planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos;
- e
- V – promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos conforme o Art. 33 da referida lei, que foi alterado pela Lei 9.984, de 2000:

- I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- I-A. – a Agência Nacional de Águas;
- II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;
- IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- V – as Agências de Água.

Passados 26 anos da promulgação da Lei das Águas algumas dúvidas ainda existem sobre suas eficácias para muitos que estão fora do sistema de gestão de recursos hídricos, fato esse que a Expedição Nascentes do Paraíba possibilitou trazer para tona o quanto se tem de

exemplares avanços nas ações voltadas às melhorias das quantidades e qualidades de nossas águas, fortalecendo inclusive as visões daqueles que estão dentro do sistema, tendo em vista as múltiplas realizações regionalizadas.

## 2.1. A GESTÃO HÍDRICA DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO

A seguir será feita uma breve contextualização da gestão hídrica nos estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, principalmente sobre seus aspectos legais.

### 2.1.1. Gestão Hídrica do Estado de São Paulo

A Política estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme registros no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO)<sup>1</sup> estão estabelecidos em: Lei Estadual nº 7.663/1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e a Lei Estadual nº 6.134/1988, que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do estado de São Paulo, e dá outras providências e a sua regulamentação dada no Decreto Estadual nº 32.955/1991.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) foi criado pelo Decreto nº 27.576/1987 e alterado pelo Decreto nº 57.113/2011 que adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), à disposição da Lei nº 7.663/1991.

Para suporte financeiros da Política de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e ações correspondentes há o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que foi criado pela Lei nº 7.663/1991, e regulamentado pelo Decreto nº 37.300/1993, alterado pelo Decreto nº 48.896/2004.

O primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (PERH-SP) foi elaborado em 1990, encontrando-se em sua 6ª atualização. Entretanto, apenas o PERH 1994/1995 foi aprovado por lei (Lei Estadual nº 9.034/1994). A última atualização do PERH, para o quadriênio 2012-2015, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos

---

<sup>1</sup> ANA. A gestão de recursos hídricos em São Paulo. <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/sp>, em 28/08/2023

(CRH) por meio da Resolução CRH nº 139/2011, a qual encaminha minuta de Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa do Estado para aprovação do PERH.

O Órgão gestor de recursos hídricos é o Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), criado pela Lei nº 1.350/1951, complementada pela Lei nº 7.663/1991 e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), criada pela Lei nº 118/1973, alterada pela Lei nº 13.542/09.

Atua também na gestão de recursos hídricos a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, criada pela Lei nº 9.952/1998, e complementada pelo Decreto Estadual nº 56.635/2011.

O Estado de São Paulo possui 21 Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas instalados. Para conhecer o funcionamento do órgão gestor e demais integrantes do sistema, acesse: [www.dae.sp.gov.br](http://www.dae.sp.gov.br) e [www.cetesb.sp.gov.br](http://www.cetesb.sp.gov.br).

### 2.1.2. Gestão Hídrica do Estado de Minas Gerais

A Política estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, conforme registros no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO)<sup>2</sup> estão estabelecidos na Lei nº 13.199/1.999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências, suas regulamentações dadas pelo Decreto nº 41.578/2001 e pela Lei Estadual nº 13.199/1999, que teve seus artigos 17, 20, 22 e 25 alterados pela Lei Estadual nº 14.596/2003.

A administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado estão reguladas pela Lei Estadual nº 13.771/2000.

Para os rios de preservação permanente existe a Lei Estadual nº 18.712/2010, que alterou o artigo 32 da Lei Estadual nº 13.771/2000 e o artigo 3º da Lei Estadual nº 15.082/2004.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) foi criado pelo Decreto nº 26.961/1987.

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (FHIDRO-MG) para recuperação, proteção e desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais,

---

<sup>2</sup> ANA. A gestão de recursos hídricos em Minas Gerais. <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/mg>, em 28/08/2023

que foi criado pela Lei Estadual nº 13.194/1999, que foi alterada pela Lei Estadual nº 15.910/2005, com atualizações pelas Leis Estaduais nº 16.315/2006, e nº 18.024/2009.

O Decreto nº 44.314/2006, contém o Regulamento do FHIDRO, alterado pelos Decretos nº 44.666/2007 e nº 44.843/2008.

Já o Decreto Estadual nº 45.230/2009, regulamenta a Lei Estadual nº 15.910/2005.

A Resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do IGAM (SEMAD/IGAM) nº 1.162/2010, disciplina os procedimentos relativos à solicitação, ao enquadramento, à aprovação, à forma, aos prazos e à periodicidade dos pedidos de liberação de recursos financeiros relacionados ao FHIDRO, bem como os procedimentos da sua Secretaria Executiva, e dá outras providências.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MG) foi aprovado no Decreto nº 45.565/2011.

O órgão gestor de recursos hídricos é o Instituto Mineiro de gestão das Águas (IGAM), criado pela Lei Estadual nº 12.584/1997, que altera a denominação do Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (DRH-MG) e dispõe sobre sua reorganização, e dá outras providências. Para conhecer o funcionamento do órgão gestor, acesse: [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br).

Minas Gerais possui 35 comitês instalados, além do CBH Verde Grande, que é interestadual, mas também reconhecido pelo CERH-MG e parte integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

### 2.1.3. Gestão Hídrica do Estado do Rio de Janeiro

A Política estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, conforme registros no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO)<sup>3</sup> é estabelecida pela Lei Estadual nº 3.239/1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VIII, e dá outras providências.

---

<sup>3</sup> ANA. A gestão de recursos hídricos no Rio de Janeiro. <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/rj>, em 28/08/2023

A Lei Estadual nº 4.247/2003, dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências, sendo alterada pela Lei nº 5.234/2008.

Já a Lei nº 5.639/2010, dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de Agência de Água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado, e dá outras providências.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) foi instituído pelo Decreto Estadual nº 27.208/2000, regulamentado Decreto Estadual nº 41.039/2007, que revogou o Decreto nº 32.862/2003. Mas o Decreto Estadual nº 44.115/2013 deu nova redação ao Decreto Estadual nº 41.039/2007, que teve os seus artigos 4º, 5º e 10 alterados pelo Decreto Estadual nº 45.804/2016.

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI-RJ) foi regulamentado por meio do Decreto nº 35.724, de 18 de junho de 2004.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (PERHI-RJ) foi aprovado pelo CERHI-RJ em fevereiro de 2014.

O órgão gestor de recursos hídricos é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), criado pela Lei nº 5.101/2007.

O Estado do Rio de Janeiro possui 9 comitês instalados. Para conhecer o funcionamento do órgão gestor, acesse: [www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br) .

## 2.2. A Gestão Participativa de Recursos Hídricos

A Agência Nacional de Águas e Saneamento assim descreve a gestão participativa:

Em um sentido amplo, podemos dizer que gestão participativa são processos de diálogo que procuram incluir todos os setores e grupos que estão envolvidos em uma questão, seja para compartilhar conhecimentos sobre um tema, seja para a identificação coletiva de desafios, seja para planejar ações e tomar decisões coletivamente.

Não é um processo essencialmente novo ou “moderno”. Existiram vários povos antigos e existem várias comunidades tradicionais que, em seu dia a dia, praticaram ou ainda praticam “gestão participativa”: grupos, aldeias, cidades pequenas que compartilham conhecimentos e tomam decisões em conjunto, em processos nos quais todos participam.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> ANA. Governança, Comunicação e Participação Social: Introdução à Gestão Participativa. Capacitação Para Gestão das Águas. [https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/123/1/Apostila\\_-\\_Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_Gest%C3%A3o\\_Participativa.pdf](https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/123/1/Apostila_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Participativa.pdf)

### 2.2.1. A Bacia do Rio Paraíba do Sul

Conforme consta no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, o Rio Paraitinga ao receber as águas do seu primeiro maior afluente, o Rio Paraibuna, no município de mesmo nome, de onde passa a ser chamado de Rio Paraíba do Sul, ambos em território paulista. Os cursos d'água da bacia percorrem a região de Minas Gerais e Rio de Janeiro, até desaguar no Oceano Atlântico, em São João da Barra (RJ). No leito do rio, estão localizados importantes reservatórios de usinas hidrelétricas, como Paraibuna, Jaguari, Santa Branca e Funil (CEIVAP, 2021).

Considerando sua nascente mais afastada da foz, o Rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina, no município de Areias, no estado de São Paulo, com o nome de Rio Paraitinga, recebendo o nome Rio Paraíba do Sul ao receber as águas do seu primeiro maior afluente, o Rio Paraibuna, na Represa de Paraibuna.

Perfaz um percurso total de 1.137 km, desde a nascente do Rio Paraitinga, no Nordeste Paulista, até a foz em Atafona (São João da Barra), no Norte Fluminense.

Os principais afluentes do Rio Paraíba do Sul são os Rios: Jaguari, Buquira, Paraibuna, Piabanha, Pomba e Muriaé. Esses dois últimos são os maiores e deságuam, respectivamente, a 140 e a 50 quilômetros da foz. Entre os subafluentes, está o Rio Carangola, importante rio da bacia do Rio Paraíba do Sul, posto que serve a duas unidades da federação, o estado de Minas Gerais e o estado do Rio de Janeiro.

**Região Hidrográfica (RH):** O Rio Paraíba do Sul pertence a RH Nacional Atlântico Sudeste.

**O significado do nome:** Conforme o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: pa·ra·í·ba, Substantivo feminino: 1. [Botânica] Árvore rutácea do Brasil / 2. [Brasil] A parte não navegável dos grandes rios.

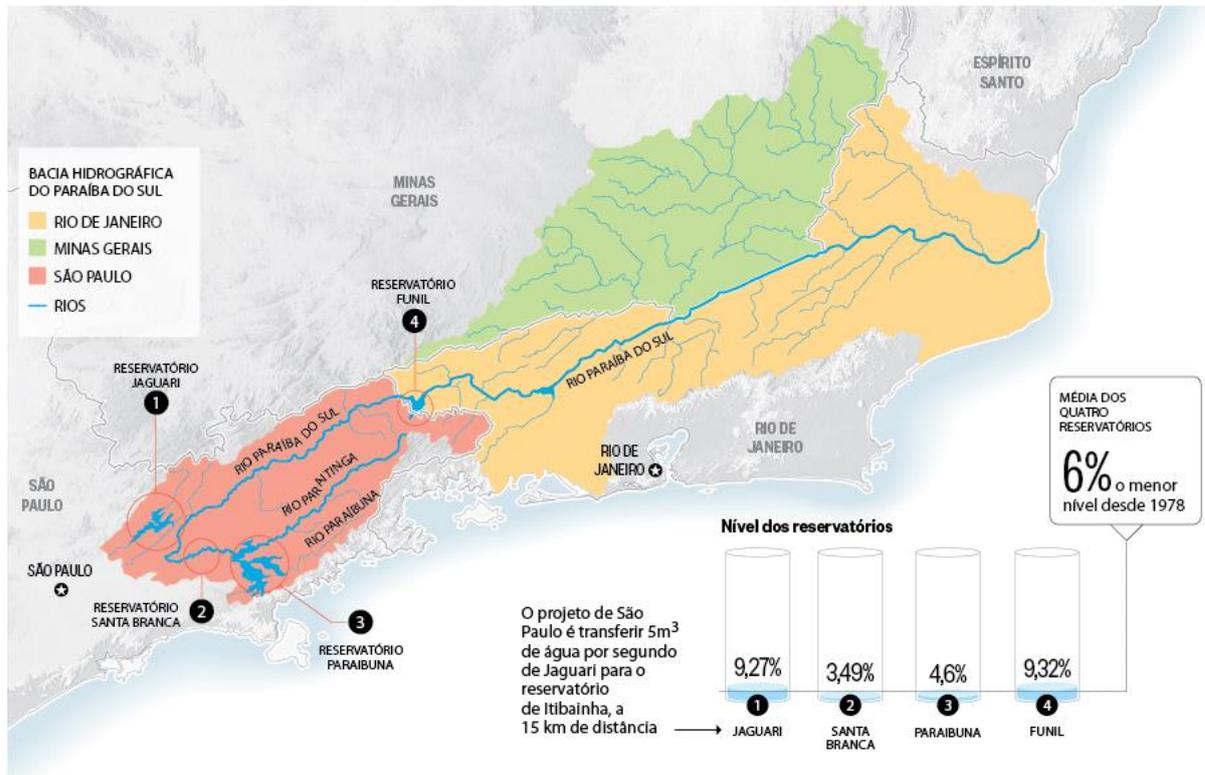


Figura 2 - Localização dos 4 principais reservatórios da bacia do Rio Paraíba do Sul.

Fonte: CEIVAP, 2021

### 2.2.2. Os Comitês de Bacias do Rio Paraíba do Sul

Na extensão do Rio Paraíba do Sul existem vários outros rios contribuintes e tais rios estão integrados em seus respectivos comitês de bacias hidrográficas.

Cabe destacar que a única Região Hidrográfica que não tem suas águas drenantes para o Rio Paraíba do Sul é a que aponta para a área de atuação do Comitê Guandu, que ao contrário, recebe por transposição, cerca de 2/3 do volume de água daquele, desde a década de 1950, em primeiro momento para aproveitamento energético e posteriormente para prover o abastecimento de cerca de 11 milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (entenda mais em <https://www.facebook.com/watch/?v=1377308602627153>).

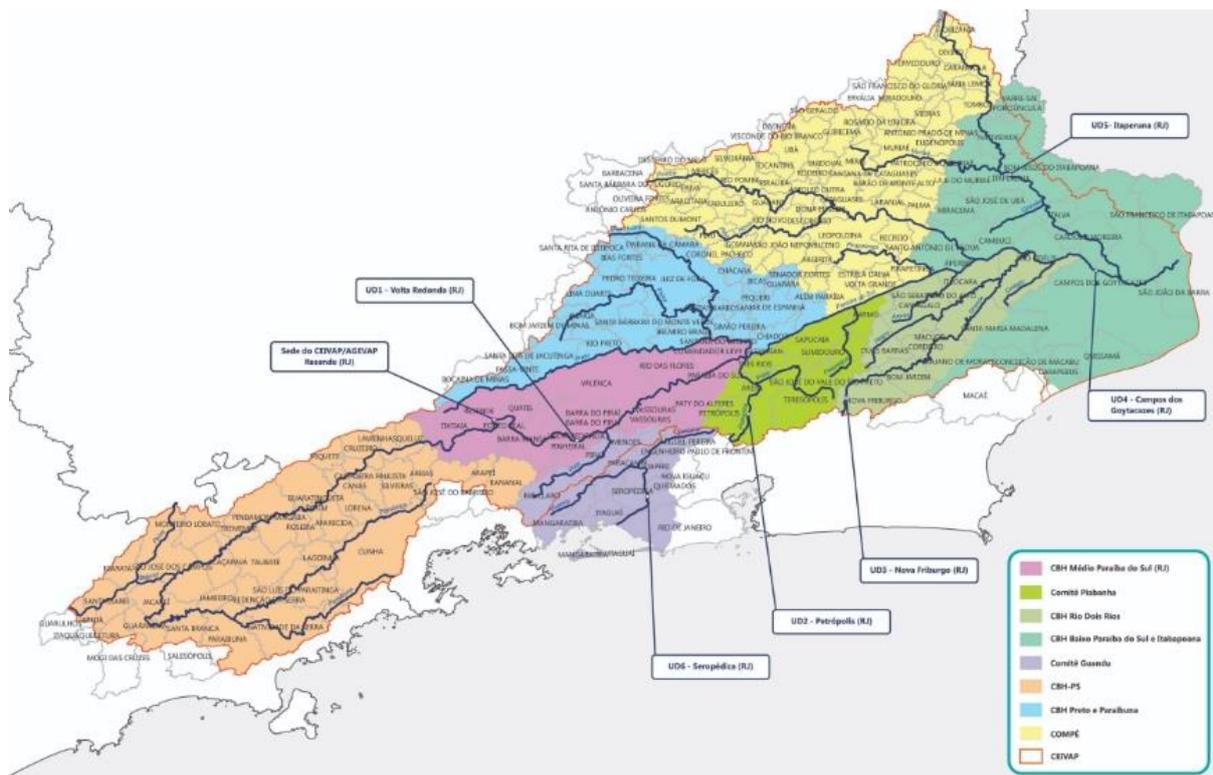


Figura 3 - Organismos de Bacias Hidrográficas com Influências no Rio Paraíba do Sul.  
Fonte: <https://www.ceivap.org.br/images/mapa-organismos-da-bacia.jpg>

### O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)

Criado pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996, o CEIVAP (<http://www.ceivap.org.br>), ou Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, teve sua área de abrangência e nomenclatura alteradas pelo Decreto Federal nº 6.591, de 1º de outubro de 2008. A partir de então, o CEIVAP passou a ser denominado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, tendo 4 municípios incluídos na bacia, somando, assim, 184 cidades nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O CEIVAP é o parlamento, com poder de decisão, no qual ocorrem os debates e decisões descentralizadas sobre as questões relacionadas aos usos múltiplos das águas da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. É formado por 60 membros, sendo três da União e 19 de cada estado (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) da bacia do Paraíba do Sul, com a seguinte composição: 24 representantes de usuários de recursos hídricos, 21 representantes do poder público e 15 representantes da sociedade civil.

O Comitê foi criado com o intuito de promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilidade técnica e econômico-financeira de programas de investimento e a consolidação de

políticas de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e a articulação interestadual, garantindo que as iniciativas regionais de estudos, projetos programas e planos de ação sejam partes complementares, integradas e consonantes com as diretrizes e prioridades estabelecidas para a Bacia.

A partir do Decreto Federal nº 6.591, de 1º de outubro de 2008, a Bacia do Rio Paraíba do Sul passou a abranger 184 municípios, ao invés de 180, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 57 no Estado do Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais.

São atribuições do CEIVAP:

- Definir as metas de qualidade (enquadramento) para as águas dos rios da bacia;
- Propor diretrizes para a outorga de direito de uso da água – permissão legal obrigatória para o uso - captação, consumo ou diluição - das águas da bacia concedida pelo poder público;
- Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul e acompanhar sua execução;
- Acompanhar e direcionar as ações da AGEVAP, que é a figura jurídica e o braço executivo do CEIVAP;
- Aprovar e acompanhar a execução da cobrança pelo uso da água, cujos critérios e valores a serem cobrados foram aprovados pelo plenário do CEIVAP, consubstanciados na Deliberação CEIVAP 08/01.

Contribuindo com os fluxos de águas para a calha do Rio Paraíba do Sul existem muitas outras bacias e sub-bacias hidrográficas com comitês constituídos.

### **O CEIVAP nas Mídias Sociais**

Instagram



YouTube



Facebook



## **O Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)**

No lado paulista, o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) foi o quarto colegiado a ser instalado no Estado de São Paulo. Criado em 25/11/1994, através da Lei Estadual 9.034/94, é composto por 36 representantes (titulares e suplentes) dos três segmentos, sendo 12 representantes para cada segmento, que o compõem: Estado, Prefeituras Municipais e Sociedade Civil. Além disso, conta em sua estrutura organizacional com seis Câmaras de Assessoramento Técnico: Assuntos Institucionais (CT-AI), Educação Ambiental e Mobilização Social (CT-EAMS), Estudos de Cobrança da Água (CT-ECA), Planejamento (CT-PL), Saneamento (CT-SAN) e Restauração Florestal (CT-REF).

Municípios da Área de Abrangência do CBH-PS: Aparecida, Arapeí, Areias, Arujá, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santa Isabel, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, Silveiras, Taubaté, Tremembé. E parcialmente: Arujá, Guarulhos, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, e Salesópolis, que são municípios das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos 06 - Alto Tietê (UGRHI 06) com trechos na UGRHI 02 - Paraíba do Sul.

**Área de drenagem:** 14.444 km<sup>2</sup>

**População:** 2.093.154 habitantes

**Principais rios:** Paraibuna, Paraitinga, Jaguari, Una, Buquira/Ferrão, Embaú/Piquete, Bocaina e Pitangueiras/Itagaçaba.

**Reservatórios:** Paraibuna/Paraitinga, Santa Branca e Jaguari.

**Principais atividades econômicas:** Agropecuária (sobretudo cultivo de arroz), indústria e pesquisa em tecnologia (principalmente os setores: automobilístico e aeroespacial), mineração de área, turismo religioso, serviços, entre outros.

**Vegetação remanescente:** Apresenta 3.846 km<sup>2</sup> de vegetação natural remanescente que ocupa, aproximadamente, 26,5% da área da UGRHI. As categorias de maior ocorrência são Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista.

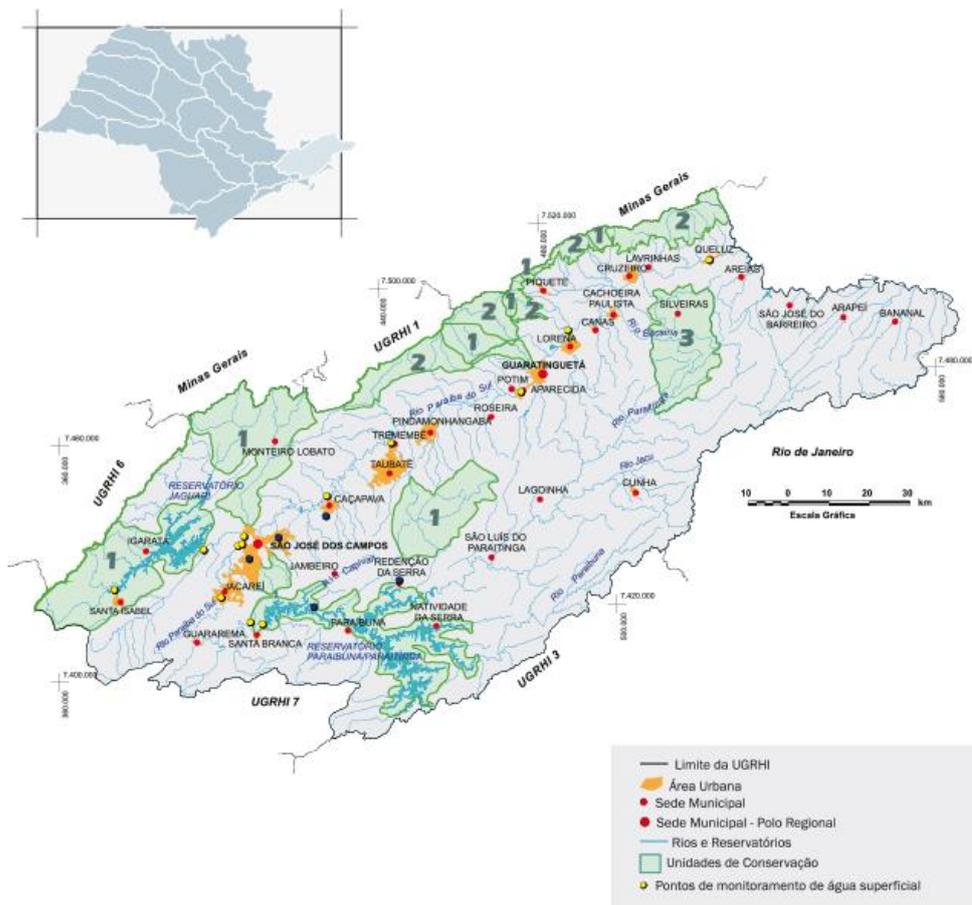


Figura 4 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, SP.  
Fonte: <https://www.comiteps.sp.gov.br/area-de-atuacao>

## O CBH PS nas Mídias Sociais

Instagram



YouTube



Facebook



## Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH MPS)

Dentro dos limites territoriais do Estado do Rio de Janeiro, em sua Região Hidrográfica III, temos o Comitê Médio Paraíba do Sul (<https://www.cbhmedioparaiba.org.br/>) que foi instituído no dia 11 de setembro de 2008, pelo Decreto Estadual nº 41.475, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.466/2015. Com sede no município de Volta Redonda/RJ, o

Comitê é um órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), nos termos da Lei Estadual nº 3.239/1999.

Tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica III do Estado do Rio de Janeiro que compreende a região constituída pela bacia do Rio Preto e pelas bacias dos rios afluentes do curso médio superior do Rio Paraíba do Sul no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo, integralmente, os municípios de Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, assim como, parcialmente, os municípios de Barra do Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Piraí, Rio Claro, Três Rios e Vassouras, situados na região sul fluminense do Estado.

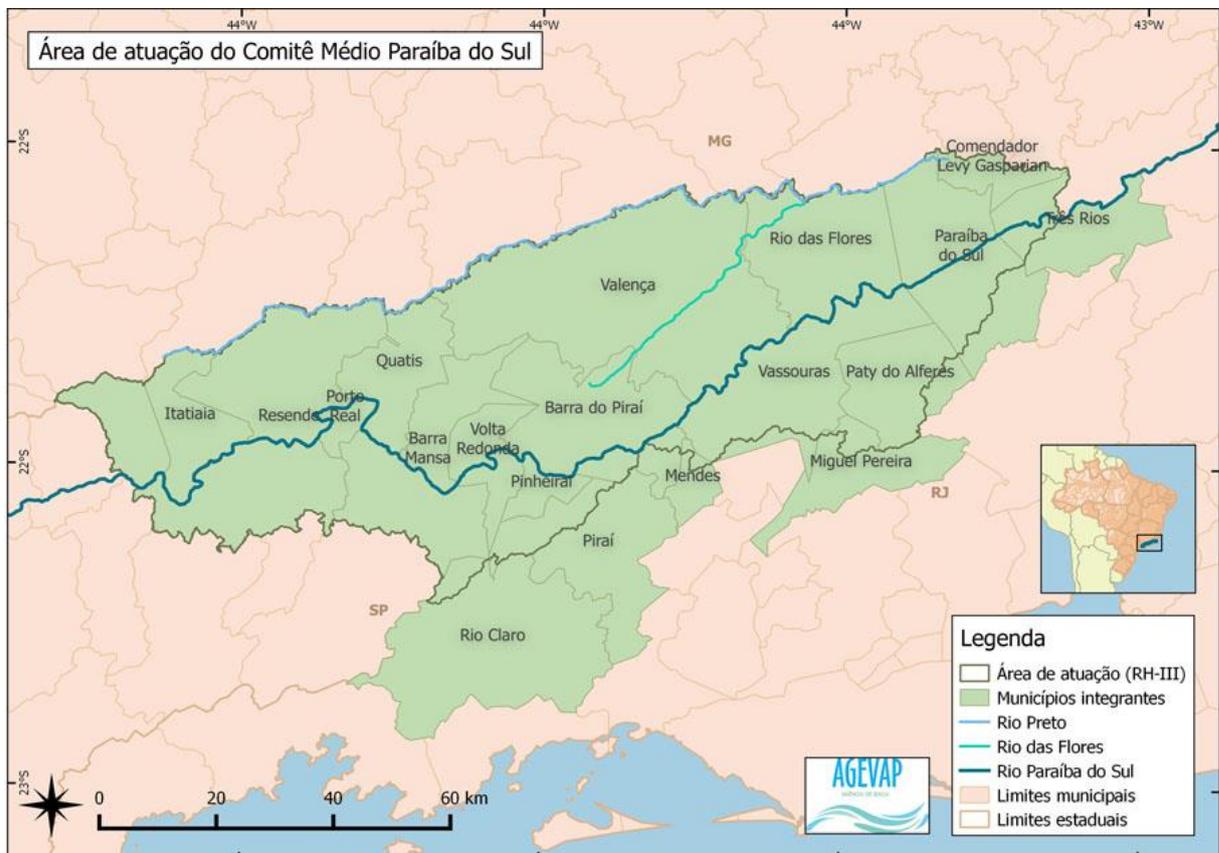


Figura 5 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas Médio Paraíba do Sul - RJ.  
Fonte: <https://www.cbhmedioparaiba.org.br/area-atuacao.php/>

A Região possui em sua hidrografia, além do próprio Rio Paraíba do Sul, outros rios de domínio federal, como o Preto e o Bananal, e de domínio estadual, como o Pirapetinga, o Turvo, o das Flores e o Ubá.

O Comitê Médio Paraíba do Sul possui atribuições consultivas, deliberativas e normativas, em nível regional, e é composto por um plenário com 30 membros titulares, com direito a voz e voto, e suplentes, distribuídos da seguinte maneira: 10 representantes dos Usuários de Recursos Hídricos; 10 Representantes da Sociedade Civil; e 10 Representantes do Poder Público (municipal, estadual, federal).

Conforme consta no Atlas da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul, a Região Hidrográfica (RH) do Médio Paraíba do Sul abrange uma área de drenagem de 6.517 km<sup>2</sup> onde estão inseridos 19 municípios fluminenses, com população total de 1.019.562 habitantes, sendo 967.913 habitantes inseridos em área urbana e 51.649 habitantes em área rural, de acordo com o IBGE.

O histórico de utilização das terras na região do Médio Paraíba do Sul teve como primeira forma de uso a agricultura extrativista, sendo posteriormente substituída no período colonial pela cultura do café. Progressivamente, as lavouras cafeeiras cederam lugar à pecuária leiteira e de corte, sendo a última de maior expressão por ocupar grandes áreas de pastagens naturais ou implantadas em sistema de produção extensivo, onde há mão-de-obra e insumos. Este uso do solo faz com que, atualmente, existem grandes extensões de áreas em vários estágios de degradação, apresentando em alguns pontos, manchas de vegetação secundária em regeneração, com o aspecto de ilhas, em meio à predominância de pastagens degradadas (SILVA, 2013).

### **O CBH MPS nas Mídias Sociais**

Instagram



YouTube



Facebook



### **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto - Comitê Piabanha**

Também drenando para calha do rio Paraíba do Sul fluem as águas da Região Hidrográfica IV do Estado do Rio de Janeiro de atuação do Comitê Piabanha (<https://comitepiabanha.org.br/>), que teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI-RJ, em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 38.235, de 14 de setembro de 2005, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.461/2015. Com sede no município de Petrópolis/RJ, o Comitê é um órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos (SEGRHI), nos termos da Lei Estadual nº 3.239/1999 (RIO DE JANEIRO, 1999).

Tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IV do Estado do Rio de Janeiro que compreende a região constituída pela totalidade das bacias hidrográficas dos cursos d'água afluentes do Rio Piabanha que drenam os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Areal, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, acrescida das áreas das bacias hidrográficas dos afluentes do Rio Paraíba do Sul, pela margem direita, que drenam os municípios de Sumidouro, Sapucaia e Carmo, situados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 6 - Área de atuação do CBH do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto, RJ.  
Fonte: <https://www.comitepiabanha.org.br/institucional/area-de-atuacao/MjE4Mw==/comite>

O Comitê Piabanha possui atribuições consultivas, deliberativas e normativas, em nível regional, e é composto por um plenário com 36 instituições membros titulares, com direito a voz e voto, e respectivas instituições suplentes, distribuídos da seguinte maneira: 12 representantes dos Usuários de Recursos Hídricos; 12 representantes da Sociedade Civil; e 12 representantes do Poder Público (10 municipal, 1 estadual e 1 federal).

O Rio Piabanha tem 80 km de extensão e cruza os municípios de Petrópolis, Areal e Três Rios. Seu principal afluente é o Rio Preto, com curso de 54 km. O Rio Paquequer é afluente

do Rio Preto, corre por 37 km e banha Teresópolis em seu trecho inicial (CBH-Piabanha, 2019). A RH-IV ocupa uma área de aproximadamente 3.460 km<sup>2</sup>, o que representa 5,64% da área total da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Com relação aos usos do solo as pastagens ocupam 42,84% da RH-IV e caracterizam-se como área de vegetação herbácea, sendo que grande parte são degradadas, possuem manejo inadequado e representam o uso antrópico de sua maior extensão. Em seguida, predominam as áreas de Floresta Estacional/Floresta Ombrófila, representando 16,40% da região hidrográfica. As áreas florestadas se mantêm preservadas devido à geomorfologia da região e à ocorrência de diversas Unidades de Conservação (UCs).

A presença dos fragmentos florestais e UCs é de suma importância para a conservação dos recursos hídricos, sendo os responsáveis pela manutenção dos mananciais, águas de melhor qualidade, menos sedimento e menor quantidade de poluentes. A cobertura vegetal recebe as águas das chuvas antes delas chegarem ao solo propriamente dito, diminuindo a velocidade do escoamento superficial, aumentando a taxa de infiltração no solo, alimentando os lençóis subterrâneos e mananciais. Além disso, os fragmentos evitam processos erosivos do solo e o carreamento de sedimentos para corpos hídricos, atribuem resistência às margens à erosão e conservam a genética das espécies nativas (COMITÊ PIABANHA, 2021).

Por outro lado, as áreas agrícolas, apesar de serem pouco representativas na RH-IV, ocupando apenas 2,99% da área total da região hidrográfica, apresentam problemas quanto ao aumento do escoamento superficial. A região agrícola da RH-IV tem seus cultivos em sua grande maioria, baseados nas técnicas de agricultura convencional, causando lixiviação e perda das características do solo, processo este intensificado com a alternância do período seco prolongado com as chuvas intensas que acometem a região (COMITÊ PIABANHA, 2021).

As principais ações do Comitê Piabanha estão focadas em Saneamento Urbano e Rural, Macrodrenagem, Infraestrutura Verde e Comunicação e Capacitação. Conheça mais no nosso plano de bacias (<https://comitepiabanha.org.br/institucional/agencia-de-bacia/MTk2OQ==//gestaorhiv>) e canal do YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCJX0rDMwtv8jO4zJil1pf-A>)

## O CBH Piabanha nas Mídias Sociais

Instagram



YouTube



Facebook



## Comitê Rio Dois Rios

O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios (Comitê Rio Dois Rios – CBH-R2R) (<https://www.cbhriodoisrios.org.br/>), que tem a área de atuação na Região Hidrográfica VII do Estado do Rio de Janeiro, teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ), em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 41.472, de 11 de setembro de 2008, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.460/2015. Com sede no município de Nova Friburgo/RJ, o Comitê é um órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos (SEGRHI), nos termos da Lei Estadual nº 3.239/1999.

O CBH-R2R tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica VII, do estado do Rio de Janeiro, constituída pelas bacias dos rios Negro e Dois Rios, do córrego do Tanque e adjacentes, bem como da bacia da margem direita do curso médio inferior do Rio Paraíba do Sul, cujos rios principais são os rios Bengalas, Negro, Grande e Dois Rios, com foz no município de São Fidélis/RJ.

A área de atuação do Comitê abrange integralmente os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco e São Sebastião do Alto e, parcialmente, os municípios de Carmo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Fidélis, situados na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

O CBH-R2R possui atribuições consultivas, deliberativas e normativas, em nível regional, e é composto por um plenário com 24 membros titulares, com direito a voz e voto, e seus respectivos suplentes, distribuídos da seguinte maneira: 8 representantes dos Usuários de Recursos Hídricos; 8 representantes da Sociedade Civil; e 8 Representantes do Poder Público (municipal, estadual, federal).

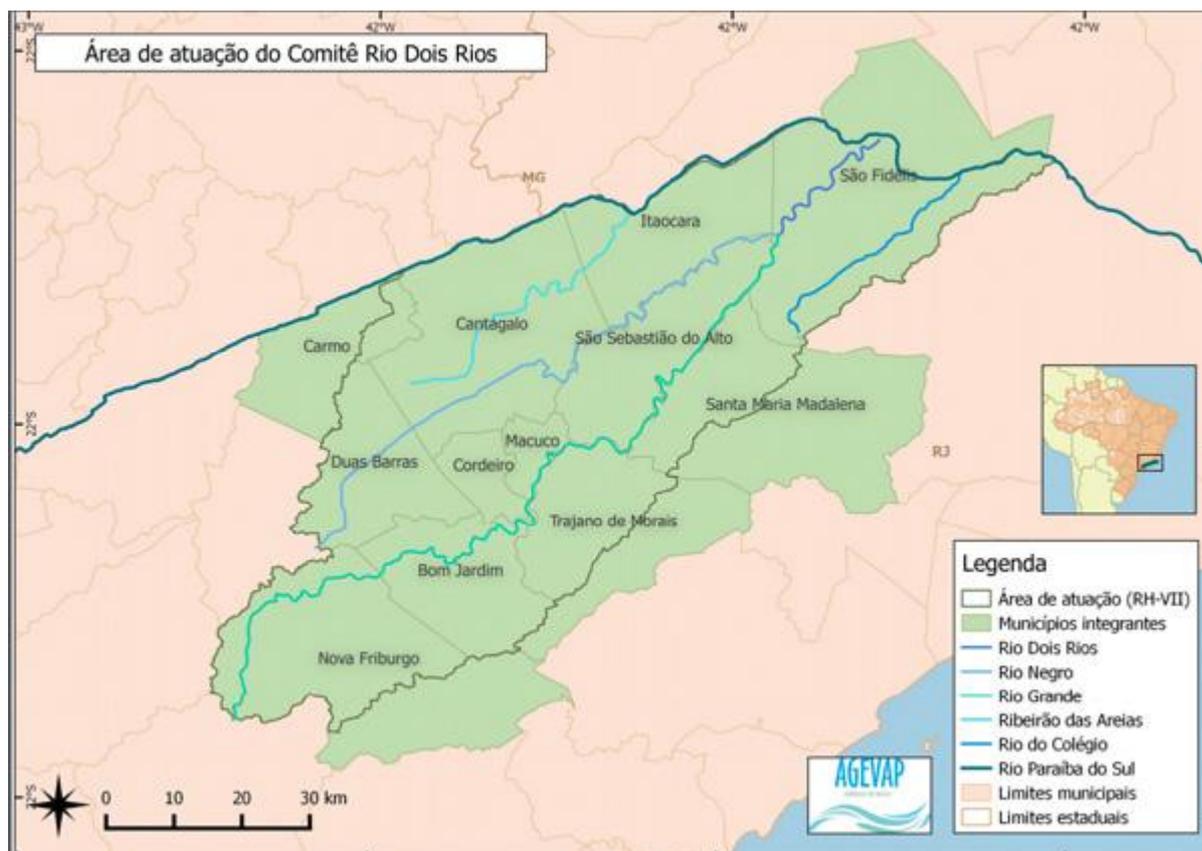


Figura 7 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Dois Rios, no estado do Rio de Janeiro.  
 Fonte: <https://www.cbhriodoisrios.org.br/area-atuacao.php>

O Rio Dois Rios é formado pelo encontro das águas dos rios Negro e Grande, cujas bacias de drenagem fazem parte da Região Serrana, percorrendo, desse ponto até a sua foz no Paraíba do Sul, o percurso de aproximadamente 35 km. Sua bacia hidrográfica tem uma área de drenagem de 3.169 km<sup>2</sup>, que abrange 11 municípios fluminenses - Nova Friburgo, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, Itaocara e São Fidélis - onde habitam cerca de 310 mil pessoas.

Dentre as grandes sub-bacias formadoras do Rio Paraíba do Sul, somente duas – Piabanha e Dois Rios – apresentam mais de 20% de suas terras com cobertura florestal. Ambas se situam na Região Serrana, no trecho fluminense da bacia, onde estão os mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica. A sub-bacia do Rio Dois Rios, propriamente dito, encontra-se entre as piores sub-bacias, que apresenta zero de cobertura florestal. As florestas remanescentes estão localizadas nas sub-bacias dos rios formadores do Dois Rios, especialmente na sub-bacia do Rio Grande. (CEIVAP, 2018)

## O CBH R2R nas Mídias Sociais

Instagram



YouTube



Facebook



### Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) (<https://www.cbhbaixoparaiba.org.br/index.php>), que tem a área de atuação na Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro, foi instituído pelo Decreto Estadual nº 41.720, de 03 de março de 2009, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.584/2016. Com sede no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o Comitê é um órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos (SEGRHI), nos termos da Lei Estadual nº 3.239/1999.

Tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro que compreende a região constituída pelas bacias do Muriaé, do Pomba, do Pirapetinga, do Córrego do Novato e Adjacentes, do Jacaré, do Campelo, do Cacimbas, do Muritiba, do Coutinho, do Grussaí, do Iquipari, do Açú, do Pau Fincado, do Nicolau, do Preto, do Preto Ururaí, do Pernambuco, do Imbé, do Córrego do Imbé, do Prata, do Macabu, do São Miguel, do Arrozal, da Ribeira, do Carapebus, do Itabapoana, do Guaxindiba, do Buena, do Baixa do Arroz, do Guriri e por pequenas bacias da margem direita e esquerda do Baixo Paraíba do Sul.

A área de atuação do Comitê abrange integralmente, os municípios de Quissamã, Natividade, São João da Barra, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Italva, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Aperibé, Miracema, Varre-Sai, São Francisco do Itabapoana, Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Laje do Muriaé, assim como, parcialmente, os municípios de Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, e Santa Maria Madalena, situados na regiões norte e noroeste fluminenses do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 8 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, RJ.  
 Fonte: <https://www.cbhbaixoparaiba.org.br/area-atuacao.php>

O Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana possui atribuições consultivas, deliberativas e normativas, em nível regional, e é composto por um plenário com 30 membros titulares, com direito a voz e voto, e seus respectivos suplentes, distribuídos da seguinte maneira: 10 representantes dos Usuários de Recursos Hídricos; 10 representantes da Sociedade Civil; e 10 Representantes do Poder Público (municipal, estadual, federal).

A área de atuação do CBH-BPSI corresponde às porções mais a jusante da bacia do Rio Paraíba do Sul e dos rios Muriaé, Pomba e Dois Rios, também conhecida como Baixo Paraíba, contida integralmente em território Fluminense entre os municípios de Itaocara, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua, desenvolvendo-se até a foz, no Oceano Atlântico. Apresenta uma área de aproximadamente 6.259 km<sup>2</sup>, onde vivem cerca de 860 mil habitantes. Os municípios mais representativos desta bacia do ponto de vista populacional, ou seja, aqueles com população superior a 30 mil habitantes, em ordem, são: Campos dos Goytacazes, Itaperuna, São Francisco do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e São Fidélis. Campos dos Goytacazes, em termos populacionais, é o terceiro maior município da bacia do Rio Paraíba do Sul e o maior da parcela fluminense da bacia. A tendência de concentração populacional

nas áreas urbanas segue o mesmo padrão de outras regiões brasileiras, sendo um dos fatores responsáveis pelo aumento da poluição na bacia.

### **O CBH BPSI nas Mídias Sociais**

Instagram



YouTube



Facebook



### **Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna**

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (<https://www.pretoparaibuna.org.br/>) foi instituído no dia 29 de dezembro de 2005, pelo Decreto Estadual n.º 44.199, como um órgão colegiado, de Estado, deliberativo, normativo e consultivo, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), tendo como sede o município de Juiz de Fora/MG.

Seu principal objetivo é desenvolver ações em observância à Lei Federal n.º 9.433/97 e à Lei Estadual n.º 13.199/99, em especial, quanto à gestão descentralizada e participativa, entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, bem como à necessidade da gestão compartilhada, considerando as políticas estaduais de recursos hídricos e as competências constitucionais e legais do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A área territorial compreendida pela Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PS1, de 7.199 km<sup>2</sup>, possui trinta Municípios, sendo eles: Além Paraíba, Antônio Carlos, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Guarará, Juiz de Fora, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Passa Vinte, Pedro Teixeira, Pequeri, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, Santa Rita do Ibitipoca, Santa Rita do Jacutinga, Santo Antônio do Aventureiro, Santos Dumont, Senador Cortes, Simão Pereira. Totalizando 636.902 habitantes, em área urbana 596.013 e em área rural 33.669 habitantes respectivamente.

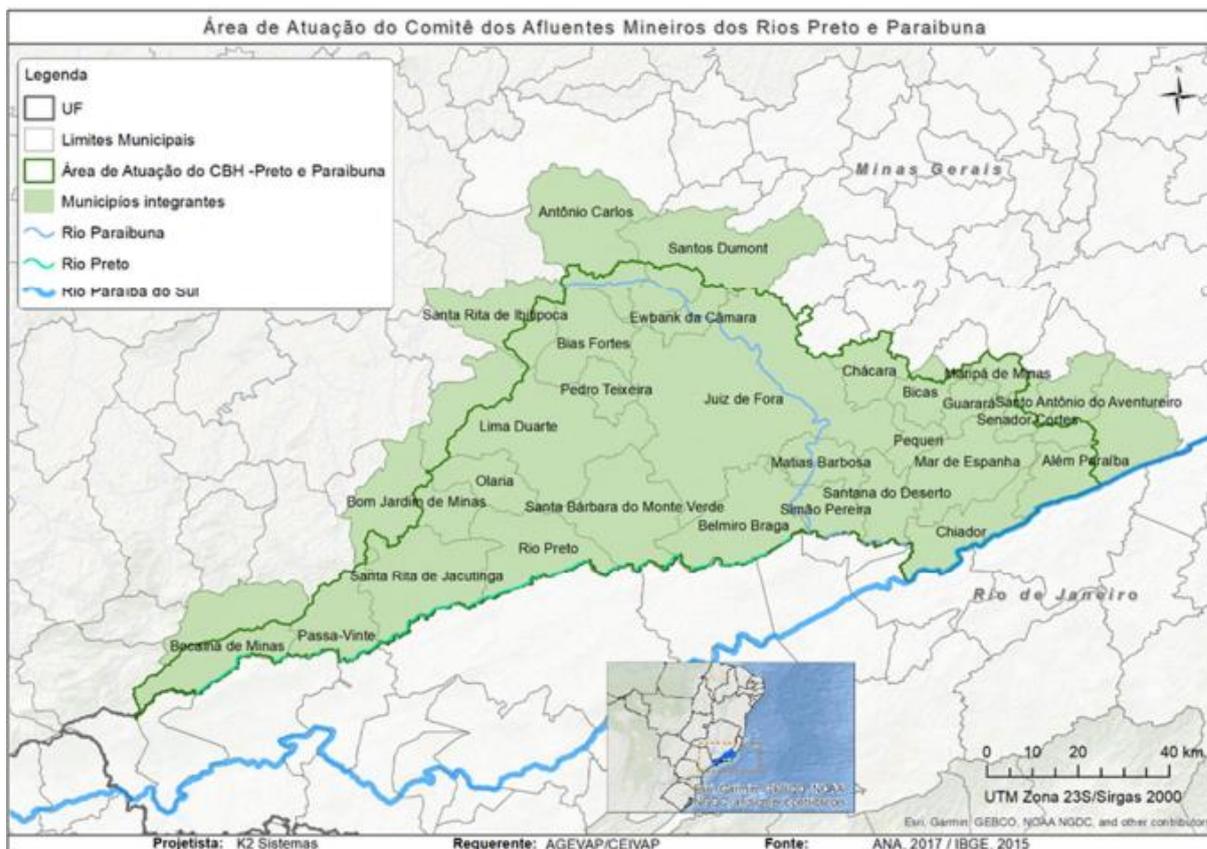


Figura 9 - Área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, no estado de Minas Gerais.

Fonte: <https://www.pretoparaibuna.org.br/arquivos/planodiretor2022.pdf>

Em conformidade com seu novo Regimento Interno, aprovado por meio da Deliberação n.º 01/2017, em Reunião Plenária do Comitê, ocorrida em 19 de outubro de 2017, o Comitê é formado por 24 membros, observando o critério de representação paritária, composto por 06 (seis) representantes do poder Público Estadual, 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal, 06 (seis) representantes dos Usuários de Recursos Hídricos (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo e lazer) e, finalmente, 06 (seis) representantes titulares de entidades da organização civil, voltadas à proteção do meio ambiente e/ou à gestão de recursos hídricos.

A Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna possui área total de 7.185,99 km<sup>2</sup>. O Rio Paraibuna é o maior afluente em volume de água do Paraíba do Sul com comprimento total de cerca de 170 km. Suas nascentes se localizam na Serra da Mantiqueira, no município de Antônio Carlos, em uma altitude de 1.180 m. A partir daí seu curso tem orientação W-E até a divisa com o município de Santos Dumont. Após esse trecho de aproximadamente 30 km, assume a direção NW-SE, passando por Juiz de Fora a 680 m de altitude, onde tem grande importância por ser o principal receptor dos efluentes dessa bacia.

Em seguida recebe as águas do Rio do Peixe e do Rio Preto pela margem direita e o Rio Cágado pela margem esquerda, onde assume o sentido N-S até a foz no Rio Paraíba do Sul. Seu trecho final, numa extensão de 44 km, corresponde à divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (CEIVAP, 2007).

A população total residente na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, considerando o ano de 2010, totalizou 629.186 habitantes, divididos entre 595.532 habitantes urbanos e 33.654 habitantes rurais.

### **O CBH dos Rios Preto e Paraibuna nas Mídias Sociais**

Instagram



Facebook



### **Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé**

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (<https://www.compe.org.br/>) foi instituído no dia 03 de maio de 2006, pelo Decreto Estadual n.º 44.290, como um órgão colegiado, de Estado, deliberativo, normativo e consultivo, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), tendo como sede o município de Guarani/MG.

Seu principal objetivo é desenvolver ações em observância à Lei Federal nº 9.433/97 e à Lei Estadual nº 13.199/99, em especial, quanto à gestão descentralizada e participativa, entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, bem como à necessidade da gestão compartilhada, considerando as políticas estaduais de recursos hídricos e as competências constitucionais e legais do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A área territorial compreendida pela Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – PS2 possui tem uma área de 13.519,06 km<sup>2</sup> em 65 municípios, sendo que 58 municípios com sede na bacia, sendo eles: Além Paraíba, Antônio Carlos, Antônio Prado de Minas, Aracitaba, Argirita, Astolfo Dutra, Barão do Monte Alto, Barbacena, Bicas, Carangola, Cataguases, Coronel Pacheco, Descoberto, Desterro do Melo, Divinésia, Divino, Dona Euzébia, Ervália, Estrela Dalva, Eugenípolis, Faria Lemos, Fervedouro, Goiana, Guarani, Guidoal, Guiricema, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Mercês, Miradouro,



representantes titulares de entidades da organização civil, voltadas à proteção do meio ambiente e/ou à gestão de recursos hídricos.

A população total residente na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé segundo o Censo de 2010 é de 837.509 mil habitantes sendo que na área urbana é de 691.796 e na área rural de 132.136 habitantes respectivamente.

### **O COMPÉ nas Mídias Sociais**

Instagram



Facebook



#### **2.2.3. O Comitê Guandu - RJ**

Muito embora a Região Hidrográfica II do Estado do Rio de Janeiro, que é a área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim, não esteja no Vale do Rio Paraíba do Sul, no ano de 1952 a RH passou a receber as águas da transposição do Rio Paraíba do Sul, captadas em Santa Cecília (Barra do Pirai), tendo como base legal o Decreto-Lei nº 7.542/1945, que também autorizou a Light a derivar as águas do Ribeirão do Vigário e do Rio Pirai, para utilizá-las na ampliação da Usina Ribeirão das Lajes. (REIS FILHO, 2013)

As estruturas hidráulicas que propiciaram a transposição das águas do Paraíba do Sul para a vertente da Serra do Mar têm capacidade de derivar 160 m<sup>3</sup>/s. Esse valor corresponde a aproximadamente 2/3 da vazão regularizada no local.

Em Santa Cecília existe um pequeno reservatório, cujo volume útil é de apenas 2,17 hm<sup>3</sup> (hectômetro cúbico), que propicia a tomada de água da usina elevatória. As águas recalçadas do Rio Paraíba do Sul vencem uma altura de 15,5 metros, sendo conduzidas através de um túnel, com seção de 43,5 m<sup>2</sup> e comprimento de 3.314 metros, ao reservatório de Santana, construído a partir de um segundo barramento no Rio Pirai. Cabe lembrar que o primeiro barramento é o correspondente ao reservatório de Tócos, situado bem a montante, no município de Rio Claro.

As águas acumuladas no reservatório de Santana são novamente recalçadas pela usina elevatória de Vigário, localizada na parte montante do reservatório, nas proximidades do

centro da cidade de Piraí. A altura de bombeamento neste segundo recalque é de 35 metros e a capacidade de recalque é de 189 m<sup>3</sup>/s.

A usina de elevatória de Vigário recalca as águas do reservatório de Santana para o reservatório de Vigário, formado pelo barramento do Ribeirão do Vigário, que era um pequeno afluente do Rio Piraí. O efeito do bombeamento pela parte montante do reservatório de Santana faz com que o Rio Piraí, no trecho do reservatório, tenha seu curso invertido. Vale ressaltar que a vazão média natural de longo tempo do Rio Piraí em Santana era de 20 m<sup>3</sup>/s e com o incremento Tócos/Santana de 6 m<sup>3</sup>/s e, ainda, que as águas acumuladas nesse reservatório são provenientes dos Rios Paraíba do Sul e Piraí. Assim estima-se que 180 m<sup>3</sup>/s sejam transferidos da Bacia do Paraíba do Sul para a Bacia do Guandu, por meio das duas transposições citadas.

As águas acumuladas no reservatório de Vigário e Lajes são então desviadas por gravidade para a vertente atlântica da Serra do Mar através de tubulações de adução que aproveitam a diferença de nível de aproximadamente 300 metros.

A energia produzida a partir dessa grande queda justifica economicamente o esforço de transposição realizado, ou seja, o gasto de energia no primeiro recalque, de 15 metros, somado ao do segundo de 35 metros. Esse arranjo permitiu a conservação das usinas hidrelétricas Nilo Peçanha, Fonte Velha (desativada), Fonte Nova e Pereira Passos.

Compreende a bacia hidrográfica do Rio Guandu, incluídas as nascentes do Ribeirão das Lajes, as águas desviadas do Rio Paraíba do Sul e do Piraí, os afluentes ao Ribeirão das Lajes, ao Rio Guandu e ao Canal de São Francisco, até a sua desembocadura, na Baía de Sepetiba, bem como as bacias hidrográficas dos Rios da Guarda e Guandu-Mirim.

O Comitê Guandu foi criado pelo Decreto nº 31.178/2002, e é um órgão colegiado, vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ), com atribuições consultivas, normativas e deliberativas, de nível regional, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), nos termos da Lei Estadual nº 3.239/99. Ele teve sua área de abrangência ampliada pela Resolução CERHI-RJ de nº 107/2013.

A Região Hidrográfica Guandu – RH II compreende as bacias dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim, totalizando uma área de drenagem aproximadamente 3600 km<sup>2</sup>, onde vivem aproximadamente 1 milhão de habitantes. Juntas, estas bacias compreendem cerca de 70% da área total da bacia hidrográfica contribuinte à Baía de Sepetiba, englobando parcial e

integralmente o território de 15 municípios, quais sejam: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri, Paracambi, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Vassouras, Piraí, Rio Claro, Mendes, Mangaratiba e Barra do Piraí.

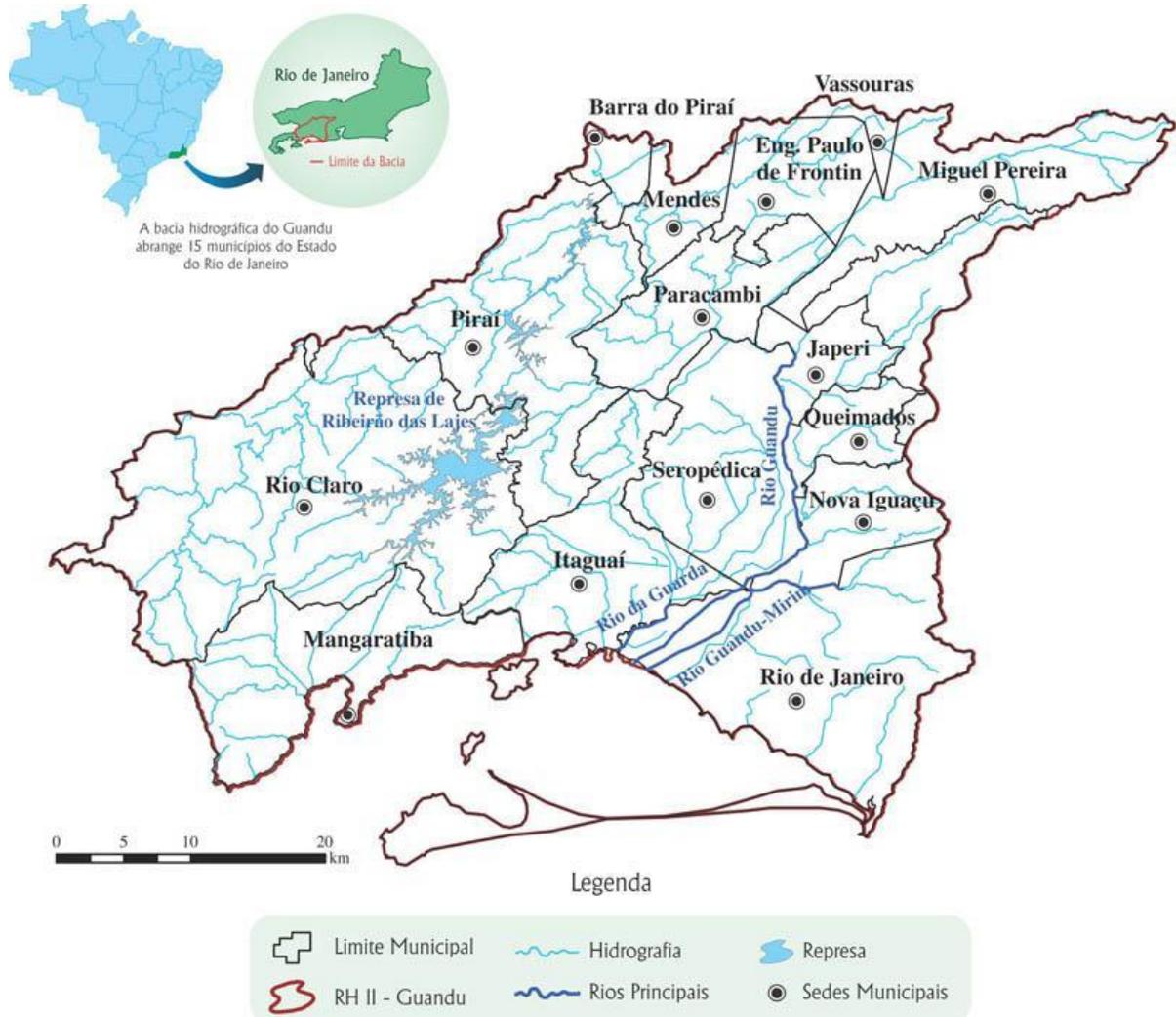


Figura 11 - Região Hidrográfica II do Estado do Rio de Janeiro  
Fonte: Comitê Guandu - RJ

## O CBH Guandu nas Mídias Sociais

Instagram



YouTube



Facebook



### 3. A EXPEDIÇÃO NASCENTES DO PARAÍBA

O projeto da Expedição se iniciou com a realização de diálogos com os Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, que teve como tema a Produção de Água pró Segurança Hídrica e Desenvolvimento Sustentável.

Em primeiro momento se fez a preparação que envolveu, entre outras ações, a definição de uma marca própria, elaboração de programações, *release* para mobilizações da imprensa das localidades das regiões por onde a Expedição ia passar, confecções de camisetas personalizadas, criação de contas para as mídias sociais e plataforma de inscrições.

Na Expedição, propriamente dita, buscou-se a conscientização da necessidade do enfrentamento da crise hídrica e das mudanças climáticas, ora em curso, através da recuperação e preservação das nascentes, as áreas de recarga e as cabeceiras dos rios e de seus afluentes, dando o destaque de forma emblemática a cabeceira e as nascentes principais do Rio Paraíba do Sul. Além disso, buscou-se dar destaques às cabeceiras das bacias hidrográficas afluentes pela importância na construção de todo o sistema hídrico do Rio Paraíba do Sul. Nesses afluentes, inclusive na bacia paulista, estão sendo desenvolvidos os PRISMAS, Programa Mananciais do CEIVAP, principal motivação dos objetivos e da própria expedição.

Na mobilização dos comitês em prol da jornada pela bacia, que deveria se iniciar na foz do rio e passar por diversos trechos de cada um dos comitês, se buscou inseri-los na expectativa de promover um maior entendimento das realidades territoriais, verificando, nas diversas etapas da Expedição, as ações desenvolvidas por cada um dos CBHs nos enfrentamentos de seus desafios pelas buscas das melhorias da quantidade e qualidade das nossas águas e com isso ampliar o entendimento das intrincadas interrelações necessárias ao desenvolvimento de todo o Sistema de Gestão Hídrica.

Para isso, foram desenvolvidas várias parcerias, em especial, com os Comitês envolvidos, com os órgãos gestores, com as prefeituras locais e, por fim, com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Os eventos foram programados por uma comissão organizadora e uma comissão de comunicação que estabeleceram agendas de eventos, palestras e seus respectivos temas, apontados em *release* que foram distribuídos aos Comitês e público-alvo. E, com isso, pode-se elencar atores para a difusão das ações e das propostas para a efetivação do projeto, o que ocorreu em setembro de 2022, em Areias/SP, na sua etapa final.

Durante todas as etapas da “Expedição Nascentes do Paraíba”, houve inúmeras atividades de campo com a participação de diversos públicos e gestores, membros dos comitês, dos órgãos gestores ambientais, do estado do Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS); do estado de Minas Gerais: Instituto de Gestão das Águas Mineiras (IGAM); do estado de São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); do Governo Federal: Agência nacional de Águas e Saneamento (ANA), além de educadores, técnicos, ambientalistas, mobilização de crianças e escolas em todos os seus níveis, desde jovens até pesquisadores científicos.

Um grande destaque da Expedição foi a coleta de imagens e vídeos com registros da flora e fauna existentes por todos os pontos da bacia do Rio Paraíba do Sul, com vistas ao planejamento de projetos e ações de educação ambiental para as escolas como resultado final da expedição.

Os registros e captura de imagens e sons realizados por toda a Expedição vão servir de instrumento para a produção de um documentário que retrata a realidade do Rio Paraíba do Sul e suas nascentes, de sua situação, peculiaridades, das atividades ambientais desenvolvidas acerca dele e dos locais cuidados pelos CBHs, além de outros entes ligados às demandas hídricas.

Em paralelo a Expedição Nascentes do Paraíba, foram buscadas as integrações com os desenvolvimentos das rotas turísticas religiosas e das águas, que estão em curso, tanto no âmbito do estado de São Paulo como nos alinhamentos com os projetos turísticos do governo federal, para os municípios que estão na cabeceira do Rio Paraíba do Sul.

### 3.1. AS TRÊS ETAPAS DA EXPEDIÇÃO

A Expedição Nascentes do Paraíba foi desenvolvida em três etapas:

- Primeira Etapa: de 07 a 24 de março de 2022;
- Segunda Etapa: de 21 a 24 de junho de 2022; e
- Terceira Etapa: de 21 a 25 de setembro de 2022.

Para essas três etapas é importante destacar dois pontos de vistas que iremos destacar: 1) os da Comitiva da Expedição, assim chamada a equipe composta pelo Professor Lázaro Tadeu (Movimento Nascentes do Paraíba), idealizador e responsável pelo evento; Nelson Reis, (ONG OMA-BRASIL membro do Comitê Guandu - RJ), que acumulou funções de coordenação e comunicação do evento e de Kleiton Gomes (AGEVAP), o facilitador e; 2)

aquela prevista na programação oficial. Essas visões se fazem necessárias tendo em vista que a Comitiva tinha também como objetivo buscar desenvolver, como um dos produtos da Expedição Nascente do Paraíba, um documentário, que pudesse servir a difusão de conhecimentos, portanto a mesma desenvolveu atividades em paralelo a programação oficial.

### 3.1.1. A Primeira Etapa

Em um belo domingo de sol, o Zé do Paraíba integrando a Comitiva da Expedição teve sua primeira ação no dia 06 de março com a visita à foz do Rio Muriaé, com a condução feita por João Gomes, então Presidente do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, também da coordenação do evento, com o registro do “Pôr do Sol” no Rio Muriaé, primeiro afluente do Rio Paraíba do Sul, na região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.



*Figura 12 - Pôr do sol na foz do Rio Muriaé, MG.*

Na ocasião foi possível ter a ideia de como as águas que vem dos Rios Pomba e Muriaé do estado de Minas influenciam a Baixada Campista.

Conforme a programação oficial, organizada pelo Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI), a primeira etapa da Expedição teve início no dia 07/03 com a saída de alguns membros da Expedição Nascentes do Paraíba em um ônibus fretado pelo Comitê Baixo Paraíba para se dirigir a foz do Rio Paraíba do Sul onde foram recebidos pela prefeita de São João da Barra.



*Figura 13 - Encontro inicial de Participantes da Expedição Nascentes do Paraíba na UENF – Campos dos Goytacazes – RJ.*

A programação oficial previa a travessia do Cais do Imperador para a Praia de Gargaú para uma recepção pela Prefeita de São Francisco de Itabapoana a Sra. Francimara Azevedo, entretanto essa travessia não foi possível tendo em vista o nível da coluna d'água do Rio Paraíba do Sul, assim a Prefeita e seu Secretariado fizeram a travessia para São João da Barra e o grande encontro se deu no Cine Teatro Municipal de São João da Barra, com as participações das Prefeitas dos dois municípios; das Secretárias Municipais de Meio Ambientes; do Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DIRSEQ) do Instituto Estadual do Ambiente; e da Subsecretária de Recursos Hídricos da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) do Estado do Rio de Janeiro.



*Figura 14 - Zé do Paraíba fala para Mesa de Autoridades em São João da Barra, RJ.*

Então com os ajustes de agenda, a abertura oficial ocorreu no Cine Teatro Municipal de São João da Barra, com a mesa composta entre outras autoridades, e as Prefeitas ouviram as palestras sobre o momento e o Zé do Paraíba fez uma bonita apresentação entoando canto, como é de praxe em seus eventos. O presidente do CBH - BPSI fez um agradecimento à prefeita pela recepção e a presença dos membros representantes de todos os comitês afluentes do Paraíba do Sul.

A prefeita de São Francisco do Itabapoana, a Sra. Francimara Barbosa Lemos, fez as suas considerações destacando a alegria de receber os membros da expedição. A prefeita anfitriã, a Sra. Carla Machado, fez um longo pronunciamento destacando a importância da foz para o rio, também fez uma apresentação dos problemas que envolvem uma cidade localizada na foz de um grande rio como o Paraíba do Sul. A seguir convidou a todos para se servir de um luto café oferecido pela prefeitura. Esse momento se encontra registrado em <https://www.youtube.com/watch?v=juf8DJS5On0>.

Em seguida, todos os participantes se dirigiram ao Cais do Imperador para iniciar uma visita técnica de barco pela foz do rio oferecido pelo CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.



*Figura 15 - Embarque no Cais do Imperador com destino à Foz do Rio Paraíba do Sul, RJ.*

O percurso teve a saída do centro da cidade de São João da Barra e tinha como destino a localidade de Gargaú, em São Francisco do Itabapoana, mas não foi possível a travessia tendo em vista os bancos de areia nos quais o barco encalhou por duas vezes. Pudemos ver de perto e sentir os impactos do assoreamento do leito e da baixa vazão do rio próximo à sua Foz. De qualquer forma, no pequeno trajeto passamos pela Área de Proteção Ambiental da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro), que possui 5 ilhas com mangues e vegetação típica.



*Figura 16 - Vegetação ciliar típica, em ilhas próximo à foz do Rio Paraíba do Sul - RJ.*

A prefeita do município, Carla Machado, esteve embarcada e depois no almoço com grande empatia e atenção a todos.



*Figura 17 - Conversa a bordo com a Prefeita e a Secretária de Meio Ambiente.*

Após o saboroso almoço com vista para a foz, foi possível visitar as ruínas em Atafona, que foram causadas pela significativa redução da vazão do Rio Paraíba do Sul que hoje não tem forças para empurrar o mar e por vezes tem sua foz fechada por deposição de areia.

Também foi possível para alguns participantes da Expedição Nascentes do Paraíba fazerem sobrevoos, possibilitados pelo Tenente Marco Antônio, Coordenador da Defesa Civil do Município de Barra do São João.

De cima se vê a amplitude da destruição de algumas quadras da cidade que ficam muito mais evidentes. Cabe dizer que o mar avançou bastante nesta parte da cidade.



Figura 18 - Visita às Ruínas em Atafona – São João da Barra - RJ.



Figura 19 - Após voo panorâmico na foz do Rio Paraíba do Sul.

O dia seguinte (08/03) foi voltado para os encontros com os Comitês de Bacias Hidrográficas no auditório da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Após as boas-vindas do Zé do Paraíba que contextualizou a Expedição Nascentes do Paraíba para o público presente, o Presidente do Comitê Pomba-Muriaé (COMPÉ) de Minas Gerais, Heverson Vieira Marangon, apresentou o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos rios Pomba e Muriaé - COMPÉ, suas realidades na Região Hidrográfica, o contrato de Gestão com a AGEVAP, desde 2014, e os projetos em curso do seu Comitê de Bacias. Citou a participação do COMPÉ na terceira e quarta edições do Programa de Tratamento de Águas Residuárias (PROTRATAR) que é um programa perene do CEIVAP. O Programa tem como objetivo geral o aporte de recursos para implantação, implementação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios localizados na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, objetivando reduzir os níveis de poluição hídrica observados na bacia.



Figura 20 - Apresentação do Presidente do COMPÉ.

- No PROTRATAR III o município de São Sebastião da Vargem Alegre foi contemplado com o Projeto Sistema de Esgotamento Sanitário de São Sebastião de Vargem Alegre, com um total de investimento de R\$ 8.984.866,86, sendo: R\$ 7.787.548,15 do CEIVAP e R\$ 1.197.318,71 do COMPÉ.
- No PROTRATAR IV o município de Astolfo Dutra foi contemplado com o Projeto Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito de Sobral Pinto, com um total de investimento de R\$ 3.396.710,84, sendo: R\$ 3.057.039,76 do CEIVAP e R\$ 339.671,08 do COMPÉ.

Também apresentou a participação do COMPÉ no Programa Mananciais, também em integração com o CEIVAP, que tem como objetivos: proteger, manter, recuperar, expandir e/ou assegurar a oferta de serviços ecossistêmicos que contribuem para a manutenção da qualidade e regulação da disponibilidade da água de mananciais estratégicos para os CBHs dos afluentes do Rio Paraíba do Sul de forma inclusiva e participativa, garantindo o bem-estar humano, a segurança hídrica e a saúde dos ecossistemas associados à água a médio e longo prazo.

Outras ações em curso no COMPÉ são: o Curso de Recuperação e Conservação de Nascentes (PS2) com a capacitação da 1ª turma realizada em Guarani e da 2ª turma em Ubá; a Elaboração do Plano Diretor de Recursos hídricos (PDRH) da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé; e a Implantação e implementação do Sistema Integrado de Gestão das Águas (SIGA - Pomba/Muriaé).



Figura 21 - Recursos Aplicados em Serviços Ambientais do CEIVAP.  
Fonte: Apresentação do Presidente do COMPÉ

Na sequência o Dr. Guilherme Souza apresentou o Projeto Piabanha (<https://www.youtube.com/@projetopiabanha9547>), que foi fundado em 1998, é regido pela

Associação de Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul, uma organização da sociedade civil de interesse público com sede na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.

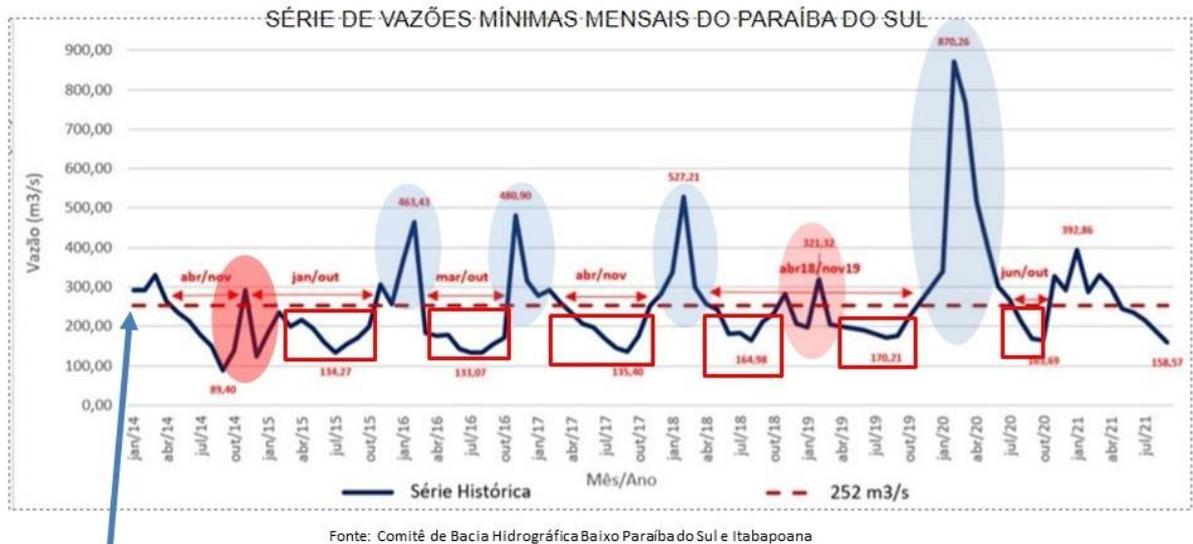
Em uma área de 10 hectares, mantém o maior banco genético vivo de espécies de peixes ameaçados de extinção da bacia do Rio Paraíba do Sul, em parceria com o PAN Paraíba do Sul (CEPTA/ICMBio), a Pesagro-Rio, diversas universidades e outras instituições parceiras.

Na apresentação denominada “A Piracema e o Déficit Hídrico no Baixo Curso Rio Paraíba do Sul”, foram descritas as espécies sul-americanas de peixes de água doce, sistemas reprodutivos dependentes das condições transitórias dos rios, a piracema, fases de desenvolvimentos e processos migratórios de espécies da região do baixo Rio Paraíba do Sul.



*Figura 22 - Apresentação do Dr. Guilherme Souza pelo Secretário Executivo do CBH BPSI.*

Uma preocupação foi demonstrada com a série histórica dos níveis de vazões e os impactos para as espécies de peixes da região do Baixo Paraíba do Sul.



Vazão mínima residual, média 252 m<sup>3</sup> - abaixo desse valor não entra água nas lagoas e canais do Baixo Paraíba.

Figura 23 - Série de vazões mínimas mensais do Rio Paraíba do Sul.

A apresentação seguinte foi sobre a Análise Fluviométrica do Paraíba do Sul, por João Gomes de Siqueira, Diretor Secretário do CBH BPSI.

As origens das águas que chegam no Baixo Paraíba do Sul foram apresentadas com detalhes de volumes de vazões nos chamados pontos de entrega.

A vazão do Rio Paraíba do Sul em sua foz está em pauta do CBH BPSI, face aos grandes impactos na região ao longo dos anos, inclusive com as atuais situações de fechamento da mesma em vários momentos do ano.

## PONTOS DE ENTREGA - CEIVAP/2015

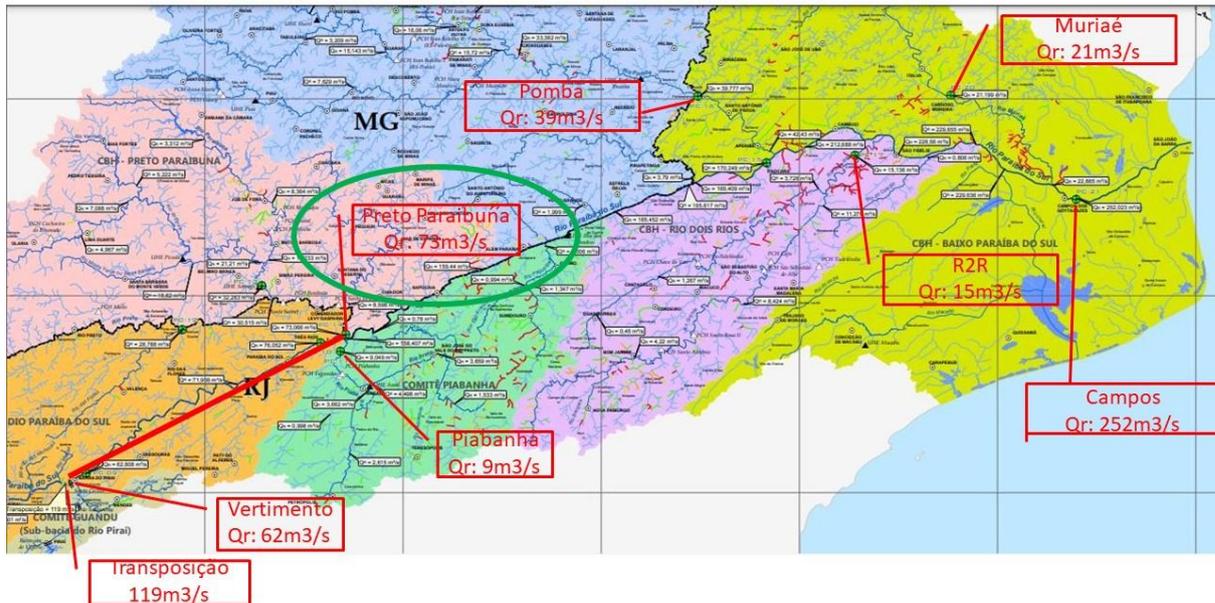


Figura 24 - Vazões nos pontos de entregas ao longo da bacia do Rio Paraíba do Sul nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.



Figura 25 - Fechamento da foz do Rio Paraíba do Sul em Atafona devido à baixa vazão no período de baixa precipitação.

O CBH BPSI implantou uma Sala de Monitoramento (<https://www.salademonitoramento.cbhbaixoparaiba.org.br/>) que acompanha as vazões nos pontos de entregas, como forma de antever possíveis impactos na região do Baixo Paraíba do Sul, a exemplo do ocorrido em passado recente com altos índices pluviométricos das

regiões dos rios mineiros afluentes ao Paraíba do Sul do estado de Minas Gerais, que o Comitê em parceria com a defesa civil puderam minimizar prejuízos, com antecipações possibilitadas pelo monitoramento.

## Vazões máximas dos afluentes

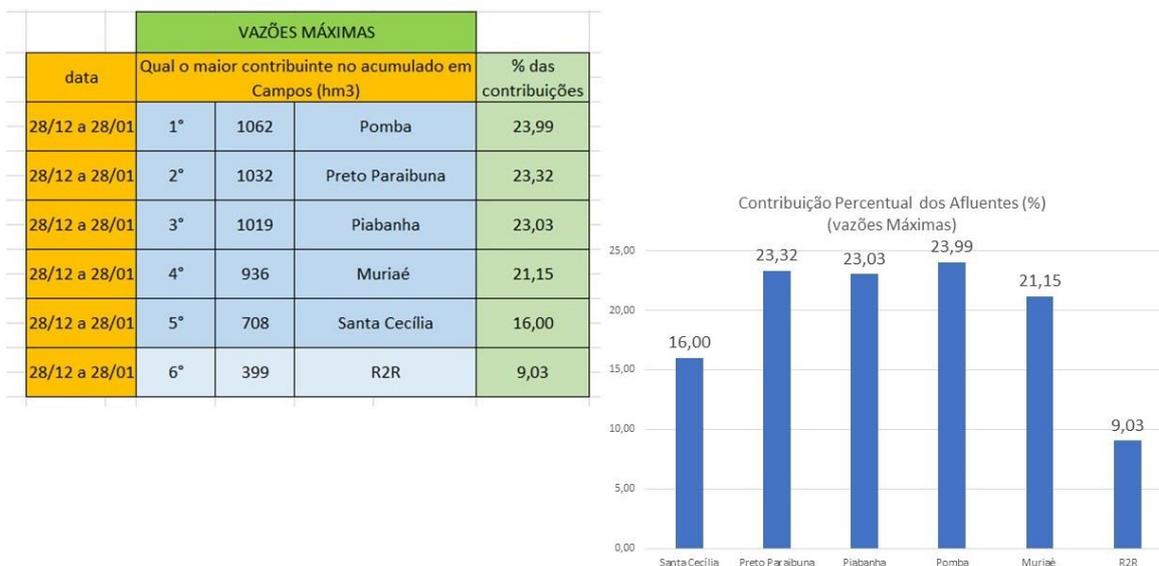


Figura 26 - Vazões Máximas dos Rios Afluentes ao Rio Paraíba do Sul.

Outros importantes trabalhos apresentados pelo CBH BPSI foram os acompanhamentos dos sistemas de canais da Baixada Campista que demandam constantes observações face às implicações econômicas e sociais relacionadas às variações de níveis e controles de comportas.

O Presidente e Diretores do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana fizeram agradecimentos à Expedição Nascentes do Paraíba, manifestando-se totalmente interessados e dispostos a participar de toda a programação. Como era dia 08 de março, a Diretoria do CBH BPSI fez uma bela homenagem a todas as mulheres presentes participante da Expedição, destacando a primeira expedição feita pelo CBH BPSI e pelo CBH MPS à nascente, no ano de 2016, o que resultou na proposta de criação de uma RPPN na nascente principal do rio em Areias, ora em curso.



*Figura 27 - Ações da Sala de Monitoramento do CBH BPSI.*



*Figura 28 - Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres feita pelo CBH BPSI, na UENF - RJ.*

No dia 09 de março a Comitativa se deslocou para o Município de Itaocara onde no dia seguinte, com o apoio do Nino, da Ilha do Capixete, conhecemos as Corredeiras do Barbado e a foz do Rio Pomba no Rio Paraíba do Sul.



Figura 29 - Zé do Paraíba na foz do Rio Pomba em Itaocara, RJ.



Figura 30 - A Comitiva da Expedição no Rio Paraíba do Sul, em Itaocara, RJ.

A atividade seguinte foi visitar o Projeto Piabanha, onde registramos a implantação de chip em um surubim-do-paraíba - *Steindachneridion parahybae* (espécie de peixe ameaçada de extinção), vimos os lagos de criações e entrevistamos colaboradores.

O Projeto Piabanha busca proporcionar e viabilizar a conservação da biodiversidade, em especial a conservação dos peixes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. É um grande projeto que vem desenvolvendo a proteção de espécies ameaçadas no rio Paraíba do Sul e seus afluentes em especial a preservação da Piabanha com identificação da ocorrência dessa espécie em vários afluentes do rio através de marcadores genéticos (<https://www.youtube.com/watch?v=ogimJnxruE0>).



Figura 31 - Acompanhamento da leitura de chip de um indivíduo Surubim do Paraíba – Itaocara - RJ.

Ao final do dia fomos recebidos pelo Prefeito de Itaocara, o Sr. Geyves Maia Vieira, com quem trocamos informações, inclusive sobre os eventos subsequentes da Expedição.

A Comitativa rumou para o Município de Três Rios, onde no dia seguinte a programação oficial, organizada pelos Diretórios dos CBHs Piabanha, R2R e Preto Paraibuna, que visou a integração com o CBH Rio dois Rios (RJ) e o CBH Preto-Paraibuna, esse último de Minas Gerais. O evento foi programado para ser realizado no espaço do Restaurante Pontal onde se encontra o único delta tríplice das Américas. No dia 10/03 teve como ação inicial o plantio de 3 mudas de *Cariniana legalis* - Jequitibá-Rosa



Figura 32 - Encontro com o Prefeito de Itaocara - RJ.



Figura 33 - Plantio de uma das mudas Jequitibá-Rosa no Pontal, em Três Rios - RJ.

Na programação oficial fora previsto a apresentação do CBH Rio Dois Rios sobre o PRISMA em Barracão dos Mendes, Nova Friburgo e exibições de curtas metragens vencedores do concurso promovido pelo comitê.



Figura 34 - Flagrante da reunião no Pontal em Três Rios - RJ.

O CBH Piabanha apresentou a escolha da localidade do Alto do Vieira, em Teresópolis - RJ, para a execução do PRISMA-CEIVAP; o Acordo de Cooperação Técnica com a Câmara de Vereadores de Petrópolis e o CBH Piabanha, com a participação do Vereador Frederico Procópio Mendes; e Projeto no Quilombo Boa Esperança.

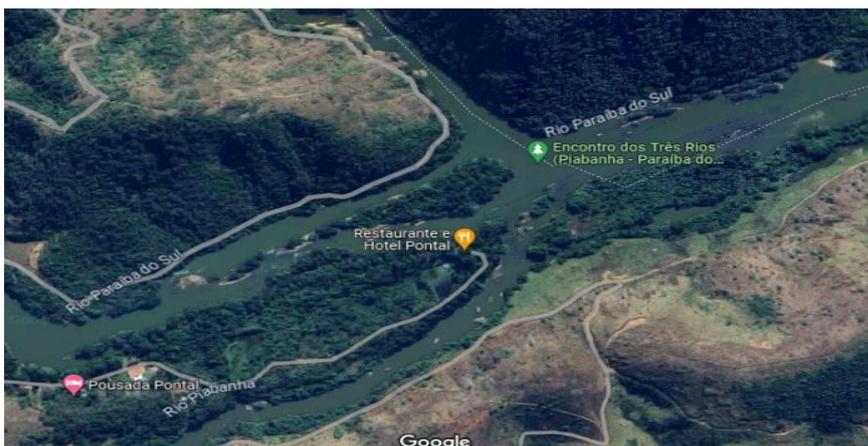


Figura 35 - Imagem do encontro dos Rios Piabanha, Paraibuna e Paraíba do Sul – Três Rios - RJ.  
Fonte: Google Maps

Na sequência a Vereadora Beatriz Bogossian de Três Rios, apresentou as frentes bem-sucedidas de trabalhos que estão alinhadas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em especial aos seu Projeto de Lei de Neutralização, também falou da Lei de destinações do ICMS Ecológico e a lei de incentivo a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural.



*Figura 36 - Vereadores com a Presidente do CBH Piabanha e o Zé do Paraíba.*

O Professor Wilson Acácio, Presidente do CBH Preto-Paraibuna falou sobre a importância da Represa de Chapéu D'uvas, que é responsável por cerca de 40% do abastecimento da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Também foi falado sobre o PRISMA/ CEIVAP em desenvolvimento na bacia.

Em sua apresentação sobre o Programa PROTRATAR do CEIVAP relatou que na Região Hidrográfica do CBH foram contemplados os municípios de Olaria (Sistema de esgotamento sanitário de Olaria), Mar de Espanha (Sistema de esgotamento sanitário de Mar de Espanha), Maripá de Minas (Sistema de esgotamento sanitário na Comunidade Rural da Grota, Sistema de esgotamento sanitário no bairro Darcy José da Costa e Sistema de esgotamento sanitário da área central de Maripá de Minas) totalizando em R\$24.756.120,30 da terceira edição e mais R\$40.580.158,28 da quarta edição nos municípios: Mar de Espanha (Conclusão do projeto de ETE de Mar de Espanha) e Maripá de Minas (Sistema de esgotamento sanitário - Bairro Contendas).

Destacou o curso de recuperação e conservação de nascentes - PS1 (Capacitação da 1ª turma, realizada em Juiz de Fora e da 2ª turma em Santos Dumont). Seu CBH também concluiu a elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos das bacias dos Rios Preto e

Paraibuna, aprovado em 1º de abril de 2021. Finalizando falou da contratação para implantação e implementação do Sistema Integrado de Gestão das Águas de seu CBH.

Durante os 11, 12 e 13/03 a Comitativa fez entrevistas, capturas de imagens e sons, mas também visitou os municípios de Rio das Flores (RJ) e Manuel Duarte (MG) que têm populações com as demandas de defesa das Corredeiras do Rio Preto.

Era prevista a construção de cinco hidrelétricas no Rio Preto e quando anunciada a obra da primeira delas, Santa Rosa I, ocorreram diversas articulações entre agentes distintos buscando impedir a construção do empreendimento. Contrário a outras articulações que já ocorreram na região, em duas diferentes iniciativas a construção da PCH foi suspensa. (ROMEIRO, 2013).

A propósito, conforme informou o ativista pela causa da defesa das Corredeiras do Rio Preto, Annibal Allonso Magalhães da Silva, o nome Rio Preto decorre da existência de grãos do minério esmeril em sua calha, o que proporciona o preto nas suas margens.



*Figura 37 - O Ativista da defesa das Corredeiras do Rio Preto – Belmiro Braga - MG*

Outras observações importantes feitas às margens do Rio Preto foram as arquiteturas antigas e magníficas sedes de fazendas com suas frentes voltadas para o rio. É o caso da sede da Fazenda São Gabriel. No município de Belmiro Braga - MG, hoje conhecida por fabricar o queijo Bom Pastor. É importante notar que ela se encontra próxima ao Rio Preto que divide os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.



*Figura 38 - A sede da Fazenda São Gabriel. No município de Belmiro Braga - MG.*

A Comitativa rumou para Piraí, passando pela Barragem de Santa Cecília, em Barra do Piraí, onde o Rio Paraíba do Sul tem significativa parte de suas águas transpostas para a Região Hidrográfica II.

Essa barragem foi construída na década de 1950 e teve, originalmente, o objetivo de prover energia para o crescente desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, posteriormente as águas passaram a ser tratadas naquela que veio a ser a maior estação de tratamento de água do mundo, a ETA Guandu.



*Figura 39 - A Barragem de Santa Cecília em Barra do Piraí - RJ.*

O Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul caracteriza-se como um complexo conjunto de estruturas hidráulicas como Usinas Hidrelétricas, Reservatórios, Unidades Elevatórias, Usinas de Bombeamentos, dentre outras. Acentuados conflitos em função dos múltiplos usos, são frequentes. Mais recentemente, destaca-se a transposição do Rio Paraíba do Sul para o reservatório de Atibainha, componente do Sistema Cantareira, com o objetivo de minimizar os efeitos da escassez hídrica em São Paulo. O Rio Paraíba do Sul é o principal manancial de abastecimento do estado do Rio de Janeiro, cerca de nove milhões de pessoas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro dependem deste manancial. As obras de transposição para São Paulo geram um impacto enorme nesse abastecimento, tanto em quantidade como em qualidade da água, tornando a gestão hídrica na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul ainda mais desafiadora.

Na Estação Elevatória Santa Cecília, no município de Barra do Piraí (RJ), por meio de um desvio das águas para a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, o abastecimento da região metropolitana é garantido, formando um intrincado conjunto de estruturas hidráulicas nas bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Guandu que interliga as duas bacias. (TEIXEIRA, 2018)

A transposição Rio Paraíba do Sul para o Guandu foi realizada, na época, para aumentar a geração de energia no estado da Guanabara, conforme podemos verificar no relato do Plano Guandu (2007):

[...] A partir de 1952, a configuração hidrográfica e hidrológica da bacia do Rio Guandu se alterou radicalmente com a conclusão da usina elevatória de Santa Cecília, no município de Barra do Piraí (RJ), com capacidade para desviar até 160 m<sup>3</sup>/s do Rio Paraíba do Sul, consolidando uma das etapas da transposição hídrica desta bacia para a do Guandu, visando à geração de energia elétrica. A transposição de águas da bacia do Rio Paraíba do Sul foi, na verdade, iniciada no início do século XX com a construção em 1905 da barragem e do reservatório de Lajes, no ribeirão das Lajes, bem como da Usina Hidrelétrica de Fontes. Posteriormente, em 1913, a bacia passou a receber as águas do Rio Piraí, por meio da barragem de Tocos e de um túnel que desembocava no reservatório de Lajes. Entre os anos de 1940 e 1958, a Barragem de Lajes foi alteada em quatro etapas. Dentre as obras e intervenções públicas de porte que beneficiaram de forma marcante a região destacam-se: -

A construção da calha da CEDAE e das adutoras de Lajes na década de 1940, desde da UHE de Fontes até a cidade do Rio de Janeiro; – A construção do Sistema de Abastecimento de Água do Guandu, inicialmente para produzir e tratar uma vazão de 13,8 m<sup>3</sup>/s, sendo mais tarde (1961-1964) ampliado para 24 m<sup>3</sup>/s, juntamente com a construção do túnel adutor Guandu-Engenho Novo e da elevatória do Lameirão; – No período de 1978-1982, a Estação de Tratamento do Guandu (ETA Guandu) foi novamente ampliada para 40 m<sup>3</sup>/s, em consequência da ampliação de atendimento após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Posteriormente, o sistema sofreu nova ampliação para uma capacidade de adução de cerca de 47 m<sup>3</sup>/s e tratamento de aproximadamente 42 m<sup>3</sup>/s; – As unidades de conservação criadas pelo Poder Público, dentre as quais destacam-se a Reserva Biológica do Tinguá e o Parque Estadual da Pedra Branca... Atualmente, os principais vetores de ocupação da região são caracterizados pelo avanço da área urbana e a implantação de empreendimentos industriais atraídos pela construção do Porto de Sepetiba em face da disponibilidade hídrica do Rio Guandu (TEIXEIRA, 2018 *apud* GUANDU, 2007, p.13).

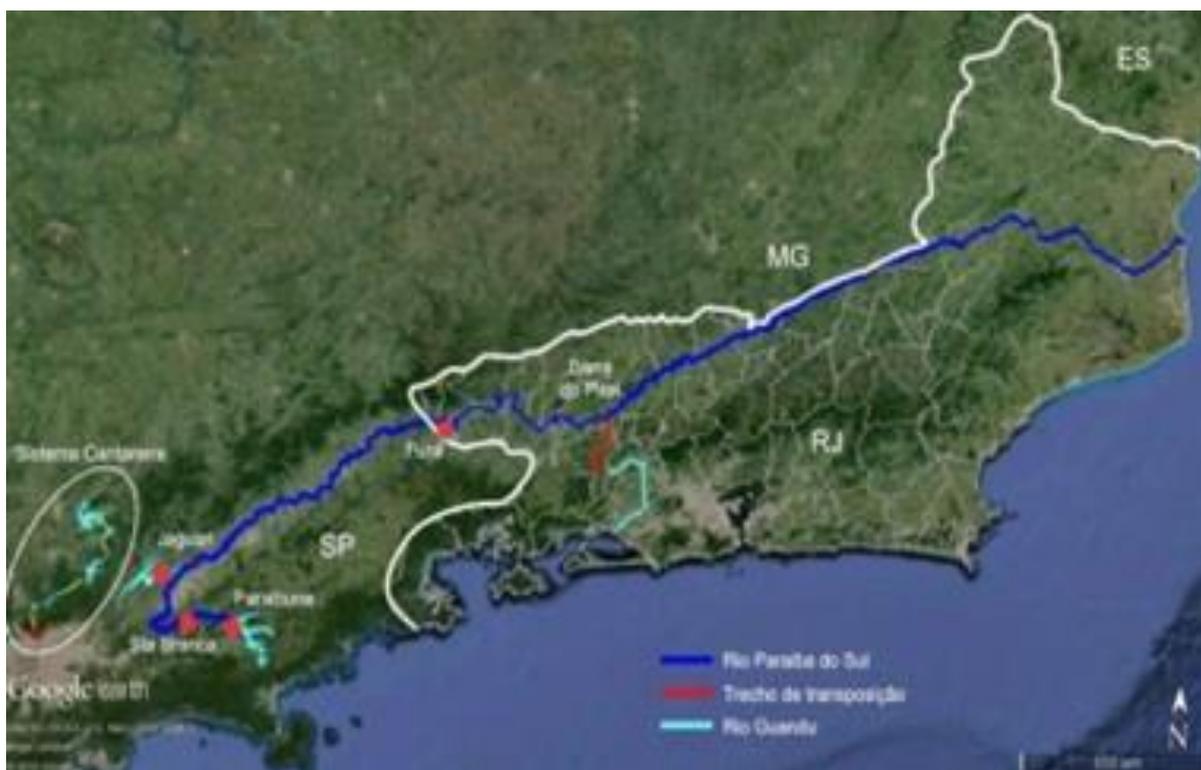


Figura 40 - A transposição do Rio Paraíba do Sul para o Guandu.  
Fonte: Teixeira, 2018.

O CBH Médio Paraíba do Sul promoveu as visitas, no dia 14/03: à Usina Pereira Passos da LIGHT; ao Instituto Federal Fluminense, Campus Pinheiral, onde foi apresentado o novo Laboratório de Análise de Águas; e à Praça Cílios do Paraíba, uma praça educativa que integra o Parque Fluvial que margeia o Rio Paraíba do Sul.



Figura 41 - A visita a Usina Pereira Passos – Pirai, RJ.

O Instituto Federal ofereceu aos presentes à Expedição, aos alunos, às autoridades e aos técnicos, palestras sobre ações desenvolvidas na região e apresentou o laboratório do Instituto, recém-inaugurado e que será bastante útil na análise da água e experimentos em conservação ambiental. A apresentação foi feita pelo professor José de Arimathea.

Em seguida, após encerramento do evento, a Comitativa se dirigiu para o Parque Fluvial de Pinheiral, situado às margens do Rio Paraíba do Sul. Arimathea explicou que o principal objetivo da criação do Parque é prevenir a ocupação desordenada das margens dos rios, recuperar a vegetação e preservar os recursos naturais da região. No parque fluvial tem uma praça educativa os “Cílios do Paraíba”, que é uma construção de 650 m<sup>2</sup>, próxima à margem do Rio Paraíba do Sul, no município de Pinheiral.



Figura 42 - Momento do evento no IFRJ - Campus Pinheiral - RJ.



Figura 43 - A Praça Cílios do Paraíba, Pinheiral - RJ.

No dia 16/03 tiveram as visitas ao Parque Nacional de Itatiaia, que entre outras atividades constou a inauguração do uso da sonda de análises de parâmetros de qualidade de água, adquirida pelo CBH MPS.

Foram visitados alguns pontos do parque, cachoeiras e rios, onde foram feitas análises de água pelo Comitê Médio Paraíba. Foi visitado o *showroom* do parque, onde se teve um

panorama da flora e fauna presentes na região, além de noções de dimensão da área e peculiaridades do Parque, percebida através de uma maquete que retrata toda a reserva. Para que os participantes pudessem conhecer a riqueza do local com fauna e flora exuberantes, sendo o primeiro parque nacional do Brasil, com doze nascentes, das quais seis que vertem para o rio Paraíba do Sul e as outras para a bacia do Rio Grande.



Figura 44 - Análise de Parâmetros da água no Parque Nacional de Itatiaia - RJ.



Figura 45 – Momento da Visita ao Parque Nacional de Itatiaia - RJ.

Também teve a visita a Fazenda Santa Helena, em Resende, que é uma das propriedades com as implantações do Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), no caso o Projeto PSA Rio Sesmaria com destinação de recursos do CBH MPS, que conservou 41,39 ha e restaurou 24,43 ha. operacionalizado e apresentado pela ONG Crescente Fértil.



*Figura 46 - Visita a Fazenda Santa Helena, Resende - RJ.*

O CBH MPS, dará continuidade a expedição às nascentes, incluindo essa atividade em sua programação geral e, em todos os anos serão realizadas, na primeira semana de julho, em comemoração ao dia do meio ambiente, uma expedição em seu território, em áreas de nascentes e em rios de grande importância para o CBH. Uma forma de dar visibilidade às atividades do comitê e um reconhecimento dos conselheiros sobre o seu território, trazendo com isso uma melhor condição de gestão.

A Programação a cargo do Comitê Guandu para a Expedição Nascentes do Paraíba, consistiu em duas atividades uma no dia 15, com um evento paralelo ao Projeto Produtores de Águas e Florestas em Rio Claro e outra, no 17 de março, com a visita ao Parque Arqueológico de São João Marcos, também em Rio Claro.

A visita ao Parque Arqueológico de São João Marcos teve o objetivo de resgatar as memórias deste legado e conscientizar as pessoas da importância de preservar este patrimônio da nossa História. O Parque São João Marcos é um museu a céu aberto e o objetivo é resgatar as memórias da antiga cidade do Vale do Café Fluminense, um aprendizado lúdico e consciência ambiental.

Em 1939, São João Marcos foi tombada pelo órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico da época. No ano seguinte, entretanto, foi destombada por decreto do presidente Getúlio Vargas. A cidade foi então desocupada e demolida devido à previsão de alagamento do seu perímetro urbano. A inundação, decorrente do aumento da capacidade de armazenamento do reservatório de Ribeirão das Lajes, foi necessária para a construção da Usina de Fontes Novas, até hoje em funcionamento.

Tais eventos ocorreram em um contexto político e econômico no qual o aumento da capacidade do parque elétrico nacional foi considerado crucial para o cumprimento das metas e dos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Estado Novo para o desenvolvimento industrial do país.

A área desocupada, onde outrora existiu São João Marcos, foi arrendada a pecuaristas da região e os vestígios da cidade ficaram adormecidos por décadas. Em 1990, a Ponte Bela e as ruínas do centro histórico de São João Marcos foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e, em 2008, toda essa história começou a ser redescoberta e valorizada com a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.



Figura 47 - Registro da visita ao Parque Arqueológico de São João Marcos, Rio Claro - RJ.

No Dia 18/03 a programação foi destinada ao CEIVAP e na sede da AGEVAP, em Resende, que foi realizada na modalidade híbrida, com participações presenciais e virtuais, para as apresentações dos projetos em curso do CEIVAP:

- O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS);
- Planos Municipais de Gestão Integradas de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- Programa de Investimentos em Serviços Ambientais para a Conservação e Recuperação de Mananciais;
- Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo na Bacia do Rio Paraíba do Sul; e
- Programa de Tratamento de Águas Residuárias - PROTRATAR.



Figura 48 - Um dos Projetos em Andamentos no CEIVAP apresentados no dia 18/03.

A Comitiva Expedição, após o evento em Resende, seguiu para Areias - SP e nos dias 19 e 21 foram desenvolvidas atividades como: entrevistas com a sociedade local sobre como estavam sendo vistas os movimentos em torno da Expedição Nascente do Paraíba. Também foram feitos levantamentos históricos e dada entrevista para rádio local.

A programação a seguir ficou a cargo do Comitê Paraíba do Sul (SP) que previu para o dia 22/03, de comemoração do Dia Mundial da Água, um dia de festas das águas em Areias, com a inauguração no Portal da Cidade do Monumento Nascentes do Paraíba, que será o local onde serão depositados os acervos históricos da trajetória das ações voltadas para as melhorias da qualidade e quantidade das águas do Rio Paraíba do Sul, incluindo materiais do sete CBHs do Vale do Paraíba. Também tiveram várias apresentações temáticas nas proximidades do portal alusivas ao dia.



Figura 49 - Momento da festividade nas proximidades do Portal da Cidade de Areias - SP.

Um destaque do evento fica para o jogral das crianças que apresentaram a disputa entre municípios de Silveiras e Areias pelas terras onde existe a principal nascente do Rio Paraitinga, depois que ela foi reconhecida como a nascente principal do Rio Paraíba do Sul, esse jogral está registrado em <https://www.youtube.com/watch?v=GQKSgzgs5C4&t=56s>.

Após as atividades festivas a caravana saiu em carreata para a Expedição Ambiental no Alto curso do Rio Vermelho em Areias - SP<sup>5</sup>, que recebe o Programa Mananciais, conhecido como PRISMA - CEIVAP.

Também foi elemento de visita técnica, em Areias, ao Sítio da Granja Santo Antônio onde tem as características de uma microbacia hidrográfica, com concentrações de projetos de reflorestamento, proteção de nascentes, tratamentos de efluentes de curral, chiqueiro e residencial em biodigestor, melhoramento e conservação de solo para pasto, que estão sendo implantados no Projeto Nascente Pedagógica com Práticas Integrativas que se iniciou em 2019, com apoio inicial da Prefeitura de Areias no ambiente do Projeto de Mobilização e Educação Ambiental de Areias (PROMEAA) em que foram agregados os apoios do CBH-PS

---

<sup>5</sup> <https://www.ceivap.org.br/programa-mananciais>

com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO-SP), depois PRISMA e PROTRATAR do CEIVAP.



*Figura 50 - Explicações sobre o PRISMA no Alto curso do Rio Vermelho em Areias - SP.*

Há que destacar que a cidade de Areias tem uma população, segundo o IBGE, de 4000 habitantes e atingiu a meta de universalização do saneamento.



*Figura 51 - O Biodigestor em propriedade rural de Areias - SP.*



*Figura 52 - Práticas Integrativas em propriedade rural de Areias - SP.*



*Figura 53 - Área de reflorestamento do Sítio Granja de Santo Antônio em Areias - SP.*

Ao encerrar do dia teve a agenda de Diálogo com o Comitê das Águas - Areias. Ação Comunitária e Segurança Hídrica e a Noite Cultural na Casa da Cultura com o Lançamento do livro Gota de Chuva do Prof. Luis Henrique da Silva Lima.

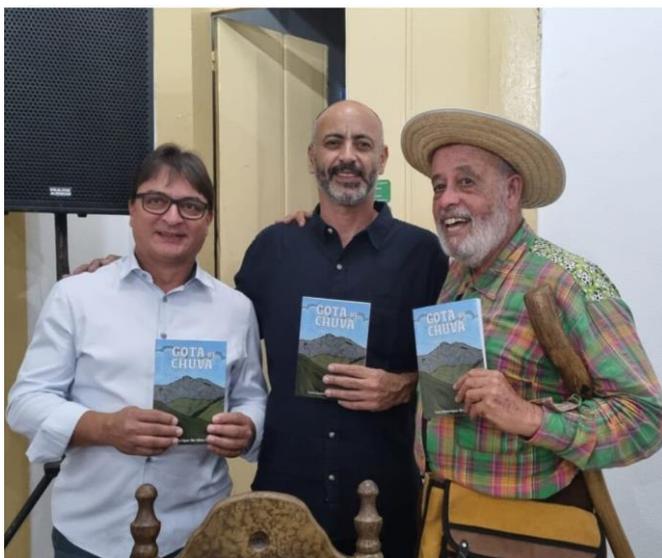


*Figura 54 - O Prefeito de Areias em um dos momentos da Noite Cultural – Areias - SP.*

A Figura a seguir retrata um dos momentos do evento com o Prof. Luís Henrique da Silva Lima; o Secretário de Cultura e Patrimônio Histórico, Cláudio Márcio de Carvalho Costa (Cacau); o Prefeito de Areias, Paulo Henrique de Souza Coutinho e o Zé do Paraíba.



*Figura 55 - Momento do Lançamento do Livro Gota de Chuva (Luís Henrique, Cacau, Prefeito Paulo Henrique e Zé do Paraíba.*



*Figura 56 – Cada um com seu exemplar do Livro Gota de Chuva*

A programação do dia 23/03 com os eventos previstos pelo CBH-PS foi o Encontro das Águas dos Rios Paraitinga e Paraibuna no município de Paraibuna/SP, iniciado com o Diálogo Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Paraitinga e Paraibuna.

Um grande café da manhã foi preparado e uma navegata organizada aos interessados que desceram 11 (onze) quilômetros navegando em botes infláveis pelo Rio Paraitinga até o ponto de seu encontro com o Rio Paraibuna, partindo do espaço Mandizeiro e como ponto de chegada na sede da antiga Casa do Encontro, em alusão ao encontro dos rios, que depois passou a ser conhecido como Quinta da Barra, em Paraibuna - SP, onde o Rio Paraitinga originalmente recebia as águas do Rio Paraibuna, passando desse ponto a ser chamado de Rio Paraíba do Sul.



*Figura 57 - Momento anterior a navegata nas corredeiras do Rio Paraibuna - SP.*

O Rio Paraíba do Sul nasceu da união destes dois afluentes, sendo o Rio Paraitinga o seu principal afluente. Estes dois rios seguem em paralelo até o encontro dos dois, onde as águas se juntam, formando abundante vida hídrica. Começa aí a trajetória até a sua foz em Atafona, em São João da Barra - RJ. Para eternizar este importante encontro dos rios, o Surgimento do Rio Paraíba, a Expedição descerrou uma placa Memorial Encontro das Águas Nascentes do Rio Paraíba do Sul, colocada em um marco em um totem situado no local, registrando o início do Rio Paraíba do Sul, sendo formalizado o evento pelos integrantes da Expedição.

Foram feitas diversas apresentações dos representantes dos comitês presentes, CBH BPSI, CBH Piabanha, CBH MPS, CBH PS, CBH Guandu e os órgão gestores também presentes como o INEA, a SEA, o DAEE, o IGAM, a prefeitura de Paraibuna e o proprietário do local.



*Figura 58 - Momento da Inauguração do Marco Memorial Encontro das Águas Nascentes do Paraíba – Paraibuna – SP.*



Figura 59 - A Comitiva Expedição no marco de Início do rio Paraíba do Sul - Paraibuna – SP.



Figura 60 - Detalhe da Placa inaugurada em 23/03/22 - Paraibuna – SP.

No dia 24/03 a Comitiva Expedição se dedicou a fazer uma resenha sobre todas as atividades da Primeira Etapa da Expedição e alinhar as ações futuras. Os registros dessa resenha se encontram registrados em <https://www.youtube.com/watch?v=w8vK8T5xlc0&t=19s>.

### 3.1.2. A Segunda Etapa

A Comitiva Expedição começou logo pela manhã do dia 22/06, se deslocando para Recepção dos Expedicionários da Segunda Etapa no ponto de encontro na Floresta Nacional de Lorena

(FLONA de Lorena) gerida pelo ICMBio, com a presença de alunos de escolas locais e dissertação do Zé do Paraíba sobre a temática da expedição.



*Figura 61 - Portal da Floresta Nacional de Lorena, São Paulo.*

Após a primeira ambientação dos participantes com a equipe da ICMBio foram apresentadas as instalações e potenciais da FLONA de Lorena, em especial aqueles voltados para produção e fornecimento de sementes certificadas de espécies nativas da Mata Atlântica.



*Figura 62 - Ambientação na FLONA de Lorena - SP.*

Na oportunidade também foram possíveis as visitas ao Centro de Triagem de Animais Silvestres, ao Centro de Educação Ambiental, às Trilhas Pedagógicas e às Áreas de Lazer da FLONA de Lorena.

Na sequência foi feita a Visita Técnica ao Parque Ecológico do Ribeirão do Taboão, também em Lorena, com a recepção do Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Sr. Radamés Lázaro.



Figura 63 - Recepção do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Lorena/SP aos Expedicionários.

No Parque Ecológico do Ribeirão do Taboão foram apresentadas as atividades proporcionadas de Educação Ambiental, Lazer e Turismo, bem como a Barragem de Regularização de Vazão do Rio Taboão, para combate a inundações na cidade de Lorena. e o Projeto de Reflorestamento. Um destaque para esse último pela originalidade.

Cabe destacar que este projeto de reflorestamento foi um dos investimentos do CBH PS, com a participação da Escolas de Projetos da AGEVAP.



Figura 64 - O Painel de Antes e Depois do Reflorestamento – Lorena - SP.

O dia 23/06 foi voltado para ampliar conhecimentos sobre a realidade hídrica e florestal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraibuna, no Município de Cunha - SP. Iniciamos pela visita à Nascente do Rio Paraibuna, na propriedade do Sr. Daniel Cohen, que recebeu os Expedicionários com muita gentileza.

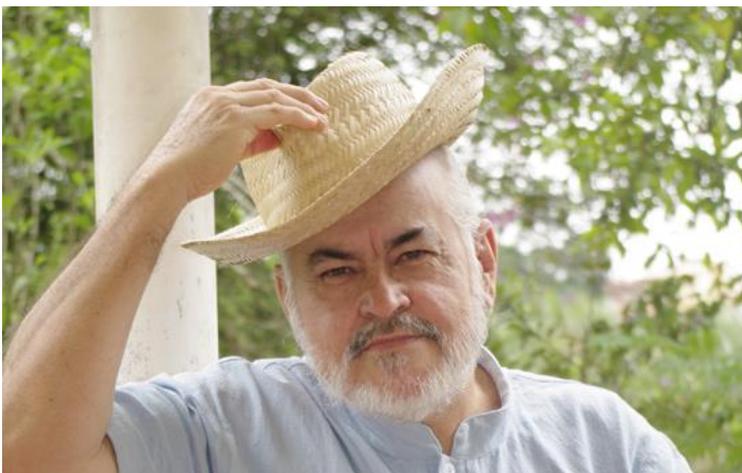


*Figura 65 - Recepção na propriedade onde está a Nascente do Rio Paraibuna – Cunha - SP.*

Na oportunidade da visita a Nascente do Rio Paraibuna foi feita uma homenagem àqueles que muito trabalharam pela preservação das Nascentes do Paraíba, em especial o João Rural, que veio a falecer em um dia 23 de junho de 2015, que foi data de encontro para fortalecimentos da pauta dos Templos das Águas (registro nesse vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=QgDkvJEpqgI>).



*Figura 66 - Momento da homenagem a João Rural – Nascente do Rio Paraibuna, Cunha - SP.*



*Figura 67 - João Rural - João Evangelista de Faria, In Memoriam.*

O João Rural Teve uma vida dedicada à defesa, preservação, fortalecimento e divulgação da cultura caipira. Em 40 anos de pesquisa, reuniu um acervo de 300 horas de vídeo e filme 8mm, 70.000 fotos e 7.000 páginas estimadas em livros, jornais e revistas, em que foi fotógrafo, redator, revisor, diretor, editor, tal como fez em diversos programas para a televisão. Um homem multimídia.<sup>6</sup>

A seguir foi feita a Visita Técnica ao Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cunha Indaiá, onde foram apresentadas as pesquisas que ali foram desenvolvidas, em especial destacamos as explicações do Agente Florestal Ivail Toledo sobre: o simulador de chuva em terrenos florestados e solo descampado; os estudos nos lisímetros, em áreas de 10 por 10 metros, para quantificar a precipitação das gotas de chuva no solo em áreas arborizadas por espécies; e o comportamento em hídrico em 56 ha. de uma microbacia, em tempo real e de acordo com as chuvas.

---

<sup>6</sup> [http://www.chaocaipira.org.br/joao\\_rural](http://www.chaocaipira.org.br/joao_rural)



Figura 68 - A simulação de chuva em dois tipos de terrenos - Parque Estadual da Serra do Mar, Cunha - SP.



Figura 69 - Lisímetros do Laboratório de Hidrologia Florestal Walter Emmerich - Parque Estadual da Serra do Mar, Cunha - SP.



*Figura 70 - Vertedouro na foz de uma microbacia para fins de monitoramento hídrico, Parque Estadual da Serra do Mar, Cunha SP.*

Parte dos registros da Segunda Etapa da Expedição estão disponíveis neste vídeo:

<https://youtu.be/yofhMR430gY>

O dia 24/06 foi dedicado ao Diálogo com Representantes dos Municípios da Região do Alto Paraíba do Sul, sobre o Projeto Rota Turística Regenerativa "Caminho das Nascentes do Paraíba", nas dependências da Escola Municipal Benedito Aguiar Santana.



*Figura 71 - O Prefeito José Eder Galdino fazendo a abertura da reunião em Cunha - SP.*

A abertura dos trabalhos teve a participação do Prefeito da Cidade de Cunha, o Sr. José Eder Galdino e o Secretário de Turismo e Cultura, o Sr. Marivaldo Rodrigues, na sequência foram perseguidos os seguintes objetivos:

- Reunir secretários de governos e profissionais das secretarias municipais de turismo, meio ambiente, agricultura, educação e cultura; conselhos municipais, empreendedores, órgãos reguladores e gestores dos recursos hídricos e turismo;
- Apresentar o projeto “Rota Turística Caminho das Nascentes do Paraíba”, tendo como eixo o patrimônio hídrico, o paisagismo florestal, produção rural e a cultura local, para o desenvolvimento do Turismo Regenerativo e Geração de Renda;
- Apresentar propostas para o desenvolvimento do Turismo Pedagógico, Ecológico, Rural e de Aventura, através de ações de educação ambiental nos municípios;
- Definir uma agenda de trabalhos para o planejamento de um “Plano de Ações Intermunicipais Pró Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraitinga e Rio Paraibuna”.

A agenda contou com a apresentação da Secretaria de Turismo e Cultura de Cunha, que apontou os atrativos, pontos turísticos e eventos relativos aos recursos hídricos, em Cunha.

No mesmo alinhamento da fala anterior o João Paulo Villani, Gestor do Núcleo Santa Virgínia, do Parque Estadual da Serra do Mar (maior UC do país dentro do bioma Mata Atlântica), apresentou o patrimônio hídrico da Unidade de Conservação, as pesquisas e o turismo no parque. Com destaque de sua fala para citação de que 60% das águas que são produzidas no estado de São Paulo nascem ou nas UCs ou em suas Zonas de Amortecimentos.

Seguido por Anderson Solcia, Presidente da Associação da Região Turística da Fé e Bacharel em Turismo com Especialização em Gestão e Desenvolvimento Turístico Regional foi apresentado a Rota Turística Regenerativa - Caminho das Nascentes do Paraíba.

Há que destacar que está sendo trabalhado a integração de três rotas turísticas (RTs), ou seja: a do vale histórico, a da fé e a dos corpos hídricos, para os municípios de Areias, Silveiras, Cachoeira Paulista, Cunha, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra, Natividade da Serra e Paraibuna.

A Rota Turística Regenerativa tem como base:

- Criar diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável e regenerativo;
- Inserir no Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) - Vale do Paraíba;

- Conciliar a Rota Turística ao Projeto Rota da Fé & Cultura - Ministério da Economia / Secretaria de Patrimônio da União (SPU);
- Inserir a Rota Turística no Plano Regional de Desenvolvimento Turístico das 3 RTs;
- Adicionar a Rota Turística ao Plano Diretor de Turismo dos 9 municípios Conectados;
- Promover a União dos Municípios e das RTs para o Desenvolvimento Regional;
- Conscientizar a comunidade, os turistas e visitantes na preservação das nascentes;
- Fomentar a geração de investimentos, emprego, renda e qualidade de vida.

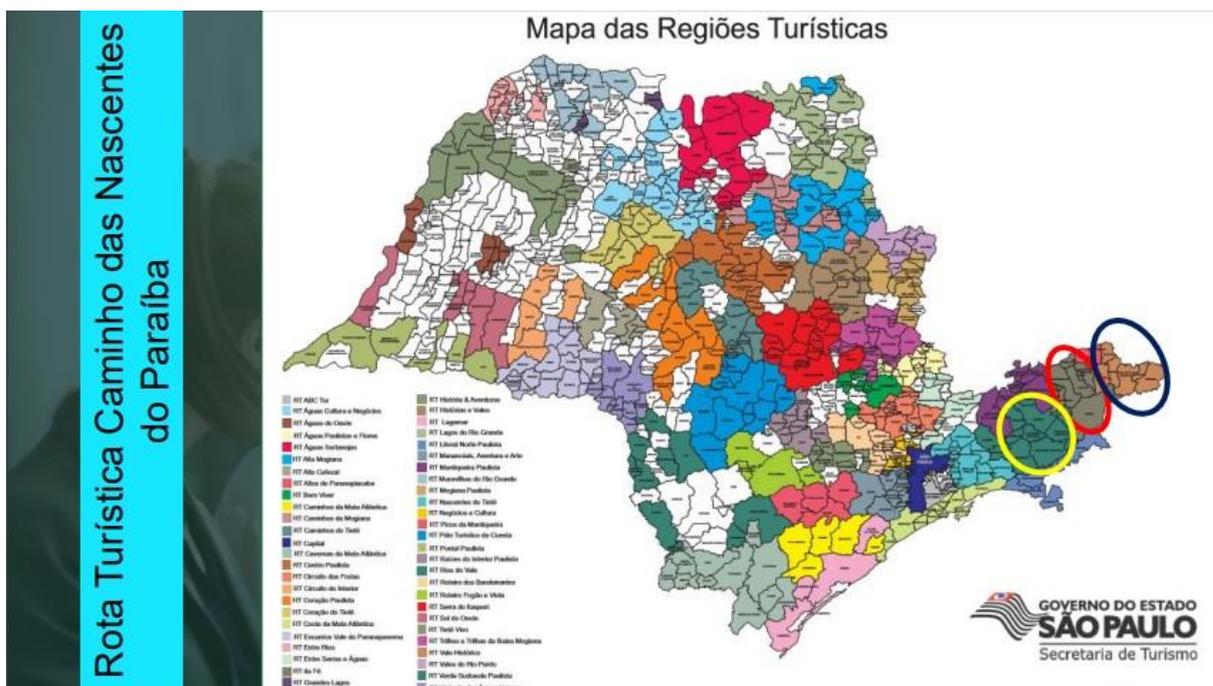


Figura 72 - Rota Turística Caminho das Nascentes do Paraíba.

Na sequência, a Sra. Maristela do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da sede de Guaratinguetá, explicou sobre o workshop de imersão aberto para pessoas com alguma ligação em turismo, para o desenvolvimento do turismo que aborda governança, os empresários, diagnóstico e plano de ação, como visão de futuro para 5 e 10 ou 15 anos. O SEBRAE está em parceria com o movimento em prol da Rota Turística Regenerativa.

Na sequência João Gomes de Siqueira, Coordenador da Comissão Organizadora da Expedição Nascentes do Paraíba, Secretário do Comitê das Bacias Hidrográficas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana; e Diretor do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), fez uma introdução sobre a integração da Expedição Nascentes do Paraíba com as ações Rota Turística Regenerativa. Passando para o Coordenador do Grupo

de Trabalho de Mobilização, Comunicação e Educação Ambiental do CEIVAP, o Eduardo Araújo Rodrigues, que falou dos alinhamentos comuns que estão no Plano de Educação Ambiental do CEIVAP, em desenvolvimento atual. Nesse sentido está sendo elaborado um processo que internalize a Expedição Nascentes do Paraíba para realizações anuais, com oficinas na bacia permanentes.



*Figura 73 - Eduardo Araújo apresentando posição CEIVAP.*

A fala seguinte foi do Edilson de Paula Andrade, do Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), e da Secretaria Executiva do CBH Paraíba do Sul, citando



*Figura 74 - Edilson Andrade contextualizando a integração CBH PS e CEIVAP.*

O Luis Felipe Cesar, Presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul e ponto focal no Brasil da Aliança para as Montanhas, sediada pela FAO/ONU, chamou a atenção para a inclusão, nas pautas futuras, de abordagens sobre ecossistemas de montanha, tendo em vista que esses ambientes possuem alta relevância para a preservação das nascentes e o equilíbrio hídrico e climático.

### 3.1.3. A Terceira Etapa

A terceira etapa da Expedição Nascentes do Paraíba teve início em 20/09/2022 com a Comemoração dos 25 anos da jornada do Zé do Paraíba na Floresta Nacional de Lorena do ICMBio.



Figura 75 - Zé do Paraíba apreciado pelo Vicente, no primeiro pau-brasil plantado há 25 anos atrás – Lorena - SP.



Figura 76 - Momento da Festividade de 25 anos do Zé do Paraíba com alunos do ensino municipal de Lorena, SP.

Após houve a apresentação institucional da Floresta Nacional de Lorena e a visita às estruturas locais.

No dia 21/09 houve a Comemoração do Dia da Árvore em Areias, sob a figueira centenária que é um ícone da criação do município, pois foi no passado histórico abrigo das tropas do Imperador e de tropeiros responsáveis por valiosas mercadorias ([https://www.youtube.com/watch?v=F7cOa\\_DfJdl](https://www.youtube.com/watch?v=F7cOa_DfJdl)).

A referida comemoração foi com a recepção e apresentação das crianças das escolas e projetos culturais de Areias.



*Figura 77 - Momento da comemoração do Dia da Árvores em Areias - SP.*

Houve a comemoração do Dia do Rio Paraíba do Sul e da entrada da Primavera. No Clube Recreativo Cultural de Areiense teve a Abertura Oficial da XX Primavera do Rio Paraíba do Sul.

No dia 22/09 teve: a Apresentação do Projeto Rota Turística Regenerativa "Caminho das Nascentes do Paraíba" com o Palestrante: Anderson Solcia - Representante das Regiões Turísticas do Vale do Paraíba; a apresentação dos projetos desenvolvidos em nascentes pelos CBHs - Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes, pelos representantes dos CBHs na coordenação da expedição: João Gomes Siqueira e Edilson de Paula Andrade.



Figura 78 - André Marques (AGEVAP), Lázaro Tadeu, Humberto Gonçalves (ANA) e Paulo Henrique (Prefeito) em Areias - SP.



Figura 79 - Alguns dos Participantes do evento do dia 22/09/2022 em Areias - SP.

A Professora Silvia Maria Pompéia, Coordenadora da Labor Educacional, apresentou o desenvolvimento do tema Educação Ambiental no Brasil, em especial aqueles relacionados a

região da Cabeceira do Rio Paraíba do Sul. Na sequência falou do Projeto Vamos Construir nosso Futuro, atendendo aos municípios de Areias e Cunha, que tem como público-alvo professores e gestores escolares.



*Figura 80 - O Momento da Profª Apresentando o Projeto Vamos Construir Nosso Futuro.*

Como previsto na programação seguiram as apresentações de projetos desenvolvidos nas nascentes das Regiões Hidrográficas dos CBHs participantes, pelos representantes: Erika Cortines (CBH Piabanha), Vera Lucia Teixeira (CBH Médio Paraíba do Sul), Zenilson Coutinho (CBH BPSI) e Nelson Reis (CBH Guandu - RJ).

A Erika Cortines informou que na RH IV do Estado do Rio de Janeiro, de atuação do CBH Piabanha as principais ações voltadas para a proteção e recuperação dos Mananciais são:

- Programa Mananciais com ações de saneamento rural, proteção de nascentes, melhoria dos sistemas de irrigação, sistemas agroflorestais, capacitação (em andamento);
- Resolução de enquadramento em Classe Especial dos trechos de rios no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral (em andamento);
- Projeto de Lei do município de Petrópolis que cria o Programa Nascentes Protegidas (vetado);

- Lei municipal nº 4.714 de 11 de setembro de 2020 que destina 50% do ICMS ecológico arrecadado no município para o Fundo de Meio Ambiente (<https://cvtr.rj.gov.br/lei-no-4-714-destina-ao-fundo-municipal-de-meio-ambiente-fumma-50-cinquenta-por-cento-dos-repasses-estaduais-provenientes-da-lei-estadual-no-5-100-2007-e-do-decreto-estadual-no-46-884-2019/>)
- Articulação e apoio à criação de Unidade de Conservação Nascentes do Piabanha;
- Expedições locais para identificação e registro dos principais impactos ambientais nas calhas dos rios e suas margens;
- Seminários de Saneamento e Encontro de Pesquisadores (<https://comitepiabanha.org.br/eventos-do-comite.php>)
- Exposição Fotográfica “Expedição Nascentes do Paraíba” apresentada no 11º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (<https://www.youtube.com/watch?v=7WbKjwFBOp8>)



Figura 81 - Erika Cortines apresentando ações do CBH Piabanha.

A Vera Lúcia informou que para a RH III do Estado do Rio de Janeiro, de atuação do CBH Médio Paraíba do Sul as principais ações voltadas para a proteção e recuperação dos Mananciais são:

- A adaptação do projeto Caravanas para a Expedição Nascentes do Paraíba;
- Aplicação da sonda de avaliação de qualidade de água dos corpos hídricos da RH III para fins de avançar com as implantações do instrumento enquadramento de corpos hídricos;

- Ampliação das instalações das praças “Cílios do Paraíba” que tem sua primeira versão em Pinheiral, outras estão em processo: nas proximidades do acesso ao Parque Nacional de Itatiaia e no município de Quatis, com a meta de atingir todos os municípios da RH;
- Disponibilização do Projeto NasceRIO, para incentivar a preservação e a restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na área de atuação do Comitê. Este Modelo de Projeto foi elaborado a fim de apoiar os municípios na captação de recursos para projetos voltados à restauração de APPs de nascentes e foi redigido seguindo os modelos utilizados em vários editais de captação de recursos;
- O Projeto Sesmarias, que promoveu a restauração de 20 ha. e a conservação de 48 ha.;
- Projeto Mananciais (PRISMA) com o CEIVAP, em desenvolvimento em no Alto curso do Rio das Flores – Sub-bacia do Rio das Flores – Barra do Pirai / Ipiabas – RJ; e
- Projeto Águas do Médio Paraíba sendo retomado, devido a parada com o advento da Pandemia da COVID-19.



*Figura 82 - Vera Lúcia apresentando ações do CBH MP.*

O Zenilson Coutinho informou que para a RH IX do Estado do Rio de Janeiro, de atuação do CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, as principais ações voltadas para a proteção e recuperação dos Mananciais são:

- O Projeto de Educação Ambiental, da nascente à foz, nas escolas do Norte Fluminense;

- Projeto Mananciais (PRISMA), no Alto Rio Preto, com recuperação de 26 nascentes;
- Mobilização social sobre os problemas hídricos na Baixada Campista, como a autorização para perfuração de poços de captação de águas subterrâneas, sem o conhecimento do CBH, a utilização de água da transposição em Santa Cecília para diluição de esgotos, um projeto de nova transposição no Rio Paraíba do Sul para atender o Leste da Baía de Guanabara; e a transposição de 5m<sup>3</sup> em São Paulo; e
- Denúncias das criticidades hídricas do Baixo Paraíba do Sul que vem perdendo o status de algumas produções econômicas por falta de água.



*Figura 83 - Zenilson apresentando ações do CBH BPSI.*

O Nelson Reis informou que para a RH II do Estado do Rio de Janeiro, de atuação do CBH Guandu, as principais ações voltadas para a proteção e recuperação dos Mananciais são:

- O Projeto Produtores de Águas e Florestas (PAF), o segundo projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do país, que já contabiliza externalidades positivas, como: fixação de jovens na comunidade; a implantação de escolas; o desenvolvimento do turismo rural; a geração de emprego e renda; e agora recentemente a ampliação com a participação de recursos externos ao sistema de gestão hídrica; e
- o Projeto Sanear Guandu, que é voltado para as regiões periurbanas dos municípios, e foi idealizado através de um diagnóstico das necessidades de esgotamento sanitário dessas áreas dos quinze municípios pertencentes à bacia do Guandu, como a Ilha de Guaratiba no Rio de Janeiro; às comunidades do Marapicu, Jaceruba e Rio Douro em Nova Iguaçu; e Chapadão, Vila Americana, Fazendinha e Vista Alegre em Queimados, entre outros.



*Figura 84 - Nelson Reis apresentando ações do CBH Guandu - RJ.*

O Edilson de Paula Andrade fez um resgate histórico e deu outras informações sobre a RH paulista do Rio Paraíba do Sul, de atuação do CBH PS.

A Bacia do rio Paraíba do Sul foi palco de intensos debates, principalmente a partir da década de 50, para dinamizar o aproveitamento hidroelétrico e a produção de alimentos através dos chamados polders cujos objetivos eram garantir segurança alimentar das duas maiores capitais do País, especialmente São Paulo que crescia a taxas elevadas e necessitava de grande oferta de alimentos. Dessa forma foram projetados pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica com apoio do Governo Federal as grandes obras hidráulicas nas cabeceiras paulista, assim foram executados dois dos maiores reservatórios de acumulação de água da bacia: Paraibuna e Jaguarí que juntos representam 80 % de todo o volume armazenado no Rio Paraíba do Sul. Neste processo de discussão surgiram divergências importantes em relação ao Plano paulista para reverter uma vazão de 50 m<sup>3</sup>/s da futura represa de Paraibuna - SP para produção de energia em Caraguatatuba, que aproveitaria um desnível no terreno de mais de 500 metros e portanto a produção seria muito importante para São Paulo.

Esse desvio já havia sido autorizado pelo governo federal, mas em razão dos intensos debates envolvendo a Assembleia legislativa de São Paulo, a Câmara federal situada no Rio de Janeiro, o Instituto de Engenharia dos dois estados e os mais renomados técnicos do País, foi demonstrada a inviabilidade da empreitada por retirar essa disponibilidade hídrica da bacia podendo acelerar a poluição de suas águas que já naquela época, final dos anos 60, demonstrava sinais de piora na qualidade.

Dessa forma, em 1971 a concessão dada ao DAEE foi cassada pelo Presidente da República destinando aquela vazão à jusante de Santa Cecília, em Barra do Pirá - RJ. Portanto

prevaleceu a visão sanitaria, deixando em plano secundário a produção de energia elétrica. O que se pode depreender do debate à época é que as discussões sobre o uso dos recursos hídricos na bacia ultrapassaram em muito as esferas governamentais e alguns atores sociais foram ouvidos e considerados a exemplo do Instituto de Engenharia de São Paulo e sanitaria como Saturnino de Brito, dessa forma o embrião da futura gestão dos recursos hídricos participativa estava a caminho.

Já na década de 1980 houve uma primeira tentativa de se implementar a gestão de recursos hídricos através dos Comitês Executivos de Estudos de Bacias Hidrográficas (CEEIBs), dessa forma foram criados alguns destes Comitês no Brasil naquelas bacias de rios de domínio da União. No vale do Rio Paraíba do Sul existiu e funcionou o CEEIVAP organizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) com atuação destacada do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), que era vinculado ao ministério.

Muitos estudos importantes foram executados até culminar com um acordo de Cooperação técnica entre os governos Brasileiro e o Francês mediante o qual os técnicos franceses com o apoio dos profissionais locais desenvolveram os estudos visando uma nova visão da gestão baseada no tripé Comitê de Bacias, Agência de Bacias e Cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Podemos afirmar que essa experiência foi importante para as futuras legislações de São Paulo - Lei Estadual 7663/91 e a Lei Federal 9433/97.

Com a chegada do Ministério de Meio Ambiente a gestão dos recursos hídricos saiu da governança do MME/DNAEE, cuja influência do setor elétrico era preponderante, e passou a vigorar a visão dos usos múltiplos de forma mais equilibrada e dessa maneira, já na esteira das leis paulista e federal foi iniciada a mobilização da sociedade para constituir os Comitês de Bacias conforme o modelo atual.

A lei que criou a política de recursos hídricos no Estado de São Paulo - 7663/91, foi uma iniciativa que aconteceu de fora para dentro, ou seja, o Projeto de Lei que tramitou na Assembleia Legislativa foi de autoria do então Deputado Sílvio Martini, que acolheu as sugestões da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), do DAEE sob a liderança do Engenheiro Flavio Terra Barth, do Consórcio Intermunicipal das Bacias Piracicaba, Capivarí e Jundiá (PCJ) entre outras entidades. Na esteira da lei paulista e da experiência do Ceará e com o apoio da ABRH foram criadas as condições para a futura Lei Federal 9433/97, prevista na Constituição de 1988.

Em 1994 foi instalado o Comitê paulista da bacia do Paraíba e dois anos após o atual CEIVAP, ambos foram colocados de pé após muita discussão e articulação.

Nos tempos atuais este CBH-PS vem trabalhando bastante junto aos municípios e as entidades da sociedade civil para transformar em realidade os sonhos de muitos que por aqui passaram a exemplo do saudoso professor Joaquim Rodrigues dos Santos a quem devemos a existência deste colegiado.

Uma das prioridades do atual Plano de Bacias é a preservação e recuperação das áreas de nascentes das cabeceiras do rio Paraíba do Sul e isso foi possível graças a mobilização de mais de duas décadas liderada pelo Professor Lázaro Tadeu utilizando a configuração de Zé do Paraíba como defensor das nascentes.

Nos últimos anos o CEIVAP, a ANA e os Comitês afluentes passaram a integrar esse movimento que segue nos seus propósitos pela sustentabilidade da nossa bacia.

Segue firme o compromisso de oferecer às atuais e futuras gerações água de qualidade satisfatória que possa atender aos mais diversos usos. Perseverando sempre até alcançar os objetivos.

A última atualização do Plano de Bacias do Comitê paulista da bacia do Paraíba do Sul, concluída em 2021, as cabeceiras do Rio Paraitinga foram incluídas como área prioritária para receber investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (FEHIDRO). Muitos projetos têm sido direcionados aquela região, prioritariamente em restauração florestal, saneamento e educação ambiental.

Todos os nove municípios da cabeceira já receberam recursos e somando com aqueles do CEIVAP/AGEVAP e temos avançado bastante nas ações necessárias ao combate a poluição das águas e a restauração das matas.

O futuro próximo é promissor e graças a união de forças em toda a bacia vamos continuar avançando na sua recuperação.

O dia 23/09, dedicado a Comemoração da Nascente do Rio Paraíba do Sul, como está na regulamentação esperada, que esteve em tramitação no Congresso Nacional, como Projeto de Lei 6446/16, na Câmara de Deputados Federais, versando sobre instituir o Dia da Nascente do Paraíba, conforme publicado sua aprovação na Câmara de Deputados, no dia 12 de dezembro de 2017.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (12), em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 6446/16, que institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul, a ser celebrado anualmente em 23 de setembro. O autor da proposta, deputado Marcio Alvino (PR-SP), afirma que o objetivo é mobilizar a sociedade para a preservação da região. Ele explicou que 23 de setembro refere-se à data de fundação do Movimento Nascentes do Paraíba do Sul, que, desde 2001, vem mobilizando e

organizando as ações de valorização da nascente e do curso d'água ao longo da bacia hidrográfica do rio. O Rio Paraíba do Sul banha os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A relatora na CCJ, Deputada Magda Molfatto (PR-GO), defendeu a aprovação ao texto. O parecer dela foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria.

O texto segue agora para análise do Senado. (CÂMARA DE DEPUTADOS FEDERAL, 2017).

No Senado Federal o PL 6446/16 recebeu a identificação PLC 40/2018, que tramitou por algumas instâncias da casa e ficou pendente de entrar na pauta de plenário.

Nesse dia tivemos a apresentação dos projetos em desenvolvimento no município de Areias:

- Projeto de Mobilização e Educação Ambiental de Areias - PROMEAA, pela Professora Karla Conceição Pereira, Pesquisadora da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Coordenadora do Projeto. - Projeto Parque Municipal - Nascente do Paraíba, Areias;



*Figura 85 - Momento da palestra da Karla Conceição Pereira.*

- Nascente Pedagógica, por Ronaldo Martins Araújo - Coordenador de projetos ambientais de Areias;



*Figura 86 - Momento da palestra de Ronaldo Martins Araújo.*

- Projetos do CEIVAP desenvolvido pela AGEVAP no município de Areias: 1) Programa de Tratamento de Águas Residuárias (PROTRATAR) do CEIVAP, apresentado pela Maíra Simões Cucio, Especialista em Recursos Hídricos; 2) Projeto Participativo de Incremento de Serviços Ambientais na Microbacia Alvo - PRISMA, apresentado por Flávio Augusto Augusto Monteiro dos Santos, Especialista em Recursos Hídricos; e 3) Projeto Diagnóstico procriação da RPPN - Nascente do Paraíba, também apresentado pelo Flávio Augusto;



*Figura 87 - Momento da Apresentação da Maíra Simões.*



Figura 88 - Momento da Apresentação de Flávio Augusto.

- O Movimento Nascentes do Paraíba, foi apresentado, por Lázaro Tadeu Ferreira da Silva, sobre os temas: a) Nascente Pedagógica, b) Comitê das Águas, c) Memorial da Nascente do Paraíba.



Figura 89 - Momento da Apresentação de Lázaro Tadeu.

- Formação para Gestão de Recursos Hídricos em Municípios, por Osman Fernandes da Silva, da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Destacando para o grande desafio do tema tendo em vista a dominialidade da gestão hídrica no Brasil nos âmbitos Federal e Estaduais.



*Figura 90 - Momento da palestra de Osman Fernandes da Silva.*

- A Força dos Comitês, por Humberto Cardoso Gonçalves, da Superintendência de Apoio ao SINGREH e às Agências Internacionais de Regulação do Saneamento Básico da ANA, que também parabenizou os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos.



*Figura 91 - Manifestação de Humberto Cardoso Gonçalves.*

- A expedição e o Plano de Mobilização e Educação Ambiental (PPEA) do CEIVAP, por Eduardo Araújo - Coordenador GT-MCEA do CEIVAP.



*Figura 92 - - Momento da Manifestação de Eduardo Araújo.*

- As atividades da OSCIP Corredor Ecológico do Vale do Paraíba foram apresentadas pela Tatiana Motta, com uma das principais a parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que apontou em seus estudos que com 6.000 ha. de reflorestamento poderiam reconectar 500.000 ha. Um caminho possível a ser seguido para conectar as Serras do Mar e a da Mantiqueira.



*Figura 93 - Momento da Apresentação de Tatiana Motta.*

- Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a mobilização e formação para promoção da justiça socioambiental, foi apresentada por Mauro André Santos Pereira, que é Ponto Focal da ONU na América Latina. Fez também uma análise da

Expedição Nascentes do Paraíba e possíveis contribuições futuras do CEIVAP, AGEVAP, ANA e ONU.



*Figura 94 - Momento da Apresentação de Mauro Pereira.*

- Articulações para Recuperação e Preservação de Montanhas e Nascentes do Paraíba, por Luís Felipe Cruz Lenz Cesar, Ponto Focal da Aliança para as Montanhas no Brasil. Detalhou as importâncias das montanhas para as muitas necessidades humanas, de flora e de fauna. As montanhas oferecem 70% das águas em todo o mundo. Por outro lado, elas são frágeis, principalmente por ações antrópicas.



*Figura 95 - Momento da Apresentação de Luís Felipe Cesar.*

No dia 24/09/2022 a Expedição à Nascentes do Paraíba saiu para a nascente do Rio Paraitinga, principal nascente do rio Paraíba do Sul.

Em um trajeto deslumbrante, que a muitos encanta pelas belezas cênicas das montanhas, dos cursos d'água, da vegetação dos campos de altitude, dos aspectos históricos e do clima.



*Figura 96 - As Montanhas da Serra da Bocaina – Mirante de Areias - SP.*



*Figura 97 - Momento da caravana para nascente do Rio Paraitinga – Areias - SP.*



Figura 98 - Placa da Nascente principal do Rio Paraíba do Sul – Areias - SP.  
Fonte: ecoValeTur



Figura 99 - A Nascente principal do Rio Paraíba do Sul – Areias - SP.

A Expedição Nascentes do Paraíba foi recebida pelos representantes da família, que se declaram estar no domínio da área por cinco gerações zelando pela nascente. Foi contado que no ano de 1930, houve uma missa no morro frontal, com a instalação de uma cruz, que a partir de então passou a ser chamado de Morro do Cruzeiro e que houve uma invasão que levou a uma ação de reintegração de posse, com sentença dada em 20/09/2000 pelo juiz, que apontou que a família Andrade está no local, com posse mansa e pacífica, desde 1879.

O ponto alto previsto da Expedição Nascentes do Paraíba não ocorreu devido a uma questão ainda não completamente esclarecida sobre a iniciativa de proteção que se pretende dar à área da nascente, para que ela seja protegida como uma Unidade de Conservação, razão

pela qual o Zé do Paraíba e o representante da Secretaria de Meio Ambiente de Areais não foram autorizados a entrar na propriedade, por parte daqueles que por ela respondem.

Para Erika Cortines:

A visita à nascente foi o dia mais marcante da expedição. Primeiro pela expectativa que foi gerada após uma grande logística de organização e por estar desde a primeira visita na foz do Rio Paraíba do Sul, ansiosa para chegar à nascente mãe deste grande rio. A paisagem e aventuras do caminho são peculiares e nos dão uma dimensão do imenso potencial da região para atividade voltadas para a conservação e regeneração da natureza e para produção do nosso bem maior que é a água. Chegando lá, fomos recebidos pelos proprietários do lugar e fomos em um grande número de pessoas descendo a rua e apreciando o lugar. Olhando para trás vi o Zé do Paraíba e o Secretário de Meio Ambiente, barrados do outro lado da cerca, por motivos que não cabem explicar aqui.

Todos continuaram descendo e questionando por que o Zé não vinha? No pé da cerca, do lado de fora, Zé nos via descer e entoou a canção que marca sua chegada e mal sabíamos nós que sua partida (ou talvez um respiro?) “Eu nasci naquela serra num ranquinho a beira chão. Todo cheio de buraco onde a lua faz clarão. Quando chega a madrugada, lá no alto a passarada principia o “baruião”.

Aquilo bateu profundamente no coração de todos que ali estavam. Ao entrar, ouvi uma fala marcante do anfitrião enaltecendo que ali era um patrimônio da humanidade. Enquanto isso, humanos que se dedicam voluntariamente há décadas à preservação do meio ambiente e questões ambientais, ficaram do lado de fora.

Aquela fala mexeu demais comigo e caí numa crise de choro, quando olhei para o alto do morro vejo o Zé todo de branco, observando do alto, todas aquelas pessoas que o representavam, ali naquele momento.

Na hora de visitar a nascente fiquei no último grupo para poder curtir o local que eu esperava a tanto tempo conhecer.

Meu filho ao entrar na matinha que protege o olho d'água da nascente, começou a cantar espontaneamente música do Zé. Aquilo teve um significado tremendo e novamente me emocionou.

No curto momento que estive no olho d'água experienciei um momento de muita gratidão e felicidade. Chegar com minha mãe, meu filho e todas aquelas pessoas queridas, guardiãs das águas, no olho d'água de um dos rios mais importantes do Brasil, foi significativa.

Conhecer este ambiente tão belo, mágico e ao mesmo tempo tão frágil foi um marco para a expedição. Estar ali, sem o Zé do Paraíba, nos fez perceber que dali pra frente, os comitês de bacias hidrográficas e demais instituições presentes faziam parte da missão de proteger esta nascente tão simbólica e disseminar as ações de proteção de nascentes em todas as cabeceiras do rio Paraíba do Sul.

Ali, se foi o Zé do Paraíba e entraram os amigos do Zé, juntos pela regeneração das nossas bacias e proteção do nosso mais precioso bem, a água.

“Que Deus abençoe a nossa missão!” e que as nascentes possam ser protegidas por quem quer que seja, sem brios nem posses, mas sim como uma percepção de um bem coletivo, necessário à vida humana e à biodiversidade”.

A frustração com a separação promovida e o canto em dueto, representando a passagem do bastão, não para a criança em si, mas para todos os guardiões das nascentes que ele ali simbolizava, ficou registrada na Figura que segue.



*Figura 100 - A frustração do Vicente com a separação*

Na saída da área da nascente a Expedição Nascentes do Paraíba foi o momento de reencontro com o Prof. Lázaro Tadeu. Reencontro este que representou novos olhares e reformulações de estratégias, que passaram a ser apontadas para futuros estudos e ações, agora com o envolvimento de todos na proteção desta cabeceira e resolução dos conflitos existentes.



*Figura 101 - A transformação que traz um novo olhar.*

Nesse dia, Zé do Paraíba transpôs o Portal do Templo das Águas, onde É terno Guardião da Nascente. Registro em vídeo: [https://youtu.be/rIKZ1o\\_kh0M](https://youtu.be/rIKZ1o_kh0M).

### 3.2. PARCERIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Em novembro de 2021, vivíamos no Brasil um momento de flexibilização das medidas restritivas impostas pela Pandemia da COVID19 e existia uma avidez por encontros presenciais, foi dentro cenário que surgiu o convite para alguns que depois vieram a se integrarem, de uma forma ou de outras, à Expedição Nascente do Paraíba, para o último compromisso com apoiadores da Juliana de Carvalho, enquanto Diretora da Bang Filmes & Produções, de exibição do Filme Caminho do Mar (CARVALHO, 2021).

O FILME DO RIO PARAÍBA DO SUL

**CAMINHO DO MAR**

Projeto e produção: Juliana de Carvalho  
Direção e roteiro: Bebeto Abrantes

REGULARES E DISPONÍVELS  
**BANG**  
Filmes & Produções

**EVENTO PRESENCIAL E GRATUITO**

ancine

A Prefeitura da Cidade de Juiz de Fora e a Bang Filmes & Produções convidam para a exibição do documentário CAMINHO DO MAR seguido de debate; O impacto das águas do rio Paraíba na bacia do rio Paraíba do Sul.

com a presença de:

Eduardo Araújo, (IGAM)  
Flávio Monteiro (AGEVAP)  
João Siqueira (UENF)  
Marcelo Massaharu Araki (IEF)  
Renata Maranhão (ANA) - Online

O evento será realizado no dia 24 de novembro (quarta-feira), às 19 horas, no Teatro Paschoal Carlos Magno e transmitido ao vivo no youtube pelo link:  
[Clique aqui e veja a transmissão ao vivo](#)

Mediação: Guilherme Souza (Projeto Piabanha)  
Apresentação: Juliana de Carvalho (Bang Filmes)

**ATENÇÃO:**  
Imprescindível a apresentação de comprovante de vacinação e uso de máscara.  
[Clique e confirme presença pelo formulário](#)

www.bangfilmes.com.br

PATROCÍNIO MASTER

LOJAS AMERICANAS | americanas.com | SOUZA CRUZ

PATROCÍNIO

VALID | [AUDITAL] | G-TECH

ARROZ DOVAL

TEATRO PASCHOAL CARLOS MAGNO | FUNALFA

Figura 102 - Convite para exibição do filme Caminho do Mar e Debate.

O Filme Caminho do Mar traz um olhar diverso sobre o Vale do Paraíba desde suas principais nascentes até sua foz, retratando aspectos históricos, culturais, religiosos, de fauna e flora, além de sérios impactos promovidos pelas atividades humanas.

Também chama a atenção para os fatos que destacam dois corpos hídricos nacionais: o Rio São Francisco, como o Rio da Integração Nacional, pelos muitos estados que dele dependem, e o Rio Paraíba do Sul, como o Rio da Economia Nacional, pelas inúmeras indústrias e negócios dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que dele dependem, direta ou indiretamente, e que impactam a todo o país.

O evento da apresentação do filme Caminho do Mar teve participações e debates no modo híbrido, ou seja, com pessoas presentes no teatro e outras que estavam de forma virtual, inclusive no exterior.

Um dos pontos marcantes foi o resumo final feito pela Renata Rosendo Maranhão de forma poética que aqui segue reproduzido.

### **CAMINHO DO MAR**

*Rio que nasce no parto da terra  
Segue seu curso protegido e abraçado pelas serras  
Rio que brinca e é brincadeira  
Rio que é devoção e proteção. Casa da nossa senhora preta*

*Rio que não se encaixa  
Fumaça branca que acoberta o céu  
Poeira cinza que ofusca o verde  
Pó de ferro que vira alimento e se espalha invisivelmente  
Chaminés que exalam fumaça que se fundem com as nuvens*

*Casas amontoadas, integradas à vegetação, vulneráveis beirando o rio  
Impactos socioambientais naturalizados  
Vindos pelo encantamento do desenvolvimento que nos seduz com promessas futuras, que nunca chegam  
Promessas que nos tira do presente  
Que nos faz esquecer do que importa  
Do cuidado com o outro, do cuidado com o rio, do cuidado com a vida*

*Rio de águas marrons margeado pelo estreito verde  
Fortalecido pelo som do tambor  
Pelas histórias e trajetórias que ali se encontram*

*Café, cana, indústria, escravos, senzalas*

*Homem que domina o homem, homem que domina o meio  
Mulher dominada  
Fazendeiro barão, movido pelo suor negro  
Negro que dança ao som de sua cultura, religião e arte  
Pé descalço, pé de calo, pé que cala  
Rio que é refresco, é jongo, é caminho de fuga, é história*

*Águas azuladas escuras*

*Barragens de muro alto e terra batida  
Rio barrento, controlado e domado*

*Melancolia, rio que chora  
Águas que dançam nas rochas  
Paisagem que se renova, rio que movimenta gerando vida*

*O que se ganha? o que se perde? quem ganha e quem perde?  
As redes de pesca emaranhadas podem nos contar  
Peixes selvagens que resistem*

*Correnteza, remanso  
Rio que é luta, é vida, é pesca, é alimento, é renda  
Verde de cana, verde baixo, verde que queima  
Árvores isoladas*

*Barulho do mar  
Mar que avança, casas e igrejas que derretem  
Cidade que reduz  
Rede que fala, rede que chora, rede com fome  
Fim da briga do rio com o mar, deixando lágrimas que salgam o rio  
Pássaros voam  
Vila boa lembrança  
Nos lembrando que precisamos mudar a forma de ser, estar e agir no caminho do mar.*

*Renata Rosendo Maranhão*

Muito embora o filme faça um excelente retrato da realidade de muitas ações que ocorrem no curso do Rio Paraíba do Sul, para os atores da gestão hídrica ficou o vazio da não abordagem da gestão hídrica da bacia. Para aquelas pessoas que participaram também da reunião Diálogo com os CBHs, em conversa posterior, se alinhou a necessidade de buscar dar visibilidade às inúmeras ações voltadas à gestão hídrica no Vale do Paraíba, seja por meio de outro filme e/ou livro.

Por outro lado, também se iniciou as conversas com a ANA, iniciada por meio da própria Renata Maranhão, depois Humberto Gonçalves e outras pessoas da agência.

Foi a partir da participação do Zé do Paraíba no XXIV ENCOB que a ligação se intensificou e nos eventos seguintes passamos a ter um ou mais representantes da ANA nos encontros, com a construção conjunta de um Projeto de Formação de Agentes Municipais, para Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Sistematização das Oficinas. Assim ocorrendo nos momentos finais da Terceira Fase, em Areias - SP e posteriores em Campos dos Goytacazes - RJ e Cunha - SP.



Figura 103 - Slide inicial do II Encontro de Municípios Caminho das Nascentes do Paraíba do Sul.

A Constituição Federal (CF) divide entre a Administração Federal e os Estados o domínio da água, da seguinte forma: 1) são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham (CF Art. 20, inciso III); e 2) são bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, na forma da lei, as decorrentes de obras da União (CF, Art. 26, inciso I).

Entretanto as nascentes dos rios estão nos municípios e pela questão da dominialidade é observado um certo distanciamento da gestão hídrica destes entes federativos, daí o desafio: Como atrair mais municípios para gestão hídrica? Como resposta para essa questão ficou ressaltado que se fazia necessário capacitar agentes públicos municipais para gestão hídrica.

Foi nesse sentido que as perguntas a seguir foram postas para discussão para participantes dos encontros em duas oportunidades de oficinas, em Campos dos Goytacazes - RJ e em Cunha - SP:

### **Perguntas Direcionadoras para Grupos em Campos dos Goytacazes**

Como resultados da Oficina realizada em Campos dos Goytacazes obtivemos para as perguntas as respostas que seguem.

De que forma os municípios podem atuar na gestão de recursos hídricos?

- Participando dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que são órgãos colegiados responsáveis pela gestão compartilhada dos recursos hídricos em uma determinada bacia hidrográfica. Os municípios que fazem parte da bacia hidrográfica podem indicar representantes para cada Comitê, que irão participar das decisões e deliberações relacionadas à gestão dos recursos hídricos.
- Elaborando e implementando planos municipais de saneamento básico, que incluem ações para a gestão dos recursos hídricos, como o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e manejo de resíduos sólidos. Esses planos devem ser elaborados por todos os municípios e são obrigatórios por lei.
- Fiscalizando e controlando o uso da água em seu território, através de órgãos responsáveis pela gestão ambiental, como as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Saneamento.
- Educação Ambiental: Os municípios têm reconhecido a importância da educação ambiental para a conservação dos recursos hídricos e têm investido em campanhas de conscientização e programas educativos.
- Participando de programas de monitoramento da qualidade da água em rios, córregos e nascentes, a fim de entender e avaliar a situação ambiental desses recursos hídricos em seu território.
- Realizando campanhas de conscientização e educação ambiental para a população, promovendo a valorização e a conservação dos recursos hídricos.

Como tem se dado a participação dos Municípios na gestão de recursos hídricos (avanços e gargalos)?

Avanços

- Participação nos Comitês de Bacia Hidrográfica: A participação dos municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica tem aumentado nos últimos anos, o que permite uma gestão mais participativa e descentralizada dos recursos hídricos.
- Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico: A elaboração e implementação de Planos Municipais de Saneamento Básico é uma obrigação legal dos municípios e tem contribuído para a gestão mais integrada e sustentável dos recursos hídricos.
- Fiscalização e Controle: Os municípios têm se preocupado cada vez mais em fiscalizar e controlar o uso da água em seu território, com a criação de órgãos ambientais e ações de monitoramento e fiscalização.

- Educação Ambiental: Os municípios têm reconhecido a importância da educação ambiental para a conservação dos recursos hídricos e têm investido em campanhas de conscientização e programas educativos.

#### Gargalos

- Falta de recursos: Muitos municípios enfrentam dificuldades financeiras para implementar programas e ações relacionados à gestão dos recursos hídricos.
- Falta de capacitação técnica: Muitos municípios enfrentam dificuldades em qualificar seus próprios técnicos e gestores para a gestão adequada dos recursos hídricos.
- Fragmentação das ações: A gestão dos recursos hídricos é uma responsabilidade compartilhada entre vários níveis de governo, o que pode gerar fragmentação das ações e dificuldades de articulação entre esses diferentes atores.
- Desafios regulatórios: A regulamentação do uso da água ainda é um desafio para muitos municípios, principalmente no que se refere à identificação e gestão dos usuários da água.
- Engajamento aos comitês. Os gargalos principais são a escassez de recursos financeiros e de equipe técnica.
- A participação se dá de modo intermitente, de acordo com gestores que se interessam, ou não; de modo geral desconhecem o sistema de gestão de recursos hídricos e como podem se beneficiar.
- "Pouca participação. Falta de percepção do papel."

#### O que precisa ser feito para aproximar o município da gestão de recursos hídricos?

- Capacitação dos gestores municipais
- Mobilização por parte dos comitês de bacias
- Reuniões itinerantes, diminuir distâncias e fortalecer a integração
- Qualificação de atores
- Se associando às empresas privadas e ONGs interessadas em preservar e trabalhar nesse sistema. Porque é através de ONGs e associações que podemos chegar a grandes avanços.
- Primeiramente capacitar os secretários de meio ambiente sobre o tema.
- Capacitação Técnica: Os municípios devem buscar capacitação técnica para seus profissionais, a fim de qualificar a gestão dos recursos hídricos em sua região. Para isso, é possível participar de cursos, palestras, seminários e workshops, entre outras iniciativas.

- Campanhas de Conscientização: É importante que os municípios invistam em campanhas de conscientização e educação ambiental para a população, visando sensibilizar a comunidade sobre a importância da gestão dos recursos hídricos e como cada cidadão pode contribuir para essa causa."
- Integração aos programas sobre Estudo de caso aplicado
- Mobilizando as secretarias a adotarem ações de capacitação oferecidas pelos comitês.
- A importância da participação efetiva e valorização do território
- Vivências nas experiências exitosas
- Divulgação e educação ambiental
- Oficinas de campo. Sobre os temas: aqueles que causam os conflitos locais/ regionais e os que são vocacionais/ambientais do município.
- "Ao pensar em uma estratégia pedagógica para capacitação dos municípios em relação à gestão de recursos hídricos, é importante considerar uma abordagem que combine teoria e prática, buscando desenvolver habilidades práticas por meio de projetos, oficinas, estudos de caso e outras.
- "É importante que a capacitação inclua práticas reais e projetos piloto, que podem ajudar os municípios a entenderem melhor a gestão de recursos hídricos e a colocar em prática o conhecimento adquirido."
- Algo bem próximo a realidade local, seja ambiental ou social.
- "Imagino que ter material pronto para disponibilizar aos municípios... material gráfico, premiação junto a alunos e escolas por redações, projetos a serem desenvolvidos nas escolas... etc
- Temas: conheça o rio seu vizinho, aonde vai parar seu lixo, quais serviços ambientais são prestados por uma árvore adulta... etc..."
- "Diagnosticar atores no município com alguma identidade com a gestão integrada de recursos hídricos (GIRH) e outros que deveriam ter identidade e lhes apresentar de forma simples os seguintes temas: o que é a GIRH, qual o papel do município no CBH e na GIRH, além de como ele pode e deve exercer este papel."
- Programas desenvolvidos pela ANA e demais entes do sistema.
- "Talvez usar disponibilidade de verbas para atraí-los? Rsrsssss... acho que nem assim".
- Precisamos de alguma forma conscientizar.
- E se relacionássemos a disponibilidade de ajuda à participação de técnicos concursados? Ou equipe técnica mínima? Apoio em planos ambientais que possibilite acesso a verbas, bem como apoio a projetos para captação de recursos."
- "Reconhecer a importância do município na GIRH com capacitação de colaboradores"

Qual estratégia pedagógica e temas deveriam ser abordados em um processo de capacitação voltado aos municípios?

- Estudo de caso aplicado
- Mobilizando as secretarias a adotarem ações de capacitação oferecidos pelos comitês
- A importância da participação efetiva e valorização do território
- Vivências nas experiências exitosas
- Divulgação e educação ambiental
- Oficinas de campo. Sobre os temas: aqueles que causam os conflitos locais / regionais e os que são vocacionais/ambientais do município.
- "Ao pensar em uma estratégia pedagógica para capacitação dos municípios em relação à gestão de recursos hídricos, é importante considerar uma abordagem que combine teoria e prática, buscando desenvolver habilidades práticas por meio de projetos, oficinas, estudos de caso e outras.
- É importante que a capacitação inclua práticas reais e projetos piloto, que podem ajudar os municípios a entenderem melhor a gestão de recursos hídricos e a colocar em prática o conhecimento adquirido."
- Algo bem próximo à realidade local, seja ambiental ou social.
- "Imagino que ter material pronto para disponibilizar aos municípios... material gráfico, premiação junto a alunos e escolas por redações, projetos a serem desenvolvidos nas escolas... etc
- Temas: conheça o rio seu vizinho, onde vai parar seu lixo, quais serviços ambientais são prestados por uma árvore adulta... etc..."
- "Diagnosticar atores no município com alguma identidade com a GIRH e outros que deveriam ter identidade e lhes apresentar de forma simples os seguintes temas:
- O que é a GIRH, qual o papel do município no CBH e na GIRH, além de como ele pode e deve exercer este papel."

### **Oficinas do Encontro Regional de Municípios em Cunha - SP**

Os participantes escolheram participar de uma das oficinas das quatro linhas de interesses diretos, 1) Rota Turística Sustentável; 2) Mobilização e Educação Ambiental; 3) Gestão Integrada de Recursos Hídricos em Municípios: Formação; e 4) Capacitação para Gestores Municipais. Desses grupos saíram as respostas para as mesmas perguntas.

**Da Oficina Rota Turística Sustentável as respostas as perguntas foram:**

Quais os temas deveriam ser abordados em um processo de capacitação voltado aos municípios?

- Planejamento, educação, crença em inovar, paradigma, conscientização, visão de futuro, conscientização das pessoas;
- Estratégias: cursos, palestras, vivências em outros lugares da rota turística, troca de vivências, conhecer a realidade, capacitação (conhecer a história de cada município);
- Eventos que fazem ligação entre os nove municípios;
- Fazer pacotes de viagem com opções de escolha; e
- Atores e parceiros engajados? Secretários, governantes municipais, empreendedores, guias turísticos e comunidade em geral.

Qual (Quais) estratégia pedagógica deveria ser abordada em um processo de capacitação voltado para os municípios?

- Capacitar pessoas no comércio, conscientização dos municípios, ações para conscientização sustentável do planeta;
- Conscientização do ciclismo nas regiões;
- Passeios de bikes capacitação do comércio local para recepção das pessoas que trabalham no evento
- Tornar a cidade conhecida, valorização do meio ambiente, desenvolvimento econômico;
- Uma rota com desenvolvimento econômico e consciente;
- Ter retorno em 5 anos;
- Capacitação dos envolvidos
- Divulgação
- Recursos (humanos, materiais, econômicos e tecnológicos)
- Se a preservação está acontecendo e se está tendo retorno financeiros
- Aumentar o fluxo turístico no município voltado para a preservação ambiental, gerando renda e empregos;
- Parcerias (públicas, ongs, privadas...)
- Pesquisa de campo (conhecendo a rota, levantamento (o que é preciso melhorar) (estrutura: o que pode ser oferecido, alimentação, estrutura, estradas)
- Educação, conscientização
- Para o setor privado – condições para receber os turistas (Recepção, Hospedagem, Divulgação)

- Ampliação do fluxo turísticos, estabelecer uma união entre os poderes públicos, privado; conscientizar a população e turistas sobre sustentabilidade e regeneração, em médio prazo (3 a 5 anos)
- União dos poderes públicos e executar eventos que abordam o tema.
- Realizar oficinas que despertem reflexões cabíveis para conscientização ambiental e de sustentabilidade. Usar ferramentas que abordam o lado filosófico da regeneração.
- Quem irá consumir os fatos: primeiramente o poder público, conjuntamente com comitês e secretarias. O poder público entra com a estruturação inicial e os comitês auxiliam com direcionamento.
- Qual a Subsequência para realização: conscientização, educação – realização de eventos.
- Quais recursos: financeiro, capital intelectual
- Como avaliar: elaboração de metas e contexto com a população;
- Preservação; envolvimento de toda sociedade; conscientização; oficinas, palestras, vivências / Atores sociais / turismo / meio ambiente; tecnologia; localidade/realidade local; empresários / comerciantes; rede turística; educação; e informação.

Quais os atores e parceiros podem ser engajados num processo de capacitação continuado?

- Sabesp
- Os gestores públicos e sociedade civil devem criar planos de ações.
- Montar grupos públicos e divulgar e colocar em práticas as ideias
- Juntar secretarias (educação, meio ambiente e cultura)
- Fazer reuniões e montar plano de ação, criar estratégias para desenvolvimento do plano;
- Fazer parceria com secretarias, poder público e comércio;
- Setor de obras

#### **Da Oficina Mobilização e Educação Ambiental as respostas as perguntas foram:**

Quais os temas deveriam ser abordados em um processo de capacitação voltado aos municípios?

- Gestão de resíduos sólidos; gestão da água (uso consciente); uso de agroquímicos; Conscientização sobre APPs; Educação ambiental; saúde; saneamento; área de proteção, elaboração de projetos, recursos hídricos, nascentes; fazer juntos disseminar as informações.

Qual o papel dos gestores e educadores de escola pública nesse processo?

- Salas verdes; Formação para os educadores com foco no ensino/aprendizagem sobre educação ambiental; Estabelecimento de uma agenda ambiental no currículo escolar para que se tenha continuidade.
- Legislação integrativa da educação e meio ambiente; participação dos professores em encontros de CBHs; A quem recorrer em casos de...?; Encontros formativos, Visita técnicas; Qual rio ou nascente adotar.
- Programa Municipal para Recuperação de Nascentes; Integração das Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Turismo; Planejamento Municipal integrado; Capacitação integrada dos seus servidores; Uso adequado do terreno na construção das casas.

Quais os atores e parceiros podem ser engajados num processo de capacitação? Qual o papel da escola pública e dos educadores para identificar e mobilizar esses atores e parceiros?

- Lideranças dos comitês de Rec. Hídricos (Bacias Hidrográficas CBH PS e CEIVAP)
- Conselheiros dos Conselhos Municipais (educação, meio ambiente, saúde)
- Técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Saneamento e Planejamento Urbano
- Universidade e Centro de Pesquisa
- Educadores em Geral
- Lideranças comunitárias
- Redes de demais coletivos.

Que estratégias pedagógicas poderiam ser utilizadas nessas oficinas? Qual o papel da escola pública e dos educadores para propor a ajudar a prática e adoção dessa estratégia pedagógica?

- Fazer juntos
- Parceria entre as secretarias
- Formação continuada em campo com vivências (visitas técnicas);
- Estudo do Meio
- Agenda ambiental permanente
- Mobilizar/interessar pelas questões locais
- Participação em eventos de gestão hídrica
- Crianças/Famílias narrarem a história da sua região

**Da Oficina Gestão Integrada de Recursos Hídricos em Municípios: Formação as respostas as perguntas foram:**

Quais os temas deveriam ser abordados em um processo de capacitação voltado aos municípios?

- Drenagem / Estradas / Riscos / Enchentes
- Projetos pedagógicos / A Água como Matriz Ecopedagógica
- Elaboração de Normativas (Leis, Decretos, Portarias); Editais M.P.O; Prestação de Contas; O Sistema do OS (os reservatórios, a dimensão socioeconômica); O Sistema de Gestão de Recursos Hídricos; Metas; legislação; outorga; cobrança; CBH – Plano de Bacia – CEIVAP; Salas de Situação; Plano de Educação Ambiental
- Saneamento Rural; Adequação Ambiental APP/RL; PSA; Recuperação; Revitalização; Boas Práticas de GRH do Brasil / Bacia; Plano (mudanças climáticas);
- Proteção, Recuperação de Nascentes; Conservação do Solo; Usos Múltiplos, Gestão Participativa; Produtor de Águas
- Envolvimento nos processos formativos dos Profissionais de Saúde da Família (PSF) - Agentes de Saúde
- Legislação; outorga; licitação; elaboração de projetos

Qual o papel dos gestores e educadores de escola pública nesse processo?

- Lideranças dos Comitês de Rec. Hídricos (Bacias Hidrográficas P.S e CEIVAP)
- Conselheiros dos Conselhos Municipais (educação, meio ambiente, saúde)
- Técnicos das Secretarias Municipais de (Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Saneamento, Plano Urbano)
- Universidade e Centro de Pesquisa
- Educadores em Geral
- Lideranças comunitárias
- Redes de demais coletivos.

**Da Oficina Capacitação para Gestores Municipais as respostas as perguntas foram:**

Quais os temas deveriam ser abordados em um processo de capacitação voltado aos municípios?

- Reciclagem, destino do lixo, aproveitamento de óleo, compostagem.

Qual (Quais) estratégia pedagógica deveria ser abordada em um processo de capacitação voltado para os municípios?

- Palestras, cursos, oficinas, com incentivo – troca por dia de serviço ou produzir algo que possa ser utilizado (sabão, artesanato)

Quais os atores e parceiros podem ser engajados num processo de capacitação continuado?

- Funcionários da educação além dos educadores: limpeza, cozinha, inspetor, além de hotéis, restaurantes e similares.

Como diretrizes gerais

Fazer mapeamento comunitário das nascentes do município

- Conhecer o planejamento da bacia (CEIVAP)
- Incluir Guardião Mirim
- Guardião da Água – conceito pode ser ampliado para pedaço de rio, torneira, poço, bica...
- Doar mudas e cercas para os guardiões
- Simplificar ao máximo questão burocrática e de documentos
- Cadastrar nascentes por foto e GPS (App Timestamp)
- Visibilizar os Guardiões em links nos sites das prefeituras
- Apoiar confecção de aceiros

### 3.3. Integrações com Outras Agendas

A Expedição Nascentes do Paraíba possibilitou a acessos a múltiplos olhares e potenciais a serem considerados pelos CBHs e outros agentes ligados aos territórios integrantes do Vale do Paraíba, como apontados a seguir.

#### 3.3.1. Rafting

Rafting é um esporte que consiste em descer as corredeiras de um rio em um bote inflável.

A Expedição Nascentes do Paraíba esteve em três pontos que essa prática atrai turismo e negócios, emprego e renda, mas que também despertam apreensões para os que dele vivem face às intervenções que reduzem os volumes dos rios nas corredeiras.

Os pontos que o problema acima relatado que foram observados foram em Três Rios, que foi o local pioneiro de implantação do esporte no Brasil; o Rio Preto, que tem as comunidades dos municípios de Rio das Flores - RJ e Manuel Duarte (MG) lutando contra a implantação de

uma barragem para produção de energia elétrica; e Paraibuna, em que o Rio Paraibuna vem tendo reduções de vazões e que o esporte foi apresentado a alguns dos expedicionários.



Figura 104 - A prática do Rafting no Rio Paraibuna, SP.

### 3.3.2. Trilhas

Os sistemas de trilhas vêm sendo organizados por vários grupos temáticos tais como por pessoas interessadas; em natureza, em aspectos religiosos, em ciclismo e *mountain bike*, em resgates de aspectos tropeiros e outras bases.

Rede Brasileira de Trilhas é uma associação voluntária, sem fins lucrativos, que, em cooperação com entes governamentais das esferas federal, estaduais e municipais, implementa trilhas no Brasil em apoio à política pública Rede Nacional de Trilhas, estabelecida por Portaria Interministerial pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo em parceria com o ICMBio.

Hoje as trilhas da Rede somam mais de cinco mil quilômetros em 26 estados e no Distrito Federal. A Rede tem por objetivo de longo prazo ligar todas as Unidades de Conservação e outras áreas protegidas e relevantes para a conservação no Brasil por meio de trilhas que estejam dentro de corredores vegetados, que também sirvam como conectores de paisagem.

A Rede tem por princípio três pilares básicos: (1) Conservação, (2) recreação e saúde e (3) geração de emprego e renda no meio rural. A meta é implementar trilhas sustentáveis, que gerem renda, proporcionem muita satisfação e acesso a um estilo de vida saudável e sirvam de ferramenta para a conservação da natureza e, assim, se almeja ser uma referência mundial no “conhecer para conservar”.

No processo, as pegadas amarelas e pretas, que são a sinalização padronizada regulamentada pelo Ministério do Meio Ambiente, estão consolidando uma identidade visual “Trilhas do Brasil” que já começa a ser reconhecida internacionalmente como uma marca que representa o país.



*Figura 105 - Símbolo da Rede Brasileira de Trilhas,*

### 3.3.3. Montanhas

Os ambientes montanhosos abrangem 27% da superfície da Terra e constituem importante fonte de água, energia e diversidade biológica. Por suas características de variação altitudinal, as montanhas abrigam distintas condições climáticas, o que resulta em alta biodiversidade. Além disso, fornecem recursos fundamentais como minérios, produtos florestais, produtos agrícolas e são fonte de lazer. Os ambientes montanhosos são fundamentais para o suprimento de água para mais da metade da população do planeta. Apesar de sua importância, os ecossistemas de montanha vêm sendo fortemente impactados pela exploração de seus recursos e pela mudança do clima. Eles são vulneráveis à erosão acelerada do solo, deslizamentos de terras e rápida perda da diversidade genética e de habitat.

Grande parte do vale do Paraíba se estende entre duas importantes cadeias montanhosas, fundamentais para sua dinâmica hídrica e climática: as serras do Mar e da Mantiqueira. Nelas se localizam milhares de nascentes cujas águas percorrem campos de altitude e florestas alto montanas, ecossistemas parcialmente protegidos por legislação específica e unidades de conservação, como os parques nacionais do Itatiaia, da Serra da Bocaina, a APA da Serra da Mantiqueira.

No entanto, ainda não há, no Brasil, legislação específica para os ambientes montanhosos e que abranja toda sua complexidade e relevância quanto ao fornecimento de serviços ecossistêmicos, em especial equilíbrio climático e regulação hídrica – quantitativa e qualitativa.

A *Mountain Partnership* é uma parceria oficial das Nações Unidas e uma aliança voluntária internacional dedicada a melhorar a vida dos povos das montanhas e proteger os ambientes montanhosos em todo o mundo.



Figura 106 - Símbolo da Mountain Partnership.

#### 3.3.4. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação (UC) de domínio privado e perpétuo, com objetivo de conservação da biodiversidade, sem que haja desapropriação ou alteração dos direitos de uso da propriedade.

Na página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade há toda orientação para aquelas pessoas que têm interesse em fazer a implantação.

É importante observar que o título pode ser obtido em uma das três instâncias de governo: federal, estadual ou municipal, caso o município tenha lei nesse sentido.

As RPPNs são importantes por quê:

- Contribuem para a ampliação das áreas protegidas no país;
- Apresentam índices altamente positivos para a conservação, principalmente se considerada a relação custo e benefício;
- São facilmente criadas, em relação às outras categorias de UC;
- Possibilitam a participação da iniciativa privada no esforço nacional de conservação;
- Contribuem para a proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros.

Como benefício os proprietários de terras passam a ter:

- Direito de propriedade preservado;

- Isenção do ITR referente à área criada como RPPN;
- Prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do MMA;
- Preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito, para projetos a serem implementados em propriedades que contiverem RPPN em seu perímetro;
- Possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da Unidade.

Podem obter o título de RPPN as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis rurais ou urbanos com potencial para a conservação da natureza. Em geral são amostras de áreas com bom grau de preservação.

As atividades que são permitidas dentro da RPPN são as de pesquisas científicas, visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, tais atividades são estabelecidas pelo proprietário no seu plano de manejo.

Não existe tamanho mínimo e nem máximo para uma RPPN. O laudo de vistoria técnica, que é realizado no processo de criação da Reserva, é que define se a área proposta para a criação da RPPN tem ou não atributos para o seu reconhecimento, independentemente da área proposta para a Unidade. O ICMBio já criou RPPN com menos de um hectare e com mais de 80 mil hectares. Por outro lado, a área destinada a esse tipo de UC pode ser parcial ou do total da área da propriedade.

Após obtidos os títulos as propriedades com RPPN podem ser doadas, herdadas, hipotecadas, vendidas ou desmembradas. No entanto, o gravame de perpetuidade da Reserva irá permanecer, pois o termo de compromisso da RPPN fica averbado à margem da matrícula do imóvel, não impedindo nenhum tipo de alienação.

Nestes casos, a RPPN continua sendo UC particular, apenas com novo titular, para o qual se transferem todos os ônus e obrigações descritos no Artigo 21, da Lei do SNUC, e no Decreto Federal no 5.746/2006, o qual regulamenta as RPPN.

Portanto, o proprietário deverá averbar no registro do imóvel a área e os limites da RPPN de direito. Dessa forma, os futuros proprietários, em caso de venda, saberão a localização exata dos limites da área da UC.

É importante observar que os Comitês de Bacias Hidrográficas podem ser provocados para custear implantação e elaboração de plano manejo de RPPN, principalmente aquelas propriedades com mananciais hídricos, como foi o caso da deliberação CEIVAP com esse fim.

### 3.3.5. Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção

De acordo com o seu portfólio, o Projeto Piabanha, fundado em 1998, é regido pela Associação de Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul, uma organização da sociedade civil de interesse público com sede e foro na comarca de Itaocara, RJ.

Em uma área de 10 ha, mantêm o maior banco genético vivo de espécies de peixes ameaçados de extinção da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, isso em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (CEPTA/ICMBIo), Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade do Norte Fluminense, PESAGRO-Rio, dentre outras instituições.

Mantém como propósito restabelecer populações de peixes nativos ameaçados de extinção e outras prioridades: executar programas de educação ambiental com milhares de alunos da rede pública e privada de ensino, de sensibilização e mobilização da sociedade civil, apoio aos pescadores artesanais, e produção científica.

Realizou o projeto piloto do Plano de Ação Nacional Rio Paraíba do Sul, um trabalho de três anos, consultorias para o setor elétrico e atua permanentemente com instituições públicas e universidades.

As atividades do Projeto são reconhecidas em nível internacional. Realizou ações de capacitação para instituições da Alemanha, México e Angola. Dentro os grupos de trabalho em que faz parte, merece destaque o do CEIVAP e o Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Aquáticas da Bacia do Rio Paraíba do Sul / PAN Paraíba do Sul, isso desde a sua fundação, em 2011, quando passou a formar o Banco *Ex-Situ*<sup>7</sup>, composto por espécies de peixes ameaçadas de extinção da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

O Projeto se propõe a repensar estratégias, projetar metas realistas para os próximos anos, e zelar pelas boas práticas e o acesso ao conhecimento, a educação, a capacitação e ao trabalho digno e o meio ambiente preservado. Fortalecer capacidades locais relacionadas aos produtos da socio biodiversidade e aos negócios de impacto socioambiental. Procurar gerar

---

<sup>7</sup> O Projeto Piabanha adquiriu ao longo dos anos as técnicas para a manutenção e manejo de um Banco Ex-Situ.

transformações permanentes e diluir hábitos arcaicos e arraigados agregando consensos e dirimindo conflitos.

O Projeto Piabanha trabalha com colégios, pesquisadores, universidades, institutos, a sociedade civil, o setor público, e nesse caminho, tem gerado transformações disruptivas, muita educação ambiental e pesquisa. Essas alianças têm encontrado soluções e a convicção de que já foram bem longe juntos há muitos anos. É um agregador de parceiros que desenvolve alianças e redes que partilham de propósitos em comum, abrindo espaços de aprendizagem e aprimoramento contínuo.

A formação de um Banco *Ex-Situ* em suas dependências confere ao Projeto o maior plantel de reprodutores de espécies de peixes ameaçadas de extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul; e possivelmente o maior do Brasil.

O conceito de Banco *Ex-Situ* foi desenvolvido antes da sua aprovação oficial pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada em 1992, no Rio de Janeiro. Em geral, a conservação *Ex-Situ* é aplicada como uma medida adicional para complementar a conservação *In-Situ*, que se refere à conservação da diversidade biológica em seus habitats naturais. Em alguns casos, a gestão *Ex-Situ* é fundamental para uma estratégia de conservação e, em outros, será de importância secundária.

As técnicas de conservação *Ex-Situ* são usadas principalmente para serem aplicadas as espécies com uma ou algumas das seguintes características: espécies ameaçadas de extinção; com um passado, presente ou futuro de importância local; de interesse etnobotânico; de interesse para a restauração do local; de ecossistemas; espécies locais simbólicas; espécies taxonomicamente isoladas e monotípicas ou gêneros oligo típicos.

A Missão do Projeto Piabanha é promover estratégias de gestão e manejo, pesquisas científicas e projetos de conscientização/mobilização da sociedade civil no processo de conservação ambiental da fauna aquática da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Como Visão do Projeto Piabanha tem: difundir o conhecimento e uma cultura ambiental capazes de trazer mudanças positivas em benefício dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul. E ser um centro de referência em pesquisa científica com animais da fauna aquática do rio Paraíba do Sul, contribuindo para a conservação.



Figura 107 - Interação de jovens com o Projeto Piabanha – Itaocara - RJ.

### 3.3.6. Proposta de Lei dos Guardiões de Nascentes

O projeto nasceu no contexto da Expedição Nascentes do Paraíba e tem por objetivo a formação de rede de pessoas dedicadas a proteger nascentes, que serão reconhecidas como Guardiões(ãs) das Nascentes.

Ainda em processo de construção coletiva, a concepção inicial do projeto indica algumas definições e critérios, estando entre eles, a própria definição de Guardiã/Guardião: “a pessoa proprietária rural ou urbana, que tenha sob sua guarda nascente ou olho d’água que se encontre, preferencialmente, em sua condição natural, sem poluição e com a vegetação nativa do seu entorno em condição primitiva, em regeneração natural ou em processo de restauração.”

A implementação do projeto implica no protagonismo dos Municípios, na condição de ente público que deverá reconhecer e validar o reconhecimento de Guardiã/Guardião. Para tanto, os municípios contarão com assessoria de instituições parceiras na elaboração de instrumento legal estabelecendo o título e o procedimento para sua concessão. As etapas do processo incluirão chamamento público, visitas às áreas prioritizadas, publicação dos nomes selecionados, elaboração dos certificados e a realização de evento público.

Objetivos:

- incentivar a proteção comunitária das nascentes do rio Paraíba do Sul e os ecossistemas de montanha a elas associados; e

- identificar, valorizar, visibilizar e apoiar pessoas guardadoras de nascentes de água nas cabeceiras dos tributários do rio Paraíba do Sul.

Definição: Considera-se Guardiões(ãs) das Nascentes a pessoa proprietária rural ou urbana, que tenha sob sua guarda nascente natural de água.

Categorias de nascentes:

1. Condição natural: sem poluição e com a vegetação nativa do seu entorno em condição primitiva;
2. Alterada: em regeneração natural ou em processo de restauração executado pelo proprietário; e
3. Degradada: poluída, com processo de recuperação a ser realizado pelo proprietário.

Atividades:

- Apresentar proposta na Primavera do Paraíba;
- Consolidar definição e detalhar critérios;
- Contatar Prefeituras;
- Elaborar minuta de lei ou decreto municipal;
- Publicar edital convidando para inscrições de interessados;
- Divulgar e mobilizar potenciais Guardiões interessados;
- Analisar, hierarquizar inscrições e visitar áreas priorizadas;
- Entregar certificados em evento público.

Gestor: Municípios

Parcerias potenciais:

Comitês de Bacia Hidrográficas, Legislativos Municipais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos de extensão rural, Casa da Agricultura, ONGs (Serracima – Cunha), Núcleo Parque da Serra do Mar Cooperativa Laticínios de Guaratinguetá, Cooperativa Campos Novos – Cunha, Águas Prata/Serra de Cunha (engarrafadora de água), Aliança para as Montanhas, ANA etc.

Adicionalidades – incentivos à participação

Prioridade para: programas de PSA, atendimento no caso de danos ambientais, projetos de monitoramento de água etc.

#### Critérios:

- Interesse em participar;
- Permitir visitas técnicas periódicas mediante agendamento;
- Permitir registro e divulgação de imagens;
- Aceitar orientações técnicas para melhorar a condição de proteção da nascente e seu entorno, de acordo com a metodologia ser adotada em cada caso;
- Perímetro mínimo a depender da topografia, condição fundiária e outros fatores; e
- Compartilhar guarda no caso de nascentes em divisas com perímetro compartilhado (nascentes com vários guardiões).

#### Diretrizes Gerais:

- Fazer mapeamento comunitário das nascentes dos municípios;
- Articular com Guardiã Mirim e outros projetos;
- Guardiã da Água – pedaço de rio, torneira, bica...;
- Doar mudas e cercas para os guardiões;
- Simplificar ao máximo questão burocrática e de documentos;
- Cadastrar nascente por foto e GPS (timestamp);
- Visibilizar os Guardiões em *link* no site da prefeitura;
- Apoio para fazer aceiros, se necessário conforme avaliação.

#### Articulação com projetos:

- Rota Turística Sustentável e Regenerativa: “Caminho das Nascentes do Paraíba”;
- Mobilização e Educação Ambiental;
- Capacitação para Gestão de Recursos Hídricos;
- Mobilização e Educação Ambiental de Areias – PROMEAA;
- Práticas Integrativas em Propriedade Rural - CBH-PS/FEHIDRO/SP;
- Incremento de Serviços Ambientais no Ribeirão Vermelho - PRISMA / Programa Mananciais – CEIVAP;
- Etc.

#### Capacitação voltado aos municípios:

- Temas: reciclagem, destino do lixo, aproveitamento de óleo, compostagem, metodologias para conservação e recuperação de nascentes.

- Estratégias pedagógicas: palestras, cursos, oficinas, com incentivo – troca por dia de serviço ou produzir algo que possa ser utilizado (sabão, artesanato).

Atores e parceiros podem em processo de capacitação continuado ser:

- proprietários/arrendatários/produtores rurais;
- funcionários da Educação além dos educadores: limpeza, cozinha, inspetor;
- além de hotéis, restaurantes e similares.

Demanda de recursos:

- Assessoramento aos municípios na construção da legislação;
- Comunicação e divulgação;
- Capacitação de proprietários para conservação e recuperação de nascentes;
- Cercamento, mudas e manutenção – a definir de acordo com metodologia;
- Monitoramento.

### 3.3.7. Educação Ambiental

Nesse tópico se faz necessário duas abordagens que foram constatadas na Expedição Nascentes do Paraíba, aquela que está sendo gestada no âmbito do CEIVAP no Plano e Programa de Educação Ambiental (PPEA) e aquele que está em já desenvolvimento no âmbito do ensino público de municípios das cabeceiras do Rio Paraíba do Sul, que serão detalhados um pouco mais a seguir.

#### 3.3.7.1. Plano e Programa de Educação Ambiental do CEIVAP (PPEA)

O PPEA-CEIVAP, como consta da apresentação do Coordenador do Grupo de Trabalho de Mobilização, Comunicação e Educação Ambiental (GTMCEA) do CEIVAP, Eduardo de Araújo Rodrigues, tem por objetivo consolidar a educação ambiental como vetor de transformações positivas na Bacia e promove, em virtude disso, a segurança hídrica com foco na melhoria da gestão da qualidade e quantidade da água. Ele objetiva:

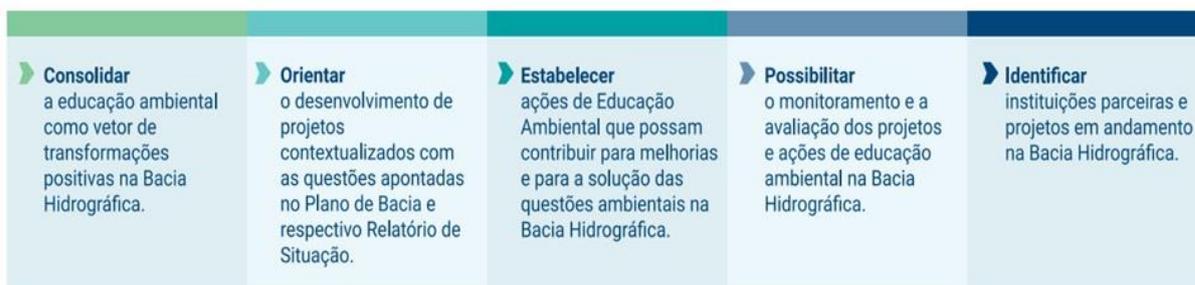


Figura 108 - Objetivos PPEA-CEIVAP

Seu desenvolvimento iniciou-se em setembro de 2021 com a elaboração do Plano de Trabalho. Em novembro/21 foram definidas as diretrizes do plano. Em maio/22 foi concluído o diagnóstico. No mês de agosto de 2022 seguinte foi estabelecido o prognóstico. Quatro meses depois, em novembro de 2022, foi definido o programa. Em dezembro de 2022 o PPEA foi consolidado também com a adequação e melhoria da Plataforma Moodle CEIVAP.

O PPEA para o horizonte de 15 anos prevê:

## PPEA - CEIVAP

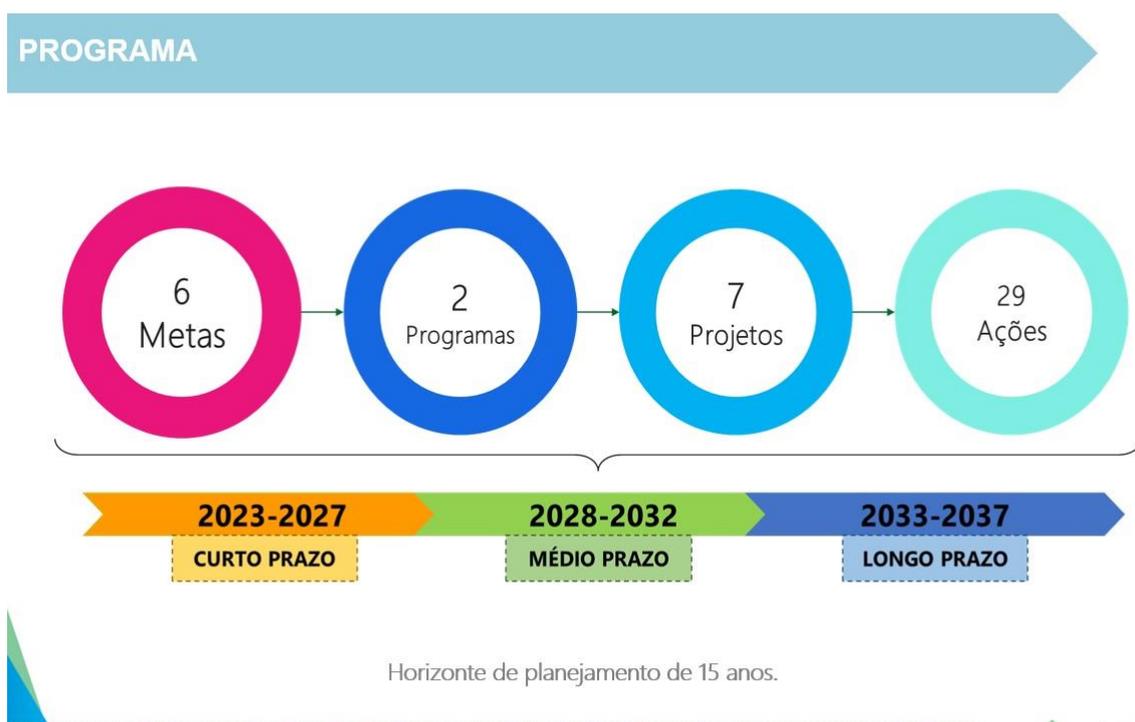


Figura 109 - O Programa PPEA-CEIVAP.

Como programa o PPEA prevê:

- Programa de Educação Ambiental aplicada: 2 projetos e 8 ações que envolvem a produção de materiais, conteúdos e demais atividades aplicando a educação ambiental no território da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (BH-PS) com foco na gestão de recursos hídricos;
- Programa de Ações Estratégicas: 5 projetos e 21 ações que visam comunicação, fomentar e monitorar resultados sobre a educação ambiental em todo o território da BH-PS;
- Proposta de 22 Indicadores qualitativos relacionados à aplicação de atividades de educação ambiental;
- Proposta de criação de Rede de Educação Ambiental na BH-PS e módulo no SIGA CEIVAP.

Seis temáticas foram estabelecidas no PPEA:

- Comunidade - com a meta 1, que visa programa de educação ambiental com 2 projetos e 8 ações;
- Comunicação e Divulgação;
- Inovação;
- Participação;
- Integração; e
- Monitoramento.

Essas últimas cinco temáticas visam os seguintes programas de ações e estratégias: 5 projetos e 21 ações.

As Metas Estratégicas do PPEA preveem:

- Impactar diretamente, no mínimo, 30 instituições, públicas e/ou privadas, com ações em educação ambiental por ciclo;
- Atingir anualmente diretamente os 184 municípios da bacia com informações sobre educação ambiental, voltada a recursos hídricos por meio dos meios de comunicação do CEIVAP;
- Garantir 50 novos registros de atividades de educação ambiental no SIGA EA CEIVAP, por ciclo;
- Formar a Rede de Educação Ambiental para integrar ações de educação ambiental com, no mínimo, 30 instituições públicas e/ou privadas, sendo 10 em cada estado, por ciclo;

- Garantir, no mínimo, a participação de 3 instituições públicas em ações sobre Inovação em Uso de Recursos Hídricos a cada ciclo de 5 anos;
- Dar publicidade anualmente aos resultados da educação ambiental com foco em recursos hídricos desenvolvidos pelo CEIVAP na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

O PPEA prevê duas frentes de Ações de Educação Ambiental Aplicada que são denominadas:

- Navegando pelo Rio Paraíba do Sul - composta por: 1) Atlas hidrográfico educativo; 2) Exposição de projeção mapeada; e 3) Podcast CEIVAP;
- Formação CEIVAP - composta por: 1) Guardiões do Paraíba do Sul; 2) Vídeos e explicativos Programa CEIVAP; 3) Curso de Educação Ambiental a Distância; 4) Material didático; e 5) Curso de Educação Gerenciamento de Risco a Distância.

Também o PPEA prevê um Programa de Ações Estratégicas, que são:

- Educação Ambiental na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, composta por:
  - Conteúdo de EA para comunicação do CEIVAP;
  - Aprimorar biblioteca digital no site do CEIVAP;
  - Manual didático digital da gestão de recursos hídricos;
  - Fortalecer o SIGA-CEIVAP de EA nas mídias digitais; e
  - Mapear, catalogar e divulgar cursos de educação ambiental.
- Gotas do Rio Paraíba do Sul, composto por:
  - Fórum híbrido sobre Agendas 1 e 2;
  - Fórum híbrido sobre Agendas 3 e 4;
  - Fórum híbrido sobre Agendas 5 e 6;
  - Encontro de Educação Ambiental em rede; e
  - Planejamento de participação em eventos.
- Redes Paraíba do Sul, composta por:
  - Reuniões de Rede de EA no evento de EA;
  - Chamamento instituições para formação de rede; e
  - Banco de dados de contatos dos membros da Rede de EA.
- Inovação em Foco, composta por:
  - E-book inovação em foco; e
  - Divulgar e-book inovação em foco.
- Estação de monitoramento de Educação Ambiental, composta por:
  - Monitorar indicadores;
  - Aplicar avaliações quantitativas;

- Divulgar resultados de monitoramento;
- Atualizar atividades de EA no SIGA-CEIVAP;
- Revisões do Programa do PPEA; e
- Manual de monitoramento de atividades de EA.

No decorrer de 2023, a AGEVAP e o GTEAMC trabalharão com foco em operacionalizar as ações propostas no PPEA, observado o cronograma proposto no Programa de Educação Ambiental.

Mais detalhes sobre o PPEA podem ser visualizados no Resumo Executivo do PPEA-CEIVAP: [http://18.229.168.129:8080/publicacoesArquivos/ceivap/arq\\_pubMidia\\_Processo\\_55-2021\\_6-1.pdf](http://18.229.168.129:8080/publicacoesArquivos/ceivap/arq_pubMidia_Processo_55-2021_6-1.pdf)

A Rede de Educação Ambiental do CEIVAP já conta com 126 registros de ações de educação ambiental no Vale do Paraíba, <https://sigaaguas.org.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=cb048b5297f0464984de665b472e5dcb>

Dentre os 126 registros de atividades de Educação Ambiental no Vale do Paraíba está a Expedição Nascentes do Paraíba, como pode ser observado na figura a seguir:

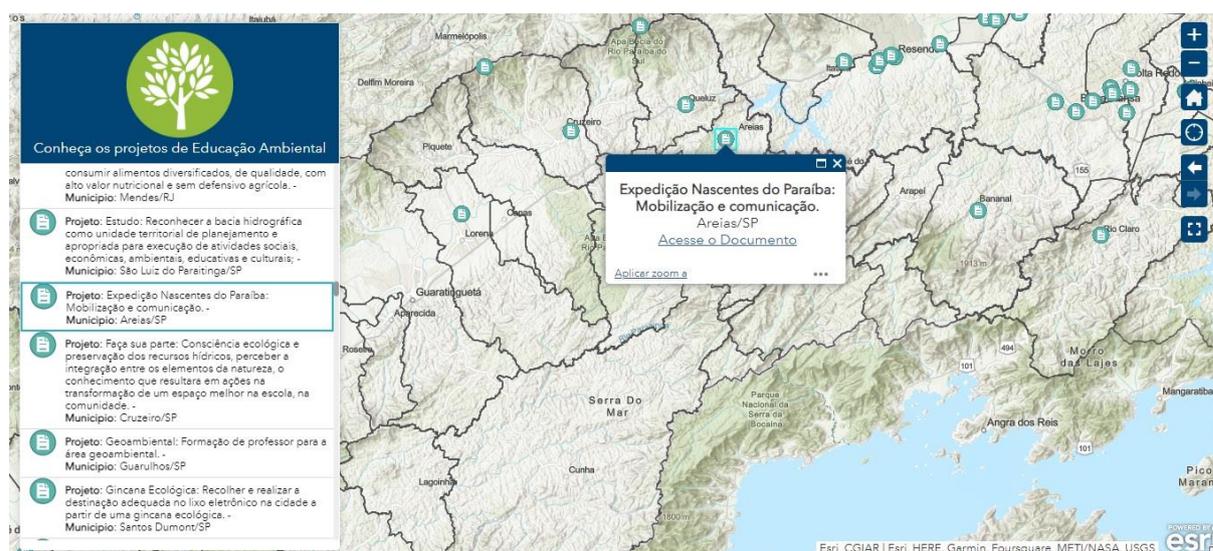


Figura 110 - A Expedição Nascentes do Paraíba na Rede de Educação Ambiental do CEIVAP.

As próximas ações decorrentes da Expedição Nascentes do Paraíba, das programações das novas expedições por toda a bacia ou mesmo aquelas promovidas pelos CBHs, nos âmbitos de suas RHs, podem ser organizadas também no sentido das buscas das metas estratégicas previstas no PPEA-CEIVAP.

### 3.3.7.2. O Projeto Jovens Guardiões

O projeto trabalha diretamente com questões socioambientais relacionadas à recuperação e conservação das Nascentes na Bacia do Rio Paraíba do Sul, formando jovens para a cidadania e para a vida profissional, ao levar cada participante a desenvolver seu próprio projeto, com responsabilidade social, adquirindo competências para diagnóstico, planejamento, gestão e avaliação de projetos, com autonomia.

O Projeto cria condições para que até 100 jovens de 2 ou 3 municípios vizinhos, em horário extraclasse, desenvolvam projetos próprios para a melhoria das condições socioambientais de municípios, especialmente relacionados à recuperação e conservação de nascentes. Sempre que possível, suas ações estarão integradas ao projeto Guardiões das Nascentes proposto pelo Programa Municipal de Recuperação e Preservação de Nascentes; que é apoiado pelo Conselho Curador do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul, onde há representantes do CEIVAP, CBHs do Rio Paraíba do Sul e outras instituições.

As atividades de cada grupo de jovens se iniciam por um diagnóstico participativo junto à comunidade, para que esse grupo possa planejar e executar práticas, com o desenvolvimento de atitudes necessárias para superar questões prioritárias em seu ambiente, contando com o apoio de suas escolas. Com duração de 12 meses, capacita até 20 educadores de escolas públicas e cria condições de disseminação da proposta para atingir todas as escolas públicas interessadas, gradativamente, na Região do Vale do Paraíba.

Muitos projetos estão sendo propostos relacionados à sustentabilidade e, em especial, à qualidade das águas no Vale do Paraíba; e o envolvimento dos jovens e adolescentes é fundamental para que isso possa crescer e seguir adiante. Nesse projeto, consideramos também a demanda dos jovens por lugares e condições para o exercício de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, recreativas – enfim, espaços de sociabilidade e de manifestação de criatividade.

Por meio de seminários e oficinas com especialistas – docentes LABOR Educacional e educadores da região que já dominam esse processo – são capacitados até 20 educadores e 20 gestores de até 10 escolas para que formem grupos de alunos que atuarão em horário extraescolar, recebendo material didático de apoio pedagógico e à gestão escolar. Os educadores e gestores, com apoio dos especialistas, orientam e apoiam educandos para que estes realizem, em pequenos grupos, projetos para superar questões socioambientais detectadas através de diagnóstico com a participação da comunidade, com ênfase para

atividades relacionadas à recuperação e conservação das nascentes na região em que vivem. Esses projetos são compartilhados em sala de aula, motivando os demais colegas a compreender diversos conteúdos que tomam essas práticas como base e inspiração. Dez grupos, com cerca de 10 jovens cada, planejam, executam, monitoram e avaliam seus projetos com o apoio dos educadores. Os grupos de cada escola recebem um pequeno apoio na forma de recursos físicos e/ou financeiros. Isso os levará a apropriar-se de *know-how* de como propor e executar um projeto. Ao final do projeto, apresentarão os resultados num Congresso, com ampla divulgação.

Em projeto realizado em Areias e Cunha, entre 2022 e 2023, com o nome “Vamos construir o Nosso Futuro” teve o apoio da BrazilFoundation, e foi desenvolvido pela Labor Educacional e proporcionando a educadores de escolas municipais (professores e gestores) a oportunidade de ensinar associando teoria e prática com os estudantes, e processos que facilitam a participação de toda a comunidade escolar na gestão das suas escolas.

Vários dos projetos já desenvolvidos com estudantes focaram, direta ou indiretamente, em questões socioambientais e culturais típicas da região, onde se encontram as nascentes mais remotas do Rio Paraíba do Sul. Com isso, há já um grupo de educadores locais, que por estarem alinhados, poderão se integrar à equipe Labor Educacional para ampliar a aplicação do projeto Vamos construir o Nosso Futuro, tendendo a formar, cada vez mais, um grupo da região para avançar nesse tipo de iniciativa, estimulando jovens a assumirem responsabilidades e, ao mesmo tempo, tendo essas iniciativas como fator de mobilização para o ensino dos mais diferentes conteúdos didáticos.

São convidadas escolas públicas na Região do Vale do Paraíba, inicialmente as mais próximas às cabeceiras desse rio e, posteriormente, nas demais sub-bacias que aderirem ao Projeto. Nos municípios contemplados, os educadores das escolas municipais e estaduais são convidados a se inscreverem, sendo selecionados até 20 educadores. Estes irão propor o projeto aos jovens e adolescentes de sua turma e convidar para ações extraclasse numa primeira vez, aqueles que tiverem uma ou mais das seguintes características:

- Mostrar grande interesse no tema ambiental/cultural da região;
- Ter um perfil ativo, querendo “agitar”, formar grupos, atuar na prática;
- Ter necessidade de ser estimulado, apoiado, para superar alguma questão que o educador detecte como merecedora de especial atenção.

O Objetivo Geral (resultados de longo prazo que se pretende alcançar) é incentivar e criar condições para que jovens e educadores de escolas públicas do Vale do Paraíba planejem, executem e avaliem projetos próprios para superar questões socioambientais identificadas

como prioritárias na região, especialmente as ligadas às nascentes, a partir de diagnóstico participativo conduzido pelos próprios jovens.

Como Objetivos Específicos (resultados imediatos que se quer atingir):

- Capacitar 20 professores, 10 diretores e 10 coordenadores pedagógicos para trabalhar com projetos, incorporando prática pedagógica inovadora;
- Envolver 10 escolas públicas de municípios próximos interessados em projetos próprios na área socioambiental, especialmente os relativos às nascentes, sempre que possível de forma integrada ao Projeto “Guardiões das Nascentes”;
- Os 20 professores e 100 jovens protagonistas deverão envolver pelo menos 1.500 alunos (colegas de turma na escola), seus familiares e lideranças de comunidades no entorno das unidades escolares envolvidos diretamente nos projetos, com a oportunidade de aprender e vivenciar como participar na tomada de decisões de interesse social e como planejar e gerenciar ações específicas para resolver questões prioritárias.
- Capacitar representantes de Diretorias Regionais de Ensino do Estado e representantes das Secretarias Municipais de Educação, instrumentalizando-os para estender os benefícios do projeto para as escolas sob sua responsabilidade, gradativamente, podendo futuramente atingir os demais alunos.
- Produzir material de divulgação e apoio à multiplicação da experiência: vídeos, coletânea de textos com referências, conceitos e métodos, 10 Projetos produzidos para publicação e divulgação pelas redes sociais, material de divulgação em canais de mídia local e regional.

### 3.3.8. A Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Concluídas em agosto de 2015, as negociações da Agenda 2030 culminaram em documento ambicioso que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido por uma escuta global que incluiu empresas, governos e a sociedade civil. Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação é para o período 2015-2030.

A Conferência Rio+20, realizada em 2012 no Brasil, estabeleceu um mandato para que os Estados Membros da ONU e a sociedade civil construíssem coletivamente esse conjunto de

objetivos e metas, ampliando a experiência de êxito dos Objetivos do Milênio (ODM). Uma das novidades dos ODS e de suas metas é o fato de se aplicarem a todos os Estados-membros das Nações Unidas. Isso reflete o reconhecimento de que todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – têm desafios a superar quando o assunto é promoção do **desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental**.

A agenda 2030 foi oficialmente adotada pelos 193 Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e 2 Estados observadores durante a “cúpula das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável”, em 2015 na sede da ONU, os ODS tem como meta: acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, mitigar impactos climáticos e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, melhorando a qualidade de vida no planeta, de forma sustentável, para a atual e futuras gerações. Os ODS abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no mundo e são, portanto, uma agenda inclusiva que oferece orientações claras e metas para todos os países adotarem de acordo com suas prioridades e desafios socioambientais enfrentados pelo planeta. São 17 objetivos interconectados que juntos se desdobram em 169 metas.

A agenda 2030 tem uma frase norteadora que diz: **“Não devemos deixar ninguém para trás.”** que tem o objetivo de incluir todas as pessoas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na Agenda 2030 estão previstas ações nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura sustentável, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, combate às mudanças climáticas e tantas outras temáticas. Há questões que dependem da ação de governos e grandes empresas globais, mas há recomendações também mais específicas, com um olhar voltado às comunidades e especificidades de cada local do mundo.



*Figura 111 - Logo da Agenda 2030.*

Os ODS foram construídos de forma totalmente participativa envolvendo e escutando a todos os setores da sociedade civil e vieram para concluir muitas das metas que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) não conseguiram alcançar.

Os 17 ODS e 169 metas estimulam a ação até o ano de 2030 em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta:

**Pessoas**

Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

**Planeta**

Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

**Prosperidade**

Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

**Paz**

Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

**Parceria**

Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

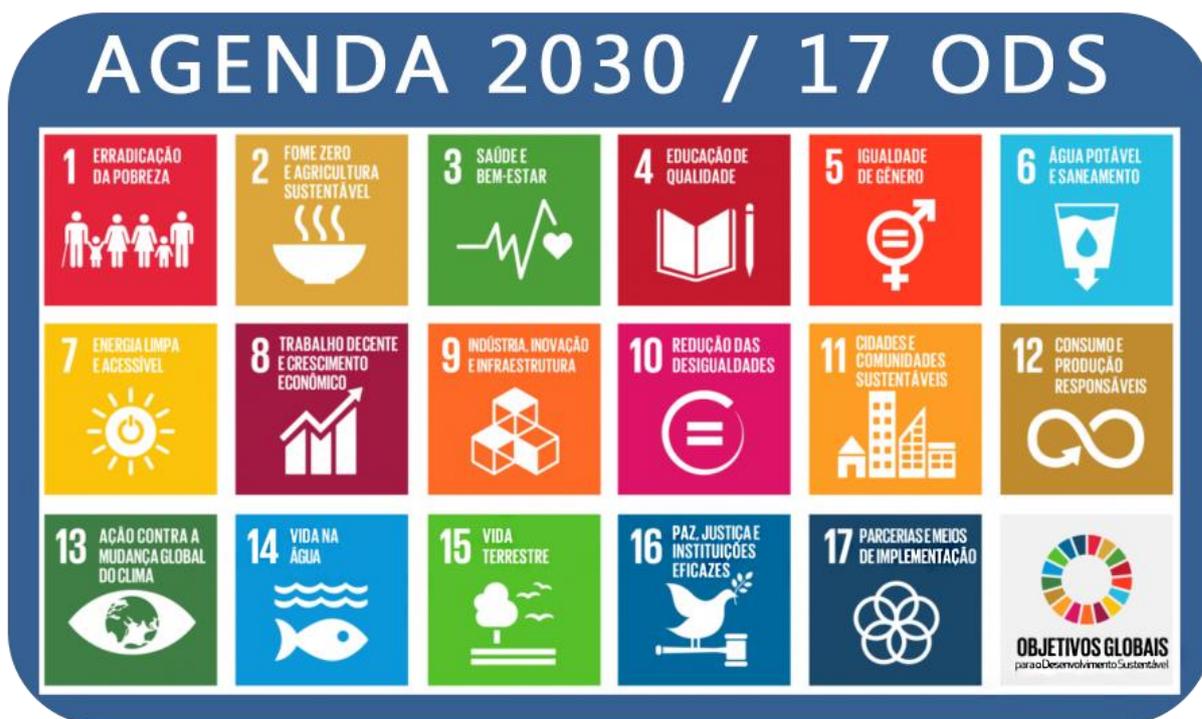


Figura 112 - Os ODS da Agenda 2030.

Fonte: <https://ppgaquicultura.furg.br/agenda-2030>

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Figura 113 - O Ponto Focal da Agenda 2030 para América Latina na Expedição Nascentes do Paraíba.

Durante a expedição do paraíba do sul, foi possível observar como o Zé do Paraíba contribuiu para a divulgação e a implementação dos ODS, seja no trabalho de educação ambiental para que as pessoas cuidem melhor dos recursos naturais (ODS 4), seja no fortalecimento e empoderamento de várias mulheres guerreiras (ODS 5), na defesa das águas do Rio Paraíba do Sul (ODS 6), no envolvimento e trabalho junto com as cidades da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (ODS 11), atuando na defesa e conservação do Rio Paraíba do Sul (ODS 14), no cuidado com as nascentes e mata ciliares (ODS 15) e durante suas andanças pelas cidades a quantidade de conexões e parcerias que se cria (ODS 17). Ou seja: o trabalho da Expedição Nascentes do Paraíba tem uma grande importância na implementação dos ODS e no enraizamento da educação ambiental nos territórios, logo toda esta contribuição e defesa da gestão hídrica já é fato para trabalhar um pedido à UNESCO para tornar a nascente do Paraíba do Sul, o conjunto dos bens socioambientais, e toda a trajetória como patrimônios mundial da humanidade.

É possível constatar que a Expedição Nascentes do Paraíba possibilitou observar que nos 25 anos do Movimento Nascentes do Paraíba houve as promoções, diretas ou indiretas, do que são preconizadas nos ODS da Agenda 2030, até porque eles são interconectados.

São várias as integrações com os ODS que podemos apontar que precisam ser observadas para que sejam possíveis atender as metas até o ano de 2030 no Vale do Paraíba:

- Em São João da Barra e São Francisco de Itabapoana a redução de vazão na foz, gerando impactos nos empregos e rendas, perdas de área urbana para o mar; reduções das atividades econômicas; e fortes impactos ambientais, por outro lado, há de se enaltecer a Sala de Monitoramento, que proporciona elementos para as cidades e comunidades.
- No encontro dos rios, em Três Rios e arredores, com também redução de vazão, principalmente do Rio Paraíba do Sul, gerando redução das possibilidades de atividades vocacionadas, que outrora foram desenvolvidas de forma pioneira, como o *rafting*, que atraía atividades de apoios turísticos e a redução de espécies de peixes, até com riscos de extinções.
- Na região da transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu há de ser fortalecido o reflorestamento do Projeto Produtores de Águas e Florestas, ampliando aspectos relacionados à vida terrestre.
- No Médio Paraíba do Sul as ações de Pagamento por Serviços Ambientais, educação ambiental de qualidade; monitoramentos de qualidade de águas; e o exemplar projeto das praças Cílios do Paraíba;
- Na região do alto Paraíba do Sul há que dar destaques às iniciativas públicas e privadas de reflorestamentos; o potencial de produção de semente e mudas de elementos florestais da Flona de Lorena; a universalização do saneamento em Areias e o modelo ideal de cidade e de área rural com as ações integrativas para aqueles que militam ou venham militar na gestão de recursos hídricos; os aspectos relacionados às montanhas; além é claro; de toda o objetivo de preservação da nascente do Rio Paraíba do Sul.

Tivemos depoimentos de pessoas que foram impactadas pelos ensinamentos do Zé do Paraíba, também foi possível a difusão do boneco de massa *biscuit*, que é um dos mais vendidos de toda a ampla coleção produzida.



Figura 114 - Boneco Zé do Paraíba feito em massa biscoit.

Outro exemplo é o da família, da Sra. Gisele e o Sr. João, do Sítio da Granja Santo Antônio, de Areias - SP, que já está colhendo o “planeta verde”, desejado, para compartilhar com os Amigos do Zé do Paraíba.



Figura 115 - Alface do Sítio Granja do Santo Antônio de Areias – SP.

O Sítio da Granja Santo Antônio está sendo contemplado com o Projeto Práticas Integrativas em Propriedades Rurais, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Karla Conceição Pereira.



Figura 116 - As instituições apoiadoras das Práticas Integrativas  
 Fonte: Instituto Suinã, 2021

Projetos integrados de conservação e desenvolvimento produtivo são efetivos para engajar uma comunidade na mudança de hábito em direção a ações ambientalmente amigáveis. O projeto Práticas Integrativas em Propriedades Rurais visa reconstruir e conceber uma sub-bacia hidrográfica modelo no Ribeirão Vermelho – Areias / SP, baseada em princípios sustentáveis, por meio da adequação ambiental da propriedade rural, incorporando ações de recuperação, melhoria, produção, gestão e monitoramento com práticas integrativas em pesquisa, ensino e extensão em seu escopo aponta para:

- promover a difusão de conhecimento em gestão dos recursos hídricos e suas relações com manejo e uso do solo;
- melhorar o saneamento visando a segurança hídrica;
- promover ações de combate as áreas degradadas mediante a revegetação de nascentes e o adensamento de áreas de preservação ambiental.

No sítio da Granja Santo Antônio os dejetos das criações de porcos, gado e aves são destinados para biodigestão gerando todo gás de consumo doméstico no seu próprio biodigestor, além de fertilizantes, esses dejetos não mais são drenados para o corpo hídrico que corta a propriedade.



Figura 117 – Frentes de Atuações no Sítio da Granja Santo Antônio – Areias – SP.  
 Fonte: Instituto Suinã, 2021

Na propriedade está sendo desenvolvida a pesquisa Análise de Biofertilizante Produzido por Biodigestão de Dejetos Animais, sob a orientação do Pesquisador Danilo Centeno, da Universidade Federal do ABC.

Outra atividade integrativa é a implantação o Pastejo Rotativo, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – Regional de Guaratinguetá - vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SP, como ferramenta do Programa de Geração de Renda para Agricultura Familiar.

Por outro lado, está em crescimento toda uma área que foi reflorestada para proteção de nascentes.

Um espaço do sítio foi cedido para a construção do Centro de Educação Ambiental Zé do Paraíba, e a construção de uma edificação já se encontra em estado avançado.



*Figura 118 - Biodigestor com sua parte superior com gás*



*Figura 119 - Fogão com duas bocas com a queima do gás*



Figura 120 - Equipe da CATI responsável pelo pasto rotativo do sítio



Figura 121 – Varanda do Centro de Educação Ambiental Zé do Paraíba

## 4. A EXPEDIÇÃO NASCENTES DO PARAÍBA NOS ENCOBS

A Expedição Nascentes do Paraíba foi incluída nas programações das versões do XIV ENCOB, que ocorreu em Foz do Iguaçu - PR, em 2022, por indicação de case do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias de Hidrográficas e no XXV ENCOB, em Natal - RJ, em 2023, desta feita por indicação da ANA.

### 4.1. PARTICIPAÇÃO NO XXIV ENCOB

Entre a segunda e a terceira fase da Expedição Nascentes do Paraíba do Sul aconteceu o XXIV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (XXIV ENCOB), em Foz do Iguaçu - PR.

Como a principal indicação de *cases* a serem apresentados nas oficinas *#FalaComitê* do evento o Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBHs) apontou a Expedição Nascentes do Paraíba nos *cases* desenvolvidos pela Sociedade Civil.

O Zé do Paraíba encantou ao público presente e participou da abertura do evento com interações outras como o personagem São Francisco, personalizado pelo Antônio Eustáquio Vieira (Tonhão), que é um ativista em defesa do Rio Paracatu, afluente ao Rio São Francisco, que assim se manifesta em todos os ENCOBs, também com outras personalidades importantes da gestão hídrica, como a Renata Maranhão da Agência Nacional de Águas e Saneamento.



Figura 122 - Zé do Paraíba junto com São Francisco e Renata Maranhão no XXIV ENCOB

Outra atuação do Zé do Paraíba se deu com a entrevista no espaço *#FalaComitê* com entrevista conduzida por Nelson Reis de Flávio Franoli, com captura de som e imagem de Kleiton Gomes, que estão disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=xGeUHSTERZs&t=38s>.

Zé Paraíba também falou da Expedição Nascentes do Paraíba como uma Prática de Educação Ambiental registrada em <https://www.youtube.com/watch?v=4sZM3VRZZb4&t=102s&pp=ygUKeHhpdiBibmNvYg%3D%3D>.

No registro oficial do XXIV ENCOB da Expedição Nascentes do Paraíba por Zé do Paraíba ficou está a emocionante participação no auditório principal, no dia 24/08/22, como último case a ser apresentado no evento, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smOd0YB1SNY>.



### Expedição Nascentes do Paraíba - Zé do Paraíba

Figura 123 - Zé do Paraíba na apresentação da Expedição Nascentes do Paraíba no XXIV ENCOB

A apresentação foi tão impactante que sensibilizou o Sr. Humberto Cardoso Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (SAS/ANA), que presenteou o Zé do Paraíba com alguns brindes institucionais e manifestou o interesse de apoiar a última fase da Expedição e colocar sua

equipe para busca de desdobramentos positivos em conjunto. O quê de fato ocorreu com a participação da ANA na última etapa da Expedição em Areias e nos eventos seguintes.



*Figura 124 - Humberto Cardoso e Zé do Paraíba no XXIV ENCOB*

Um convite especial foi feito aos participantes para estarem em Areias - SP para a última etapa da Expedição Nascentes do Paraíba, com destaques para as condições que o município apresenta de já ter atingido a universalização do saneamento básico, com apoios dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH PS e CEIVAP), bem como de outras linhas de financiamentos do Governo do Estado de São Paulo e outros organismos, inclusive internacionais, com exemplares execuções de ONGs.

Por outro lado, no município de Areias, além de ter em seu território a nascente do Rio Paraitinga, reconhecida como a principal nascente do Rio Paraíba do Sul, existe uma propriedade rural que tem as condições ideais para todos aqueles que se dedicam ou venham a se dedicarem a gestão hídrica vivenciarem, na prática, algumas das práticas que geralmente constam nos planos de bacias hidrográficas.

### **A ANA nas Mídias Sociais**

Instagram



YouTube



Facebook



## 4.2. PARTICIPAÇÃO NO XXV ENCOB

A convite da ANA o Zé do Paraíba foi a Natal - RN para participação da programação da entidade federal no XXV ENCOB. Por mais uma vez o Zé do Paraíba inicia seu deslocamento para o palco cantarolando A Tristeza do Jeca, da letra de Angelino de Oliveira, e canção muito cantada por Almir Sater:

*Nesses versos tão singelos, minha bela, meu amor  
 Pra você quero contar o meu sofrer, a minha dor  
 Eu sou como um sabiá  
 Quando canta é só tristeza desde o galho onde ele está  
 Eu sou como um sabiá  
 Quando canta é só tristeza desde o galho onde ele está  
 Nessa viola eu canto e gemo de verdade  
 Cada tuada representa uma saudade  
 Eu nasci naquela serra num ranchinho beira-chão  
 Todo cheio de buraco, onde a lua faz clarão  
 Quando chega a madrugada  
 Lá da mata a passarada principia um barulhão  
 Quando chega a madrugada  
 Lá da mata a passarada principia um barulhão  
 ...*



Figura 125 - Mauro André, Ponto Focal da Agenda 2030 da ONU com o Zé do Paraíba em Natal – RN.

Como mais um resultado da participação do Zé do Paraíba no XXV ENCOB foi apontado, a convergência de esforços para o desenvolvimento da Primavera X, sendo o município de

Areias a primeira cidade no Brasil dentro dessa parceria, conforme apontado pela Eliana Teles do Carmo, Servidora Pública Federal, Coordenadora Substituta da Coordenação de Capacitação do SINGREH e da Área de Saneamento.

A Primavera X é uma gincana em prol do cuidado com as águas e tem o intuito de fomentar o surgimento de equipes comunitárias, lideradas por crianças e jovens, para desenvolverem projetos pela preservação de nascentes, riachos, açudes e lagoas.

Ela faz parte das metodologias X, que são jogos cooperativos na vida real, usados como métodos de vivências para crianças e adolescentes, em busca do desenvolvimento das competências socioemocionais, previstas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e de cumprimentos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (criados pela ONU).

A Primavera X foi criada como uma etapa pós 5ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Essa ação foi apoiada pelo Ministério de Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, ONG LiveLab, Coletivos de Jovens pelo Meio Ambiente (CJs), Governo Federal, Instituto Alana e outras instituições envolvidas com a temática.

A colaboração gerou bons frutos e reuniu professores, estudantes e comunidades para pesquisar, mapear, dialogar, refletir e propor ações de intervenção sobre as questões socioambientais a partir do seu território.

Essa foi uma experiência que envolveu mais de 10 mil escolas e 18 mil jovens que trabalharam no tema "Vamos cuidar do Brasil cuidando das águas".

Em 2018, mais de 1.000 crianças se uniram e realizaram centenas de ações que as fizeram colocar as mãos na massa durante um final de semana. A entrada da Primavera marcou o auge da gincana: durante os dias 22 e 23 de setembro aconteceram mutirões, simultaneamente, em várias regiões do país, dezenas de caminhadas ecológicas, limpeza das margens dos rios e milhares de mudas plantadas.

Este ano, a Primavera X está sendo possível devido ao Edital de Patrocínio da ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que contemplou a ONG LiveLab e proporcionou o patrocínio para a realização da Gincana Ambiental com foco no cuidado e proteção das águas.

No dia 21 de agosto de 2023 a LiveLab, juntamente com a ANA, lançou o chamado da Primavera X 2023 no XXV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em Natal. A campanha de divulgação desta edição da Primavera X - que vai acontecer entre setembro e outubro de 2023 - parte de um vídeo que traz a narrativa do jogo e um chamado urgente à ação coletiva pela preservação do bem vital que são as águas.

A primeira missão do jogo Jornada X - Operação Primavera X será disponibilizada no dia 18 de setembro no site [www.primaverax.org.br](http://www.primaverax.org.br), plataforma da LiveLab, onde jovens de todo o país poderão participar do jogo que tem como objetivo mobilizar escolas, grupos e comunidades para a realização de missões semanais com o foco na conservação das águas do país.

O público focal da Primavera X são estudantes do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Coletivos jovens, jovens universitários e qualquer grupo de jovens mobilizados pela causa de cuidado e proteção das águas. Para este ponto seria interessante o apoio das Secretarias Estaduais de Educação com o propósito de mobilizar as escolas que tenham estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.



Figura 126 – O Chamamento para A Primavera X

## 5. RESULTADOS OBTIDOS

### 5.1. CRIAÇÃO DO MEMORIAL NASCENTES DO PARAÍBA

Em 17 de setembro de 2019, por conta de um amplo trabalho voltado para a nascente do Rio Paraíba do Sul, foi criado pelo Decreto Municipal nº 80, o Conselho Curador do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul.

No referido decreto consta as considerações sobre:

- A importância das informações sobre a nascente do Rio Paraíba do Sul, para instituições educacionais, acadêmicas, técnicas e científicas;
- A necessidade de restauração e preservação das nascentes das bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, principalmente a iconográfica e simbólica nascente do Rio Paraitinga, origem daquele; e
- A importância da nascente do rio Paraitinga está localizada no território de Areias.

Como finalidade apontada no Decreto Municipal nº 80, o Conselho Curador do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul tem:

- Cadastrar e divulgar os conteúdos dos documentos apresentados no ato da criação do memorial;
- Realizar diálogos pedagógicos, técnicos, científicos e políticos para difusão do memorial e de seus conteúdos;
- Promover parcerias para ampliação das informações, planejamento e execução de projetos para a nascente do Rio Paraitinga, área de cabeceira do Rio Paraíba do Sul e Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul; e
- Formular a proposta estatutária, um projeto arquitetônico de sua sede e Projeto de Lei Municipal, para instalação definitiva do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul.

Após consultas institucionais, o Prefeito de Areias, Sr. Paulo Henrique de Souza Coutinho, através da Portaria nº 11, de 31 de janeiro de 2023, nomeou o Conselho Curador do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul, no município de Areias, SP.



*Prefeitura Municipal de Areias*  
Estado de São Paulo  
Praça Nere de Aguiar, 262 Centro - Tel: (12) 3107-1200 - Jooias - CxP: 12.628-000



**PORTARIA Nº 11 DE 31 DE JANEIRO DE 2023.**

**"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO CURADOR DO  
MEMORIAL DA NASCENTE DO RIO PARAIBA DO SUL,  
NO MUNICÍPIO DE AREIAS/SP."**

PAULO HENRIQUE DE SOUZA COUTINHO, Prefeito Municipal de Areias, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR a partir desta, os membros do Conselho Curador do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul, no Município de Areias/SP, criado pelo Decreto Municipal nº 80, de 17 de Setembro de 2019;

**COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BÁCIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL – CEIVAP;**

Titular: Luiz Roberto Barretti.

**AGÊNCIA DE BACIAS PARAIBA DO SUL – AGEVAP:**

Titular: Kleiton Kássio Ferreira Gomes.

**NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA – ICMBio – RIO PARAIBA DO SUL:**

Titular: Maria Alice Cordeiro Tocantins.

**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BAIXO PARAIBA DO SUL E ITABAPOANA:**

Titular: João Gomes de Siqueira.

**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PIABANHA E SUB-BACIAS  
HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PAQUEQUER E PRETO:**

Titular: Érika Cortines.



*Prefeitura Municipal de Areias*  
Estado de São Paulo  
Praça São de Julho, 202 Centro - Areias - RJ - CEP: 27.020-000



**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL:**

Titular: Vera Lúcia Teixeira

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA GUANDU RJ:**

Titular: Nelson Rodrigues dos Reis Filho

**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL:**

Titular: Edilson da Paula Andrade

**REDE DE PESQUISA, ENSINO E EDUCAÇÃO PARA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – REDEVALE:**

Titular: Wilson Cabral de Sousa Júnior

**ASSOCIAÇÃO LABOR EDUCACIONAL:**

Titular: Sílvia Maria Pompéia

**ASSOCIAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA DA FÉ:**

Titular: Anderson Henrique Solcia

**INSTITUTO CHÃO CAPIRA – MALVINA BORGES DE FARIA:**

Titular: Paulo Roberto de Oliveira

**ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA:**

Titular: Mariana Cassiano Ferreira

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SERRA DA MANTIQUEIRA E DO MAR E DO VALE DO PARAÍBA – AMAVAP:**

Titular: Regina Midori Fukushima



*Prefeitura Municipal de Areias*  
Estado de São Paulo  
Praça Nova de Julho, 202 (Cidade Velha) | 13.3401-2000 - Areias - Cx: 12.828/M



**CRESCENTE FÉRTIL - MEIO AMBIENTE, CULTURA E COMUNICAÇÃO:**

**Titular:** Luis Felipe Cesar.

**UNITED NATIONS – ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS:**

**Titular:** Mauro Pereira.

**SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DE AREIAS/SP:**

**Titular:** Ronaldo Martins Araújo.

**SECRETARIA DE CULTURA DE AREIAS/SP:**

**Titular:** Claudio Marcio de Carvalho Costa.

**MEMBROS EMÉRITOS:**

- Felipe Neri Vani;
- João Vares de Oliveira;
- José Luiz de Carvalho;
- Lázaro Tadeu Ferreira da Silva;
- Nazareno Moetanda Neto;
- Paulo Henrique de Souza Coutinho;
- Roberval José Évola da Silva.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Areias, 31 de Janeiro de 2023.

**PAULO HENRIQUE DE SOUZA COUTINHO**  
Prefeito Municipal

## 5.2. CRIAÇÃO DA ROTA DO TURISMO REGENERATIVO

A rota turística regenerativa é um modelo inovador a ser implantado no Vale do Paraíba SP.

Vem sendo desenvolvido com entidades públicas, privadas e a sociedade civil.

O seu principal objetivo é a preservação das nascentes do Rio Paraíba do Sul.

Há que destacar que está sendo trabalhado a integração de três rotas turísticas (RTs) nesse projeto, ou seja: a do vale histórico, a da fé e a dos rios do vale, para os municípios de Areias, Silveiras, Cachoeira Paulista, Cunha, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra, Natividade da Serra e Paraibuna.

A Rota Turística Regenerativa tem como base:

- Criar diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável e regenerativo;
- Conciliar a rota ao Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) - Vale do Paraíba;
- Conciliar a Rota Turística ao Projeto Rota da Fé & Cultura - Ministério da Economia / Secretaria de Patrimônio da União (SPU);
- Inserir a Rota Turística no Plano Regional de Desenvolvimento Turístico das 3 RTs;
- Adicionar a Rota Turística ao Plano Diretor de Turismo dos 9 municípios Conectados;
- Promover a União dos Municípios e das RTs para o Desenvolvimento Regional;
- Conscientizar a comunidade, os turistas e visitantes na preservação das nascentes;
- Fomentar a geração de investimentos, emprego, renda e qualidade de vida.

O Projeto nesse momento passa pelo desenvolvimento das parcerias com o SEBRAE, a iniciativa privada do trade turístico, prefeituras municipais e o terceiro setor.

O Projeto foi apresentado no Plano São Paulo Turismo em Ação, da Secretaria Estadual de Turismo e a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA - USP), para ser contemplado com recursos estadual e federal.

## 5.3. TRAMITE DO PLC 40/2018 NO SENADO FEDERAL

O Projeto de Lei (PL) que tramitou na Câmara de Deputados Federais com o nº 6.446/2016, que Institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul, como 23 de setembro, no Senado Federal recebeu a identificação de PLC 40/2018 e após percorrer todos os trâmites ficou na

pendência de ser incluso na Ordem do Dia, passado a legislatura o mesmo, por força do Regimento Interno da casa foi arquivado.

Tramitação

Apenas itens com situação informada ou textos publicados

Data decrescente

<input checked="" type="checkbox"/> PLENARIO	<input checked="" type="checkbox"/> COMISSÕES	<input checked="" type="checkbox"/> OUTROS
21/12/2022	SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal	
Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA		
Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.		
01/02/2019	SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal	
Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.		
21/12/2018	SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal	
Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.		
13/12/2018	PLEN - Plenário do Senado Federal	
Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.		

Figura 127 - Apuração da tramitação da PLC 40/2018 do Senado Federal

Ao se constatar o arquivamento ao final da legislatura por meio do contato com a Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) foi possível solicitar que o mesmo seja desarquivado ou mesmo reapresentado.

Brasília, 05 de outubro de 2023

#### Ao Senhor Nelson Rodrigues dos Reis Filho

**Assunto:** Mensagem nº 23002888823

Agradecemos o envio da sua mensagem à Ouvidoria do Senado Federal.

Em atenção à sua manifestação, informamos que a encaminhamos aos gabinetes dos senadores para conhecimento.

Agradecemos sua participação e reafirmamos nosso compromisso de trabalhar continuamente em busca de qualidade e excelência no atendimento aos usuários, de forma a contribuir efetivamente para a aproximação entre o Senado e os cidadãos.

A Ouvidoria do Senado permanece à disposição, por meio dos formulários eletrônicos disponíveis na internet, em [www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/](http://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/) e [www12.senado.leg.br/institucional/falecomosenado](http://www12.senado.leg.br/institucional/falecomosenado), e pelo telefone 0800 061 2211, nos dias úteis, das 8h às 19h.

Figura 128 - Requerimento a Senadores

#### 5.4. MOVIMENTO PRÓ CRIAÇÃO DA UC NASCENTE DO RIO PARAÍBA DO SUL

O CEIVAP em 2018 aprovou uma deliberação para aportar recursos financeiros para execução de um projeto de instituição de uma Unidade de Conservação da Nascente do Rio Paraitinga e de seu entorno imediato, nos campos de Bocaina, no município de Areias, quase na divisa do município de Silveiras - SP.

A AGEVAP, com seu Escritório de Projetos, elaborou o projeto e escolheu como melhor alternativa a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), modalidade que mantém a propriedade com seus proprietários.

Então o primeiro passo para avanços, foi a busca de documentos, após as análises documentais foram constatadas algumas inconsistências que eram impeditivas, neste sentido se viu a necessidade de buscar uma consultoria.

Com base no Ato Convocatório AGEVAP 19, de 2020, foi feita a contratação de consultoria especializada para diagnóstico ambiental e documental, análise de atributos físicos e jurídicos, definição de estratégia e planejamento de ações para a criação de uma Unidade de Conservação da Natureza para a região de entorno da principal nascente do rio Paraitinga na Serra da Bocaina entre os municípios de Areias/SP e Silveiras - SP. Sendo a vencedora do certame a Azevedo e Consultoria Ambiental e Energética Ltda.

Executados os trabalhos, do Produto 3 - Plano de Ação para Conservação Ambiental da Área<sup>8</sup> - foi possível extrair que o sítio da Lagoa e Potreiro do Rangel estão em posse e propriedade da Família Andrade por cerca de quatro gerações, sendo os atuais proprietários Rosana Carvalho de Andrade e Marcos Túlio Carvalho de Andrade. Ambos os proprietários têm atuado no sentido de destinar suas terras à conservação ambiental, mantendo, contudo, o direito de propriedade.

A bacia do rio Paraitinga abrange uma área de 2.690,00 km<sup>2</sup>, onde a parte alta (microbacia do alto curso do rio Paraitinga) contempla uma área de 479,00 km<sup>2</sup>. A área de estudo prevista no ato convocatório possui malha hídrica com a presença de cerca de trinta e sete (37) nascentes, sendo a nascente principal do rio Paraitinga localizada nas coordenadas 22°45'32.58"S / 44°45'43.70"O, Datum: SIRGAS 2000. A vegetação da área de estudo é

---

<sup>8</sup> Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda. Produto 03 – Plano de Ação para a Conservação Ambiental da Área. Versão 01. maio, 2021.

composta por Campos de Altitude e trechos de Floresta Ombrófila Densa Montana e Altomontana e seus gradientes de altitude favorecem a concentração da grande maioria das espécies de mamíferos, como a lontra (*Lontra longicaudis*), o cateto (*Pecari tajacu*), queixada (*Tayassu pecari*), a anta (*Tapirus terrestris*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), onça-parda (*Puma concolor*), sagui-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*), veado-mateiro (*Mazama americana*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) e furão (*Galictis vittata*).

Movimentos sociais para conservação da nascente começaram no início da década de 2000 a partir da 1ª Expedição Ambiental à nascente do rio Paraíba do Sul e a criação do Movimento Nascentes do Paraíba e tinham como objetivos a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação da natureza e do resgate histórico, cultural e ambiental do Vale do Paraíba; criar grupos de apoio e interação ambiental nos municípios da região; promover a implantação de projetos e programas interativos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região. Os movimentos sociais realizaram diversas incursões ao longo das duas últimas décadas envolvendo a sociedade civil, ONGs e órgãos públicos com atividades que envolveram o georreferenciamento do local da nascente, implantação de marco de concreto, publicação de leis e decretos e busca por apoio para conservação da área.

O diagnóstico e plano de ação para a nascente do Rio Paraitinga, elaborado em 2021, e apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais do CEIVAP, apontou a matriz de impacto ambiental com alguns fatores que causam danos na área da nascente e informou sobre a criação de seis cenários para a conservação ambiental da área<sup>9</sup>.

- O primeiro cenário se refere ao Projeto de criação de Parque Estadual elaborado em 2006, que possui como objetivo principal a proteção das nascentes mais altas da região delimitada, que será responsabilidade do poder público, caso seja uma proposta viável;
- O segundo cenário, há a criação da reserva particular do patrimônio Natural (RPPN), onde a criação e a gestão serão de responsabilidade dos proprietários;
- O terceiro cenário analisado refere-se ao Parque Natural Municipal (PNM), que é uma unidade de conservação de proteção integral estritamente de posse pública;
- O quarto cenário proposto envolve um mosaico, contemplando o Parque Natural Municipal e a RPPN, que poderá contemplar os interesses públicos e particulares dos proprietários quanto à preservação ambiental da área;

---

<sup>9</sup> CEIVAP. Registro da Reunião de 29/06/2021 do Grupo de Trabalho Mananciais do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. [https://www.ceivap.org.br/arquivos/comprovante-atendimento/2021/11/comprovante-atendimento\\_db6d15b60a7edbc3f75de4426e167273.pdf](https://www.ceivap.org.br/arquivos/comprovante-atendimento/2021/11/comprovante-atendimento_db6d15b60a7edbc3f75de4426e167273.pdf). em 30/08/2023

- O quinto cenário seria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), que seria a proposta de uma ARIE municipal com o objetivo de manter os ecossistemas e regular o uso admissível da área, que pode ser constituída por terras públicas ou privadas; e
- O sexto cenário propõe a Incorporação à área de Proteção ambiental (APA) bacia do rio Paraíba do Sul, que é classificada como uma área extensa e possui a finalidade de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- Foi apresentado o plano de ação para cada uma das propostas e as análises com os principais pontos negativos e positivos para cada unidade de conservação além dos principais itens para a gestão da unidade de conservação, como plano de manejo, participação social, compensação ambiental, regularização fundiária e captação de recursos para manutenção e investimento na UC.

Como há um conflito entre o Governo Municipal de Areias e os proprietários da área, as possibilidades dos cenários de unidade de conservação em conjunto serão mais difíceis e, para o CEIVAP é preciso esperar a posição da prefeitura, que já está desenvolvendo a criação do Parque Natural Municipal.

## 6. CONCLUSÕES

Nesse livro buscamos documentar alguns dos conhecimentos, experiências e percepções das muitas vivências proporcionadas pela Expedição Nascentes do Paraíba, tanto por parte do trio apelidado de Comitiva da Expedição, como aqueles momentos estabelecidos nas programações das três etapas.

Muito rica foram as trocas com os participantes que iniciamos a obra prestando homenagens aos mesmos publicando as fotos na Galeria dos(as) Expedicionários(as) daquelas que nos chegaram ou foram possíveis até a conclusão do trabalho. De qualquer forma manifestamos nossa gratidão pelos bons momentos vivenciados com todas as pessoas com as quais convivemos.

Iniciamos contextualizando a gestão hídrica nacional e seguido de pequenas abordagens sobre as gestões hídricas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para depois abordar a gestão por parte do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, bem como abordamos as regiões hidrográficas e os oito comitês de bacias que de onde se produzem, contribuem ou dependem das águas do Rio Paraíba do Sul.

De forma cronológica são apresentadas cada uma das atividades desenvolvidas em cada uma das três etapas da Expedição Nascentes do Paraíba, organizadas por cada um dos 8 Comitês de Bacias Hidrográficas envolvidos diretamente.

Nas etapas estiveram envolvidos Prefeitos(as) Municipais, Secretários(as) Municipais de várias pastas, em especial as de Meio Ambiente, Educação, Turismo e de Defesa Civil; também participaram Vereadores(as) e de Órgãos de Gestão Hídrica dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, por seus representantes, apresentaram as ações e projetos que foram ou estão sendo desenvolvidos em suas próprias regiões hidrográficas, com cases de altíssimas relevâncias de cunhos sócio, ambiental e com impactos regionais. Um destaque se dá ao Programa Mananciais e seus Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais em Microbacias Alvos (PRISMA) do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) nas localidades estratégicas apontadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas afluentes ao Rio Paraíba do Sul, que vem promovendo melhorias de saneamentos e dando visibilidade aos trabalhos dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Os resultados obtidos em 25 anos do Zé do Paraíba ficam bastante evidentes no Município de Areias – SP, que está atingindo a universalização do saneamento, de forma exemplar e reúne várias frentes de trabalhos possíveis de serem vivenciadas por aqueles que atuam na gestão hídrica nacional e que podem tirar como referência que vale a pena as muitas horas dedicadas a gestão hídrica, pelas melhorias das quantidades e qualidades das águas de nossos rios.

O Movimento Nascentes do Paraíba, liderados pelo Professor Lázaro Tadeu Ferreira da Silva deixa legados como:

- a sensibilização da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para se valer de tudo até então trabalhado e realizado para, (quem sabe?) usar como referências em qualificações as infraestruturas já existentes e em implantações no município de Areias - SP;
- os olhares para as nascentes dos rios principais de cada uma das regiões hidrográficas dos Comitês de Bacias Hidrográficas, até porque, como diz o Zé do Paraíba, a água não nasce no rio;
- o projeto em desenvolvimento de Lei dos Guardiões de Nascentes, que visa a formação de rede de pessoas dedicadas a proteger nascentes, que terão reconhecimentos públicos;
- a possibilidade de alavancar o Plano e Programa de Educação Ambiental do CEIVAP;
- o Projeto Jovens Guardiões formando jovens para a cidadania e para a vida profissional, ao levar cada participante a desenvolver seu próprio projeto, com responsabilidade social, adquirindo competências para diagnóstico, planejamento, gestão e avaliação de projetos, com autonomia;
- a constituição do Conselho Curador do Memorial da Nascente do Rio Paraíba do Sul, no município de Areias, SP, que dentre outras missões deve promover diálogos pedagógicos, técnicos, científicos e políticos para difusão do memorial e de seus conteúdos;
- a integração de pautas e ações Rota Turística Regenerativa com os eixos hídricos, religioso e histórico;
- a forte ligação com a Agenda 2030 como norteadora para as ações em curso e a serem desdobradas;
- avanços nos alinhamentos para criação de Unidade de Conservação da Nascente do Rio Paraíba do Sul;
- a mobilização de jovens para olhares hídricos e ambientais integrados com a ANA no projeto Primavera X; e

- os resultados expressivos do Projeto Práticas Integrativas, que sem dúvidas alguma é uma oportunidade ímpar para motivações daqueles que voluntariamente se dedicam a buscar melhorias pelas quantidades e qualidades de nossas águas.

Por tudo isso somos eternamente gratos aos desprendimentos, lutas e aguerrida dedicação do Professor Lázaro Tadeu, que com toda certeza é e foi o grande maestro de tudo que vimos e conhecemos, mas que nos deixou cheios de vontades de continuar na luta pelos nossos patrimônios hídricos.

## 7. POSFÁCIO

Homenagem pelos 25 anos do Zé do Paraíba, o neto do Jeca Tatu que veio para resgatar a história, cultura e ambiente do Vale do Paraíba e proteger as nascentes e bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul.

Em 1914 nascia o Jeca Tatu pelas mãos de Monteiro Lobato, como uma resposta à questão que o inquietava na época e que serviu de referência na construção de todos os seus personagens que era “Quando nos virá a esplêndida coragem de sermos nós mesmos?”.

A personagem do Jeca representa toda a miséria e atraso econômico do país daquela época, e o descaso do governo em relação ao Brasil rural.

Símbolo de um país agrário, pobre, injusto e atrasado, o Jeca virou sinônimo do caipira ingênuo brasileiro, que vive do que a natureza derrama aos seus pés e, flerta o tempo todo com a preguiça, a cachaça e as crendices populares.

Nasce também porque Monteiro Lobato condenava as queimadas promovidas no Vale do Paraíba onde possuía uma fazenda.

O tempo passa e os resultados das queimadas e outras práticas do progresso insustentável deixam cada vez mais claro a crescente destruição do meio ambiente, o que provoca o nascimento de um outro caipira.

Assim, nos anos 90, um professor defensor do meio ambiente e da vida, empresta sua fala e seu corpo para que o Zé do Paraíba, neto do Jeca Tatu possa ganhar voz e pernas.

Esse novo caipira já usa botas, sabe quem é e o que quer, tem sabedoria e coragem para falar o que pensa ao cobrar governo e instituições pela defesa e preservação das nascentes dos rios.

O professor Lázaro Tadeu Ferreira da Silva, utiliza suas pernas para que o Zé do Paraíba possa andar pelas escolas, ruas, praças, câmaras municipais, comitês de água, prefeituras,

ONGs e outras instituições, e na simplicidade do caipira, pedir ajuda para a preservação da nascente do Rio Paraíba do Sul.

Vive para lutar contra a “gente zoiuda que não recupera terra e não recupera água. Só quer tirar.”

Há 25 anos que o Zé do Paraíba anda pra lá e pra cá com “a fala de quem está debaixo do lugar que a maioria consegue enxergar”.

Companheira na utopia do amor e na utopia da militância em defesa da vida, saúdo a jornada desse caipira tão sabido e comprometido.

Que a nascente, já que como diz o Zé: “Não se lava o corpo do pé para a cabeça”, possa ser preservada para as novas gerações.

Que possamos e que Deus nos ajude a encontrar um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável, humanizador e não destrua as fontes da vida.

Que venham muitos Zés e que cada rio possa ter o seu caipira conscientizando, humanizando na luta contra a ganância e a destruição.

Reencantar o mundo, recuperando o que é essencial, afinal nada é mais importante que a água para a vida na terra.

O encantamento do Zé do Paraíba está na capacidade de olhar e enxergar tudo o que faz nascer vida.

SALVE ZÉ DO PARAÍBA! SALVE PROFESSOR LÁZARO!

*Elisabete Darci Cunha*

Nascentes das Águas, Nascentes da Vida.  
Nascentes de Gente.  
Gente Nossa, Nossa Gente.

## 8. REFERÊNCIAS

- ANA. A gestão de recursos hídricos em Minas Gerais. <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/mg>, em 28/08/2023
- \_\_\_\_\_. A gestão de recursos hídricos em São Paulo. <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/sp>, em 28/08/2023.
- \_\_\_\_\_. A gestão de recursos hídricos no Rio de Janeiro. <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/rj>, em 28/08/2023.
- \_\_\_\_\_. Governança, Comunicação e Participação Social: Introdução à Gestão Participativa. Capacitação Para Gestão das Águas. [https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/123/1/Apostila -  
Introdu%C3%A7%C3%A3o %C3%A0 Gest%C3%A3o Participativa.pdf](https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/123/1/Apostila_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Participativa.pdf), em 28/08/2023.
- AZEVEDO CONSULTORIA AMBIENTAL E ENERGÉTICA LTDA. Produto 03 – Plano de Ação para a Conservação Ambiental da Área. Versão 01. maio, 2021.
- BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei Federal 9.433/977. Brasília, 1997.
- CÂMARA DE DEPUTADOS FEDERAL. Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul. Dezembro/2017. <https://www.camara.leg.br/noticias/530017-CAMARA-APROVA-DIA-DA-NASCENTE-DO-RIO-PARAIBA-DO-SUL#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e,anualmente%20em%202023%20de%20setembro>, em 25/08/2023.
- CARVALHO, Juliana. O Filme Caminho do Mar. Bang Filmes, 2021. Disponível em <https://youtu.be/fXW153FI4TcO>.
- CEIVAP. Brochura do Manual do Membro. 2023.
- \_\_\_\_\_. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Junho de 2021.
- \_\_\_\_\_. Registro da Reunião de 29/06/2021 do Grupo de Trabalho Mananciais do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. [https://www.ceivap.org.br/arquivos/comprovante-atendimento/2021/11/comprovante-atendimento\\_db6d15b60a7edbc3f75de4426e167273.pdf](https://www.ceivap.org.br/arquivos/comprovante-atendimento/2021/11/comprovante-atendimento_db6d15b60a7edbc3f75de4426e167273.pdf). Em 30/08/2023.
- INSTITUTO CHÃO CAIPIRA MALVINA BORGES DE FARIA. João Rural. [http://www.chaocaipira.org.br/joao\\_rural](http://www.chaocaipira.org.br/joao_rural), em 28/08/2023.
- INSTITUTO SUINÃ. Lançamento: Projeto Práticas Integrativas em Propriedades Rurais. Dia 2. 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/live/DKzKjFIRTO8?si=DQdmAjYtC60RyUpj>. Acesso: 20/09/2023

REIS FILHO, Nelson Rodrigues dos. A Gestão Participativa no Comitê de Bacias Hidrográficas do Guandu - RJ – Rio de Janeiro: OMA-BRASIL, 2013

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 3.239. Rio de Janeiro, 1999.

ROMEIRO, Juliana Ferreira. Território, Lugar e Resistência: O caso da Pequena Central Hidrelétrica de Santa Rosa I (RJ/MG). Rio de Janeiro, 2013.  
<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23824/23824.PDF>, em 25/08/2023.

SILVA, Marlon Sarubi da. Planejamento de uso do solo da microbacia do córrego Nilo Peçanha em Pinheiral, RJ / Marlon Sarubi da Silva – 2013.

TEIXEIRA, Vera Lúcia. Análise da integração dos principais atores nos processos de decisão da bacia do rio Paraíba do Sul na escassez hídrica de 2014-2015. Dissertação. UERJ/2018.